

Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidades,
na interação com populações migrantes

Projetos



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

Ficha técnica

Título: Projetos – Curso de Pós-Graduação Diversidade e Desenvolvimento

Edição:

Projeto Aventura Social
Estrada da Costa
1499-002 Cruz Quebrada
Email: aventurasocial@gmail.com
www.aventurasocial.com

Coordenação:

- **Coordenação Pedagógica e Científica:**
Professora Doutora Margarida Gaspar de Matos
- **Coordenação Institucional:**
Professor Doutor José Alves Diniz
- **Coordenação da área Tecnológica:**
Professor Doutor Carlos Ferreira

Design e revisão:

Fábio Botelho Guedes

Apoio técnico – Informática e Audiovisual:

Cipriano Martins

Agradecimentos:

Programa Escolhas – 6ª Geração
ACM – Alto Comissariado para as Migrações

Data – Janeiro de 2018

*Esta obra tem como objetivo compilar os trabalhos de Projeto do Curso de Pós-Graduação Diversidade e Desenvolvimento, mantendo-se os textos originais, isto é, não tendo os trabalhos sido editados pelos coordenadores do Curso.

**A responsabilidade das opiniões é inteiramente dos autores dos textos.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

O Conselho para as Migrações

Ana Cristina Teixeira Baltazar Casas



PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO

1. Breve caracterização do Conselho para as Migrações e população-alvo

O Conselho para as Migrações, nos termos do art.º 8º do Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro, é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias. Neste importante órgão de consulta do ACM e do Alto-Comissário estão integrados representantes das principais comunidades - para o efeito eleitos - e representantes de Instituições mais directamente relacionados com as temáticas das migrações - para o efeito designados que participam e colaboram na definição e execução das políticas migratórias.

No actual Conselho, com mandato entre 2014-2017, encontram-se representadas as comunidades, Angolana; Brasileira; Cabo-verdiana; Guineense; Moçambicana; Santomense; Ucrariana; Moldava e Chinesa. As associações não filiadas nas mencionadas comunidades têm, também, um representante especificamente eleito para defender os seus interesses.

Quanto às instituições governamentais, então representadas no Conselho: Instituições com ação ou interesse na área das migrações (Fundação Aga Khan, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas); Direcção-Geral das Artes; Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Direcção-Geral de Política Externa; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Forças de Segurança; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Direcção-Geral das Atividades Económicas; Instituto do Turismo de Portugal, I.P.; Direcção-Geral da Saúde; Direcção-Geral de Educação; Direcção-Geral do Ensino Superior; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Autoridade para as Condições do Trabalho; Instituto de Segurança Social, I.P.; Governo Regional dos Açores; Governo Regional da Madeira; Associações Patronais (Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, Confederação da Indústria Portuguesa); Centrais Sindicais (CGTP-IN e UGT); Associação Nacional de Municípios Portugueses; Conselho das Comunidades Portuguesas; e dois cidadãos de reconhecido mérito, convidados pelo Senhor Alto-comissário.

Os principais objectivos do conselho são envolver os representantes das Comunidades Imigrantes e entidades na construção e execução de uma política migratória mais humanizada, coerente e eficaz, bem como desenvolver um processo de integração que envolva todos os atores chave - migrantes, instituições e sociedade civil - num processo holístico de integração.

Este órgão pronuncia-se de forma ativa e participada em matérias tão relevantes como a análise de projetos de diplomas relevantes para os direitos dos migrantes; questões transversais e setoriais relativas às políticas públicas migratórias; definição das medidas e ações das políticas migratórias (formulando propostas); quaisquer obstáculos detetados a uma resposta célere e eficaz por parte da Administração Pública aos problemas de integração e questões que lhe sejam colocadas pelo Alto-Comissário; entre outras. Este é um órgão do ACM e funciona em Lisboa, no Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM).

2. Identificação dos pontos fortes do Conselho para as Migrações

Os pontos fortes deste Conselho para as migrações são, entre outros, o facto de nele estarem reunidos especialistas de diversas áreas com relevância para a área das migrações; todos os protagonistas estarem à “volta da mesma mesa” a discutir as mesmas questões/temáticas/problemas de forma articulada e em colaboração; os imigrantes - através dos seus representantes - estarem directamente envolvidos na tomada de decisão sobre questões que directamente lhe dizem respeito; ter duas formas de funcionamento - reuniões plenárias e reuniões de secções especializadas - na primeira com todos os representantes e, na segunda, para análise, estudo e acompanhamento de assuntos específicos nas áreas de competência do CM; o poder de iniciativa dos membros do CM, que podem sugerir a apresentação de estudos e relatórios que entendam convenientes, no âmbito das competências do Conselho; haver uma equipa do ACM com a função de prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao funcionamento do CM; os representantes das comunidades residentes fora de Lisboa poderem ser reembolsados das despesas de deslocação que efectuarem para participar nas reuniões; serem ouvidos e poderem pronunciar-se sobre os critérios de

atribuição de apoios financeiros às associações de imigrantes; serem formalmente convidados a tomarem parte em eventos de apresentações de estudos, iniciativa, programas e/ou acções relativas a medidas de integração de migrantes e promoção de interculturalidade.

O modelo aqui referenciado está em implementação desde 1998 e tem sido responsável pelo profícuo diálogo que se tem estabelecido entre o poder político, a sociedade civil e entidades públicas e privadas.

A importância das matérias abordadas, discutidas e muitas vezes aprofundadas tem sido evidente em diferentes vertentes: na qualidade da legislação produzida; no aprofundamento de temáticas concretas para a vida dos migrantes; na participação das comunidades imigrantes e de elementos chave na temática; no “controlo” da actividade política; no consenso que genericamente tem sido alcançado em torno das temáticas da migração e na paz social que se tem verificado na sociedade portuguesa nesta matéria.

3. Identificação das fragilidades do Conselho para as Migrações

As fragilidades do Conselho têm a ver, entre outros, com os seguintes aspectos: o elevado número de participantes nas reuniões plenárias torna por vezes mais difícil a participação de todos os envolvidos, a gestão das reuniões e questões de ordem logística; o diferente nível de conhecimentos, interesse e envolvimento dos responsáveis institucionais que, em função da matéria, estão mais próximos e/ou distantes das realidades concretas e dos problemas dos migrantes; as diferentes perspectivas, vivências, interesses e perspectivas sociais dos representantes determina, por vezes, posições estremadas na visão dos problemas e nas propostas de resolução apresentadas; a abrangência e diversidade das temáticas dificilmente consegue captar o interesse, envolvimento e participação de todos os intervenientes nos diferentes assuntos tratados; a circunstância de alguns representantes, dadas as suas agendas, não terem a disponibilidade desejável para se dedicarem ao aprofundamento de algumas matérias; a eventual falta de actualização e especialização em temas concretos; por vezes alguma ausência de concertação e dificuldade na obtenção de consensos em assuntos estratégicos e/ou na tomada de posição comum face a outros organismos ou perante instrumentos políticos e legislativos;

dificuldade de estipulação de uma agenda comum, a longo prazo, para o funcionamento do órgão.

4. Breve descrição do estado da arte

Na legislação nacional, nos artigos 4º e 8º do decreto-lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro – Lei Orgânica do ACM – estão previstos, por um lado, que o Conselho para as Migrações é um órgão do ACM “São órgãos do ACM, I.P.: (...) O Conselho para as Migrações” e, por outro, no artigo 8º, a definição do órgão, a sua composição, forma de designação, competências e regras de organização e funcionamento. De forma a estabelecer e clarificar as regras do CM, nos termos da alínea f) do nº 4 do art.º 8 do citado diploma legal, foi também aprovado regulamento interno de apoio ao seu funcionamento.

A nível internacional, cabe mencionar a existência e funcionamento de diferentes tipos de conselhos consultivos para tratar assuntos relativos às migrações. Dado o envolvimento de diferentes entidades - com diferentes níveis de intervenção, reflexão, acompanhamento e implementação das políticas migratórias - esta é considerada uma boa prática, implementada em diferentes países como a Bélgica; Croácia; Republica Checa; Finlândia; Hungria; Luxemburgo; Holanda; Eslováquia; Espanha; Suécia e Reino Unido. Embora com diferentes modelos e modos de intervenção e participação, todos estes países reconhecem a importância de ter um Conselho Consultivo dedicado à temática das migrações.

Pegando nos pontos forte e procurando melhorá-los - de forma muito concreta – creio ser de melhorar (nivelar) o conhecimento de todos os conselheiros em áreas determinantes para a área das migrações, através de um programa de formação inicial, para que todos tenham as mesmas bases e conhecimentos para a realização do seu trabalho. A título de exemplo, o conhecimento da Lei de Estrangeiros, da Lei da nacionalidade, da Lei que regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional, entre outros; melhorar a dinâmica das secções especializadas, com base em temáticas atuais e de fundo, com um plano de actividades anual e votado em plenário; proporcionar maior espaço para o exercício do poder de iniciativa

dos membros do CM e levar a cabo algumas iniciativas propostas; dotar a equipa que presta apoio técnico, administrativo e financeiro ao CM com melhores meios para registo e reprodução das atas das reuniões e de mais meios humanos; melhorar - no sentido de prever um maior número de situações - o actual regulamento do CM; clarificar o processo de eleição dos representantes das comunidades imigrantes, com critério claros e *modus operandi*; serem criados momentos “obrigatórios” para a participação em eventos de apresentações de estudos, iniciativa, programas e/ou acções relativas a medidas de integração de migrantes e promoção de interculturalidade e melhorar o contacto entre representantes e representados através de concretização de reuniões periódicas.

5. Intervenção que existe

5.a. Recursos

A população alvo para o qual os Conselho “trabalha” diz respeito a todas as comunidades migrantes (imigrantes, emigrantes e refugiados). Nestes Fórum são tratados aspectos muito diversificados que vão desde a apresentação e discussão do Plano Estratégico para as Migrações (instrumento político de implementação a 6 anos, com elaboração e apresentação de relatórios de execução anuais); à apresentação e discussão de propostas e projetos de alteração legislativa (em especial o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional e Lei da nacionalidade); questões migratórias da actualidade; apreciação de candidaturas apresentadas pelas Associações de Imigrantes a financiamento por parte do Estado; representatividade das Associações de Imigrantes; apresentação e debate da Estratégia do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações, entre muitos outros aspectos. Os profissionais envolvidos são os representantes eleitos e/ou designados pelas diferentes instituições para integrarem o CM. As despesas decorrentes com o funcionamento do CM correm por conta do Orçamento de Estado (através do ACM).

Para apoiar na preparação e coordenação dos trabalhos existe uma equipa responsável pelo acompanhamento e apoio ao funcionamento do órgão e seus conselheiros. Cabe ao Núcleo de Política Migratória, do

Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes, efectuar, entre outras, as funções de “*prestar assessoria técnica, administrativa e financeira ao funcionamento do Conselho para as Migrações*” nos termos da alínea b) do nº 3, da Deliberação nº 84/2017, de 6 de fevereiro.

As reuniões plenárias são realizadas – na maioria das vezes – no auditório do Centro Nacional de Apoio à Integração dos Migrantes, mas foram já realizadas noutros espaços como a Presidência do Conselho de Ministros ou no Palácio Foz. São sempre presididas pelo Senhor Alto-Comissário, que dirige os trabalhos e recolhe – em primeira mão – as percepções, sensibilidades e contributos de todos aqueles que nelas participam, efectuando uma importante “ponte” com o poder político e agir em conformidade.

5.b. Estratégias

O Conselho para as Migrações funciona em dois grandes modelos: através da realização de reuniões plenárias - cerca de 3 por ano, no mínimo - onde constam todos os representantes de comunidades de imigrantes e os representantes institucionais. E, por outro, em reuniões parcelares, em formato de secções especializadas que, em função da temática, são constituídas por representantes do Conselho para as Migrações com especial apetência, competência, experiência ou interesse nas áreas de trabalho.

Em vários momentos estiveram também presentes nas reuniões membros do Governo responsáveis por grandes áreas estratégicas neste domínio.

Dada a relevância das temáticas, foram criadas 4 sessões especializadas, sobre quatro grandes áreas: Política Migratória; Cidadania e Gestão da Diversidade; Educação e Formação; e Emprego e Empreendedorismo. Para a constituição destas secções especializadas foi realizada a inscrição dos representantes do Conselho, numa ou mais secções, em função do interesse manifestado.

A primeira é dedicada à Política Migratória e trata de questões relacionadas com políticas de coordenação dos fluxos migratórios, reforço da legalidade migratória e qualidade dos serviços migratórios e de incentivo,

acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes. Nesta secção são tratados aspetos como: a valorização e promoção internacional de Portugal enquanto destino de migrações; o reforço da capacidade de intervenção transversal na execução da política migratória, nomeadamente através do aprofundamento da rede de parceria, do enquadramento e acompanhamento dos potenciais migrantes e recurso a ferramentas eletrónicas; a flexibilização dos procedimentos de entrada e reforço da qualidade e boas práticas na prestação dos serviços migratórios; e programas que promovam, acompanhem e apoiem o regresso de cidadãos nacionais emigrados e o reforço dos laços de vínculo a Portugal.

A segunda é dedicada à Cidadania e Gestão da Diversidade e trata de questões relacionadas com políticas de integração de migrantes e promoção da inclusão de novos nacionais. Nesta secção são tratados assuntos relacionados com a integração; capacitação; combate à discriminação; valorização da diversidade cultural e religiosa; reforço da mobilidade social; descentralização das políticas de integração; acesso à cidadania. O reforço da promoção da integração e inclusão dos novos nacionais - descendentes de imigrantes e todos aqueles que acederam à nacionalidade portuguesa - nos seus diferentes domínios, também é um dos aspectos a serem analisados e tratados nesta secção.

A terceira é dedicada à Educação e Formação e pretende e trata de questões relacionadas com as políticas e medidas de educação e formação, assegurando, nomeadamente, as condições e oportunidades de acesso às ofertas de educação e formação disponíveis nos sistemas educativo português e no sistema nacional de qualificações; o sucesso educativo de crianças, jovens e adultos, designadamente migrantes e filhos de migrantes; o reforço das competências em língua portuguesa; e o desenvolvimento de práticas de educação intercultural promotoras do potencial educativo e social da diversidade cultural, linguística e religiosa dos alunos.

A quarta secção é dedicada ao Emprego e Empreendedorismo e trata de questões relacionadas com a integração socioprofissional de migrantes, através do emprego por conta de outrem ou criação do próprio negócio ou empresa, tendo em vista o combate à exclusão laboral de migrantes; facilitar o acesso a serviços de apoio e informação (direitos e deveres, informação

legal, financiamento e mecanismos de apoio à integração laboral); iniciativas que promovam a (re) integração de migrantes no mercado de trabalho e prevenção de práticas de exploração laboral e estratégias de combate à exclusão laboral de migrantes.

Estas secções especializadas foram criadas em 2016 e, cada uma delas reuniu uma vez durante o referido ano. Dada a heterogeneidade dos interesses dos membros dos grupos/secções especializadas, sob proposta do ACM, foram apresentados estudos recentemente publicados, para a abordagem de temáticas que suscitavam questões/problemas importantes para trabalhar. O objectivo foi constituir um ponto de partida para reflexão e, conseqüentemente, apresentação de propostas para ultrapassar os problemas e dificuldades detetados, bem como responder a algumas recomendações.

Com base nos estudos apresentados, no final de 2016, em reunião Plenária, foi aprovado um plano de actividades para cada grupo, centrado numa temática concreta para ser trabalhada ao longo de 2017.

Esta organização temática das secções especializadas está alinhada com os principais objectivos a alcançar com a implementação de um importante instrumento nacional de política pública designado Plano Estratégico para as Migrações. Este Plano tem implementação prevista para um período de 6 anos - 2015-2020 - e elenca como grandes Eixos Estratégicos: I - políticas de integração de imigrantes; II - políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais; III políticas de coordenação dos fluxos migratórios; IV - políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios e V políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais. Este último constituindo um aspecto inovador que, em estreita articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, prevê medidas específicas para os emigrantes que pretendam regressar a território nacional.

6. Intervenção desejável

Objetivos:

6.a. Em Geral:

Uma vez que o Conselho para as Migrações é um órgão do ACM e o Alto-comissário o seu Presidente é, para mim, enquanto responsável pela assessoria técnica, administrativa e financeira, importante reflectir sobre novas potencialidades e formas de dinamizar o CM. Os aspectos visados em geral são, entre outros, trabalhar a motivação dos conselheiros, a dinamização dos trabalhos e optimização dos conhecimentos e recursos de cada um, para a produção de resultados com ainda maior qualidade, fomentar a participação útil e novos modelos de trabalho, no pressuposto da desenvolver e aprofundar o processo de integração dos migrantes em Portugal.

6.b. Especificamente:

Analisado o conceito e os fins do CM – *“órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho directivo”*, visando assegurar *“a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias”*, determinam, a meu ver, que o seu modo de funcionamento, de organização e sobretudo o envolvimento e participação dos representantes no conselho, poderiam e deveriam ser otimizados.

Tentando focalizar mais num resultado a obter do que na realização de um conjunto de actividades, o funcionamento de um órgão desta natureza deve estar alinhado e auxiliar na implementação de uma política migratória tendo por base que os seus membros sejam detentores de um verdadeiro conhecimento sobre a realidade migratória - com as suas necessidades, dificuldades, potencialidades e factores de mudanças - e, também, com uma forte vocação para o trabalho comunitário e de âmbito social.

Para este efeito, dimensões como trabalhar/traçar um perfil-base com determinadas características e competências que devem ser detidas pelo representante parece-me importante.

Por outro lado, qualificar nesta específica área de trabalho, os conhecimentos que uns - pela experiência migratória e contacto com as

comunidades detêm - o outros - pela especificidade das matérias sectoriais em que são peritos - são uma mais-valias para harmonizar os conhecimentos de todos, por forma a melhorar a substância da participação e intervenção de representantes neste órgão.

Fomentar um verdadeiro espírito de grupo, de interacção e partilha de interesses, conhecimentos e informações parecem-me aspectos relevantes a ter em conta.

Relativamente aos recursos a mobilizar, importa referir os seguintes: no que se refere à definição do perfil, com base na experiência de acompanhamento de alguns mandatos, a equipa responsável pelo CM, poderia propor um conjunto de aspectos considerados importantes a um bom desempenho, para discussão e eventual aprovação no plenário. Por outro lado, poderia, também enunciar, um conjunto de tarefas/responsabilidades que normalmente estão afetas ao exercício das funções de forma a elucidá-los antecipadamente das suas incumbências. A formação inicial - um pacote de formação básica – também poderia ser organizada pelo Gabinete. Esta formação não envolveria custos, uma vez que se mobilizaria as diferentes equipas do ACM para a sua realização.

7. Intervenção desejável

7.a. Como diminuir Barreiras

Uma vez que o mandato dos actuais Conselheiros (2014-2017) vai terminar no final deste ano, estando prevista para breve a marcação de eleições e a designação dos (novos) representantes institucionais, traçar um perfil (indicativo) ou requisitos que os candidatos/designados deveriam ter ou reunir parecia-me uma boa possibilidade para que quem se candidate ou designe alguém para o cargo, possa perceber o que é expectável. Ex. uma especialização na área das migrações ou comprovado e efectivo trabalho de terreno ou institucional realizado ao longo de anos e/ou experiência associativa. Colocar, também, algumas das obrigações que decorrem do normal exercício do mandato - a 3 anos - poderia ser uma boa possibilidade, para que os representantes possam, à partida, contar com um conjunto de obrigações e deveres inerentes ao cargo, bem como estarem cientes da não remuneração do seu desempenho.

Lançar um questionário para “ouvir” os novos conselheiros que tomarem posse, sobre as expectativas e propostas de trabalho e metodologia/s a implementar durante o seu mandato, bem como pedir um levantamento de recursos/contributos que das suas actividades e/ou das instituições para as quais trabalham possam resultar, também me parecia um bom contributo para a maior eficiência e eficácia do CM enquanto órgão consultivo e de apoio e participação na definição de linhas gerais de actuação.

A partir da análise dos resultados da auscultação feita aos membros do CM, constituir-se um “*focus group*” para, a partir das sugestões e críticas, trabalhar propostas concretas de melhoria do funcionamento do Conselho, que seriam apresentadas, discutidas e aprovadas em Plenário.

Haver um investimento na formação do CM - inicial e contínua - para dotar os conselheiros de maior conhecimento e sensibilizá-los para a abordagem de diferentes matérias Estratégicas para a área das Migrações.

A realização, com carácter regular e acompanhadas de relatório, a apresentar em Plenário, de pelo menos 2 reuniões anuais entre os representantes das comunidades e a comunidades representadas para serem percepcionados os principais problemas/obstáculos detectados nos processos de integração bem como para passar informação útil que seja veiculada no CM ou a que tenham acesso por via do seu mandato e exercício das suas funções.

A apresentação de um Plano de actividades do Conselho para as Migrações, por proposta dos Conselheiros, a partir de propostas individualmente apresentadas, sobre iniciativas que cada entidade e/ou comunidade se propõe realizar no ano civil em causa.

Ser elaborado um relatório de actividades anual sobre as actividades realizadas pelo Conselho para as Migrações nas reuniões plenárias e secções especializadas.

7.b. Como potenciar Recursos

Ao tentar criar canais de comunicação entre as comunidades e os seus representantes junto do Governo seria uma forma de se fazer ouvir – de viva voz – as diferentes comunidades e aumentar o grau de exigência para

quem está a exercer o mandato pois, teria não só de ouvir e registar problemas/questões a melhorar mas também a obrigação de as reportar e desenvolver todos os esforços - em articulação com as diferentes entidades - para os resolver, prestando contas do trabalho realizado.

Por outro lado, envolver os Conselheiros no seu próprio processo de mudança, na definição da melhor forma de se organizarem e optimizarem a sua prestação, são aspectos determinantes para o sucesso deste importante fórum. Estas acções seriam desenvolvidas em três momentos, através da aplicação de um questionário, criação de um *focus group*, apresentação e aprovação de propostas em plenário.

Inscriver questões atuais e pertinentes para dinamização e aprofundamento em sede de secções especializadas e tornar o mais perceptível possível toda a informação de suporte a uma correcta análise, reflexão, discussão e tomada de posição nas reuniões plenárias do CM. Estas iniciativas seriam implementadas através de uma maior mobilização das secções especializadas e através de uma preparação mais minuciosa de todas as reuniões (plenárias e especializadas).

A formação e capacitação dos conselheiros poderiam ser ministradas através de um Plano de Formação, a implementar pelos diferentes Gabinetes especializados do ACM, muito enriquecida pela informação de ordem prática a que os técnicos e mediadores têm acesso através dos atendimentos realizados no CNAIM.

Uma vez que o NPM tem muitas outras funções, este tipo de iniciativas poderia ter de envolver mais um recurso humano para se dedicar integralmente a este projecto.

O meu contributo pessoal para a mudança de alguns dos aspectos apontados poderia residir na preparação de uma proposta de questionário para ser aplicados aos (novos) conselheiros; a dinamização do *focus group* e a participação no Programa de Formação inicial no módulo relativo ao direito de estrangeiros e lei na nacionalidade.

Pelo Gabinete seriam preparados - em colaboração com os Conselheiros - os planos e relatórios de actividades anuais do CM.

Dado estarmos perto do final do mandato, algumas das iniciativas poderão ser preparadas e/ou desenvolvidas até ao final de 2017. Desde logo

a de se tentar traçar um perfil do Conselheiro e sensibilizá-lo para alguns dos aspectos mais importantes do seu mandato. Por outro lado, realizar um plano de acção de formação inicial também seria um aspecto a implementar no mesmo espaço temporal.

Mais a longo prazo poder-se-ia em colaboração com todos os intervenientes, melhorar alguns aspectos relativos ao funcionamento e melhoria de instrumentos de base ao funcionamento do CM.

7.c. Estratégias

7.d. Inovação

Tendo por base o estipulado na Lei para este órgão - DL 31/2014, de 27 de fevereiro, Lei Orgânica do ACM - todos os aspectos mencionados como proposta de intervenção são inovadores, na medida em que visam reforçar e melhorar o trabalho desenvolvido em prol dos migrantes, com o envolvimento e a participação destes, permitindo aos próprios apresentar os seus problemas mas também propostas de solução, dispondo, para o efeito, de um interlocutor privilegiado para fazer ouvir a sua voz nas instâncias adequadas.

As propostas aqui apresentadas são de melhoria e visam otimizar as metodologias de funcionamento do Conselho para as Migrações.

7.e. Riscos

Poder ser colocada em causa a legitimidade de se traçar um “perfil ideal” para o “papel” de conselheiro e poder ser limitador para a escolha do melhor representante no Conselho. Pode alegar-se que se está a ir muito para além do que se encontra estipulado na Lei ou no Regulamento Interno aprovado, que nada refere a este respeito.

Uma vez que tem havido pouca representatividade jovem no associativismo imigrante ativo, poder ser dissuasor para estes, a iniciativa de se envolverem na representação das suas comunidades.

As alterações propostas e o nível de exigência requerido poderão trazer questões de ordem prática, relativamente a dúvidas sobre eventuais candidatos que apenas parcialmente se enquadrem no “perfil”.

Os resultados alcançados no “focus group” não serem bem acolhidos pelos representantes não participantes, bem como questões relacionadas com a votação destas matérias.

A falta de tempo para assistir ao plano de formações proposto e para a realização das reuniões com as comunidades ou participação nos eventos.

A não obtenção de um verdadeiro e uniforme envolvimento dos representantes nas actividades propostas.

Não ser possível a compatibilização das obrigações e deveres assumidos com o CM e o exercício das respectivas actividades profissionais.

7.f. Planos alternativos:

Apenas serem implementadas parcialmente algumas das propostas agora apresentadas e/ou serem aplicadas as alternativas propostas no processo a desenvolver.

8.Avaliação

A realização de uma comparação dos relatórios de actividades do Conselho para as Migrações nos anos de 2017 e 2018 percebendo o alcance do trabalho realizado por comparação.

A aplicação de um novo questionário, a meio do mandato, para tentar perceber o que correu bem, o que é preciso alterar e/ou melhorar ou reflectir sobre procedimentos e formas de trabalhar.

Auscultar os imigrantes acerca do processo de representação que gostariam de ter para além do actualmente vigente.

8.a. Mudanças na população-alvo

A mudança que se pretende implementar na população alvo desta iniciativa é, por um lado, capacitá-los e motivá-los para o exercício das suas funções, para estarem cientes das responsabilidades que detêm enquanto representantes dos migrantes e como voz ativa e responsável para sinalizar as suas preocupações mas também pela apresentação de propostas de solução para aqueles que por vezes não têm como se pronunciar junto do poder político e das instâncias competentes.

8.b. Mudanças na comunidade

Através das mudanças que se propõem operar junto do Conselho, poderá ser criada uma maior consciência por parte da comunidade, para o exercício dos seus direitos e, com base nesse melhor exercício, serem melhoradas as condições de vida dos migrantes.

8.c. Ganhos globais

Dado o papel que um órgão desta natureza assume na sociedade portuguesa, para autóctones, migrantes e poder político, os ganhos são de diversa ordem.

Desde logo como forma de envolver os migrantes no traçar do seu próprio destino, proporcionando maiores níveis de participação e envolvimento.

Permite melhorar as motivações e sinergias entre as entidades e comunidades envolvidas no CM de forma a trabalharem em conjunto, mas com maior pro-actividade, as diferentes vertentes da integração e da política migratória.

Trazer questões de “terreno” ao conhecimento de instituições como o ACM para dotá-lo de maior informação, aproximá-lo das questões quotidianas das comunidades, para que a sua intervenção e apoio seja oportuna e consistente na resolução de problemas concretos, na defesa dos seus direitos e na melhoria das condições de vida e de integração.

8.d. O que o curso me ajudou

O curso aprofundou e/ou consolidou os meus conhecimentos em algumas áreas sobre as quais já tinha alguma formação e proporcionou-me adquirir novos conhecimentos em matérias importantes para a gestão da diversidade sobre as quais não tinha qualquer conhecimento ou ideia fundamentada.

A elaboração do projecto, por sua vez, obrigou-me a recolher, organizar e sistematizar informação e a reflectir sobre possíveis melhorias e propostas de novos rumos a introduzir em órgãos e instrumentos já muito pensados e bem organizados, pelo que constituiu um enorme desafio.

A ter mais contacto com novas formas de aprendizagem como o sistema de *e learning* e a melhor organizar o meu tempo para mais compromisso.

9. Divulgação

Operadas as mudanças e feita uma avaliação da repercussão das mesmas, melhores seriam os níveis de participação e, conseqüentemente, melhor a intervenção do conselho nas mais diversas áreas às quais se dedica.

Assim, aspectos como os contributos ao nível da sua pronúncia em sede de proposta de alteração legislativa, ou resolução - por seu intermédio - de obstáculos detetados por parte da administração pública a problemas de integração e/ ou a questões relacionadas com a inclusão social ou direitos de cidadania poderiam, de forma mais directa ou indirecta, ser publicitados nos órgão de comunicação do ACM e noutros meios de comunicação e, por esta via, contribuir para o aumento da credibilidade e conhecimento do trabalho desenvolvido.

9.a. Na comunidade

Na comunidade, com a realização das reuniões entre conselheiros e comunidades, haveria um passar de informação “boca a boca” sobre a existência e eficácia do Conselho para as Migrações, através da boa resolução dos problemas detetados, reportado e resolvidos. Com esta dinâmica, haveria maior confiança das comunidades nos seus representantes e nas instituições que trabalham as migrações e, conseqüentemente, uma maior utilização dos mecanismos criados e ao seu dispor. Por via desta maior utilização, maior conhecimento dos próprios e da sociedade em geral haveria, com maior eco nas diferentes dimensões.

9.b. No ACM

A optimização do trabalho desenvolvido pelo Conselho para as Migrações, enquanto órgão do ACM, seria sempre uma mais-valia e todas as suas actividades poderiam de forma directa e prática ser apresentadas no site do ACM, na parte dedicada ao ACM <http://www.acm.gov.pt/-/conselho->

para-as-migracoes-cm- e/ou em notícias <http://www.acm.gov.pt/acm/noticias>. Haveria também a percepção de que, estrategicamente, órgãos, serviços programas e projectos se encontram conectados e a trabalharem de forma articulada em prol de um fim comum.

Alargar e melhorar o conteúdo informativo acerca do Conselho para as Migrações, também seria um aspecto importante, para dar destaque a aspectos como a composição, funcionamento, principais áreas de intervenção desenvolvidas, acções desenvolvidas, entre outros.

9.c. No País

Nos órgãos de comunicação social como os jornais diários, semanais ou outros, através de notícias sobre avanços na política de integração de migrantes, nas suas diferentes vertentes: saúde, educação, segurança social, habitação, cultura, língua portuguesa, trabalho, entre outros, ao dar destaque a alguma iniciativa ou acontecimento quotidiano, dar-se-ia também destaque ao Conselho para as Migrações, enquanto órgão de consulta e apoio na tomada de decisões por parte do Alto-Comissariado para as Migrações projetando o trabalho realizado, nacional e internacionalmente.

9.d. Futuras reflexão/comentário/sugestões futuras

Como sugestões para uma futura edição do curso deixaria as seguintes:

- Maior flexibilidade para a assistência das aulas em directo. A conciliação da vida pessoal, profissional e de estudante é por vezes difícil de compatibilizar, não sendo, contudo, reveladora de menor interesse pelo curso nem pelas matérias.

- Ser elaborado e apresentado, um programa inicial do curso, onde estejam plasmados os principais módulos, constituídos por um tronco comum e alguns módulos opcionais.

- Haver um momento presencial para orientação de questões relacionadas com o projecto.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Projeto Check In – Entrada Para o Sucesso

Ana Cristina Fernandes de Sousa



U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO

1. Introdução

Tendo em conta os conhecimentos adquiridos no curso de Diversidade e Desenvolvimento, da Faculdade de Motricidade Humana, vou realizar o meu trabalho final tendo por base o Projeto Check-In - Entrada para o Sucesso, Projeto no qual trabalho atualmente.

Faço parte da equipa deste projeto desde setembro de 2016 ocupando o cargo de dinamizadora comunitária. Faço por isso “a ponte” entre os jovens e a restante equipa técnica sendo também da minha responsabilidade a dinamização de algumas atividades que irei abordar mais detalhadamente ao longo deste trabalho.

Tive a possibilidade de integrar este projeto uma vez que já tinha tido a oportunidade de participar, enquanto formanda, num projeto piloto do Programa Escolhas denominado Inclusão dos Sabores. Neste período tive a oportunidade de adquirir e desenvolver competências na área da cozinha, mesa e bar e empreendedorismo. Aliado a isto tenho também um curso de dupla certificação que me deu a equivalência ao 12.^a na área de organização de eventos (Escola Profissional Alternância).

Este projeto permitiu-me por isso aplicar competências previamente desenvolvidas bem com adquirir e desenvolver novas competências.

Passando agora à apresentação do Projeto. O Projeto Check In pretende ser uma resposta inovadora para a questão da empregabilidade e inserção socioprofissional da população jovem proveniente de contextos socioeconómicos vulneráveis. Enquanto projeto desafia-se a ter uma intervenção eficaz no concelho de Vila Nova de Gaia, território com um elevado número de jovens e uma elevada taxa de desemprego.

Destaca-se pelo recurso e metodologias de aproximação aos contextos e aos jovens em situações de vulnerabilidade, através da dinamização de atividade nos seus ecossistemas proximais.

Apresenta-se enquanto resposta para a problemática do desemprego jovem e lacunas de capacitação no território onde intervém, identificando oportunidades e dando resposta às necessidades - ora empregabilidade dos jovens, ora do mercado de trabalho da região.

A equipa do Projeto Check In pretende por isso capacitar e orientar os participantes no sentido dos mesmos alcançarem sucesso pessoal e

profissional, através da inserção em postos de trabalho ou na criação de iniciativas de empreendedorismo.

Abordarei de seguida as várias fases que estiveram na origem deste projeto refletindo de seguida sobre cada uma delas.

2. Diagnóstico

Foram identificados vários problemas nomeadamente:

- Abandono precoce;
- Marginalidade e consumo de substâncias ilícitas;
- Desocupação dos jovens em abandono escolar;
- Ausência de retaguarda familiar de crianças e jovens;
- Fraquezas identificadas na rede formal e informal de apoio;
- Socialização negativa (grupo de pares).

Contextualizando isto e focando-me nos 65 jovens (participantes diretos) com quem trabalho atualmente, jovens esses que têm em média 17 anos de idade, podemos referir o seguinte:

- 90% destes jovens encontra-se em abandono escolar;
- Em média estes jovens têm o 6.º ano de escolaridade;
- 80% afirma recusar-se a integrar novamente o sistema escolar;
- Cerca de 50% destes jovens tem ou já teve comportamentos de risco (consumo de substâncias ilícitas, vandalização de espaços ou pequenos furtos e roubos);
- 30% destes jovens antes de integrarem o Projeto isolavam-se sendo o seu único contacto social o familiar.

Os nossos participantes diretos podem por isso ser definidos desta forma. São jovens oriundos de backgrounds socioeconómicos desfavorecidos e famílias pouco funcionais. Alguns encontram-se sinalizados pelos comportamentos desviantes que adotam (consumo de substâncias ilícitas, pequenos delitos), mas também por pertencerem, antes da institucionalização, a contextos violentos. Nestes grupos encontram-se igualmente jovens refugiados/emigrantes, assim com jovens provenientes de contextos sem-abrigo e marginalização, encontrando-se em situação de desocupação. Estes jovens encontram-se sinalizados igualmente pelo

abandono escolar precoce (baixas qualificações, frequentemente inferiores à escolaridade obrigatória), e pelos comportamentos desviantes adotados. Jovens em situação de desemprego/ inatividade, com percursos escolares marcados pelo insucesso e/ou abandono precoce.

3. Identificação de potencialidades

- Rede de instituições na região;
- Qualificação da equipa técnica das instituições de acolhimento dos jovens.

O Projeto tem no seu consórcio varias entidades que valorizam e acreditam nesta iniciativa pelo que a sua participação e acompanhamento do Projeto e dos jovens é constante.

Estas parcerias são essenciais sendo o contributo de cada uma delas distinto mas complementar. Temos parcerias que encaminham os jovens até ao Projeto, técnicos encarregados de educação dos jovens que estão constantemente disponíveis para nos ajudar neste percurso, entidades que recebem os nosso jovens para que os mesmos possam desenvolver as competências previamente desenvolvidas no percursos profissionalizante por eles previamente seleccionado.

Além do consórcio temos também de referir as entidades contactadas que se têm mostrado disponíveis a complementar a formação dos jovens ao deixa-los ganharem experiencia na sua área de formação.

Importa aqui salientar que todas as actividades desenvolvidas são adaptadas aos vários jovens que participam no projeto tendo em conta o seu passado, as suas capacidades de concentração e de interacção, os conhecimentos já existentes e as suas necessidades presentes ou futuras.

4. Planeamento

- Planificação do Projeto tendo em conta os problemas sociais e as potencialidades existentes;
- Inventariação dos recursos cedidos pelo consórcio e os possíveis de adquirir segundo orçamento;

- Planificação das atividades tendo em conta os jovens e o tipo de recursos disponíveis.
- Planificação dos marcos temporais em que as atividades vão acontecer.

Ao planear um projecto temos de ter muito bem definido qual o problema que queremos resolver. Perceber qual o local de maior sucesso para a implementação deste, assim como os recursos ao nosso dispor para conseguir uma maior taxa de sucesso. Todas as atividades devem de ser cuidadosamente planeadas, para retirar maior rentabilidade dos recursos existentes obtendo o maior impacto possível. Ao estabelecer marcos temporais ajudamos a perceber se as atividades estão a resultar positivamente nos jovens ou se teremos de fazer alterações.

5. Execução do projeto

- Inventário e locação constante dos materiais e recursos disponíveis
- Execução das atividades de acordo com o parâmetro de qualidade, eficácia, eficiência ética, confidencialidade e assertividade em constante articulação com os parceiros.
- Execução de reinões de monitorização da execução face ao planeamento.

O projecto envolve em 3 eixos:

Empregabilidade que consiste em inserir profissionalmente jovens de contextos destituidos e com poucas qualificações escolares no mercado de trabalho, nomeadamente em empresas e sectores de actividade que valorizam de forma mais acentuada as competências técnicas que as competências escolares.

Empreendedorismo tem como objectivo desenvolver competências de liderança iniciativa e orientação para resultados em jovens em situações de desemprego e que provem de contextos de maior vulnerabilidade.

Inclusão Digital tem como objectivo desenvolver competências em literacia informática e multimédia em crianças e jovens provenientes de contextos desfavorecidos e pouco estimulantes.

Enquanto dinamizadora do projecto eu entre venho em 2 eixos, no eixo da empregabilidade e no eixo do empreendedorismo.

No eixo da empregabilidade eu complemento a actividade de “Cozinhar Oportunidades” ao presta auxilio ao chefe de cozinha e apoio os jovens com maior dificuldade técnica e emocionais nas suas tarefas. Ao nível da comunicação com as famílias e a nível do desempenho técnico do seu educando. Na actividade “À Mesa com o Emprego” as funções são muito semelhantes as anteriores modificando apenas a orientação técnica que é ao nível do serviço de mesa e bar e as características dos jovens que são diferentes.

Cozinhar Oportunidades



À Mesa com o emprego



No eixo do empreendedorismo sou responsável por dinamizar “Competências ao Serviço do Outro” actividade de voluntariado com vista a desenvolver as competências psicossociais.



Bem como a dinamização a actividade “Inclusão dos Sabores”, um negócio social que tem como objectivo a prestação de diversos serviços de catering e cozinha pelos jovens do projecto a clientes individuais e institucionais.



E por último o Time Out do Empreendedor atividade lúdica e desportiva para os jovens para os ajudar a desenvolver competências de liderança, trabalho de equipa e organização de pessoas, para além de ser um bom incentivo à saúde e coesão grupal.



Os meus contributos para o projecto:

- Ter uma visão técnica do que os restantes elementos da equipa
- Uma visão mais jovem e mais próxima dos participantes do projeto
- Apoiar na organização e dinamização de actividades com maior complexidade técnica na área da restauração
- Apoiar na avaliação das aprendizagens técnicas que é complementar à avaliação psicossocial da equipa técnica.

Os Parceiros

As redes de parcerias são muito importantes:

- Permitem a rentabilidade de recursos
- Permitem uma melhor execução do projeto
- Permitem a envolvência de toda a comunidade através de uma rede de sinalização e encaminhamento de jovens e familiares para o projecto.
- Permitem a constituição de uma equipa de avaliação externa ao processo que é um mecanismo facilitador, uma vez que oferece uma visão abrangente de qualidade de execução do projeto

- Cedência de recursos gratuitos bem como rede de contactos indispensável á execução do projecto.
- Seleção de parceiros estratégicos que permitem a inserção profissional mais facilitada aos jovens

6. Avaliação transversal

- Avaliação do cumprimento dos objectivos definidos face ao planeamento em candidatura
- Discussão de iniciativas de melhoria a decorrer mensalmente com equipa técnica e parceiros
- Execução de relatórios de avaliação de impacto tendo em conta o número de jovens envolvidos e a mudança social alcançada
- Avaliação de grau de satisfação de todas as partes envolvidas no projeto

Sei que nem todos os participantes irão ter sucesso imediato para o mercado de trabalho ou para a inserção escolar, mas sei que ao estarem nas actividades vão desenvolvendo competências para que um dia esta transição seja mais fácil.

7. Conclusão

Com este trabalho concluo que ao participar no projecto Check In vou crescendo a nível profissional assim como pessoal. Pois estou regularmente a ser desafiada aos mais variados níveis pois todos os jovens têm capacidades e necessidades diferentes de aprendizagem e emocionais o que faz com que a minha abordagem tenha de ser modificada consoante o jovem.

Acredito que este projeto seja sem dúvida alguma algo inovador na área do empreendedorismo social. Pois toda a equipa técnica cria as actividades para cada jovem especificando as lacunas que os jovens têm a nível escolar e assim personalizando o método de estudo para as necessidades profissionais e pessoais de cada participante.

O meu maior desafio neste momento é conseguir gerir as expectativas as minhas. Pois embora recebamos muitos jovens e todos eles tenham grande potencial, devido a diversos factores que nem sempre estão ao nosso

alcançe, os jovens não conseguem alcançar esse potencial. Por isso agora tenho-me concentrado em todas as pequenas vitórias que temos do que em todas as que poderíamos ter.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Novos Horizontes, Vidas Empenhadas, Vamos Construir

Ângelo Luís Abelhas Inácio



U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO

1. Introdução

Nos dias de hoje existe claramente a necessidade de elaborar novas estratégias de intervenção em crianças e jovens em risco, pois as problemáticas existentes são cada vez mais diversificadas e complexas, no sentido de dar resposta às principais necessidades e especificidades das crianças/jovens.

Acreditamos que as crianças são a essência e a razão do nosso trabalho e que podemos fazer a diferença nas suas vidas. Desenhamos os nossos objetivos de intervenção, para que todas as crianças possam maximizar o seu potencial, com base na crença de que mesmo as crianças mais desafiadas podem desenvolver competências e as famílias com problemas igualmente complexos e duradouros podem ser bem sucedidas.

Um Projeto é um instrumento estratégico e de orientação, por excelência, sendo que, a sua elaboração deve inspirar e operacionalizar todas as linhas orientadoras de toda a atividade pedagógica e educativa, formulados os objetivos de intervenção, assim como, todos os recursos disponíveis, de forma a promover os direitos das crianças e jovens acolhidas, numa perspectiva integrada e ecológica e de acordo com a concepção expressa na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Proponho o **Projeto Novos Horizontes, Vidas Empenhadas, Vamos Construir**, surgindo assim, como uma ferramenta que possibilita a definição e a formulação das estratégias que vão fazer do espaço organizacional onde se concretizam todos os desafios educativos, funcionar como fator impulsionador da sua autonomia educativa. Assume-se como um instrumento com projeção de futuro, pensado e elaborado a partir da análise da própria realidade institucional, atua de modo coerente sobre a prática educativa, com a intenção de a melhorar e lhe permitir alcançar os objetivos pretendidos. Visa assim, encontrar e dar uma orientação comum, facilitando e uniformizando o trabalho educativo com toda a comunidade. Serve para definir estratégias sustentadas que permitam operacionalizar de uma forma otimizada, todas as ações implementadas, para a promoção de uma maior qualidade de vida das crianças e jovens.

O tempo da criança/jovem é um tempo próprio, onde devem ser estimulados princípios, valores e oportunidades educativas, capazes de

provocar o desenvolvimento de atitudes de cidadania e autonomia, que lhes permita uma participação ativa e inclusiva na sociedade envolvente, assim como, adaptar-se às exigências que a mesma lhe coloca. A educação deve ser concebida como um todo, que se apoia em quatro grandes pilares: *“aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”*.

2. Perfil institucional

A **APISB – Associação de Solidariedade Jovem**, inscrita no RNAJ/IPDJ com o código 2013-00017 e NIF 510471749 com sede na Fundação Casa de Trabalho, Av. Cidade de Zamora, 5300-111 Bragança, representada pelo seu Presidente, Fábio Henrique Garcia Serqueira. Nasceu pela mão de grupo de ex-alunos, de três instituições de acolhimento residencial, da cidade de Bragança.

A associação tem como fim promover a inclusão social através da organização de iniciativas para a comunidade e realizar eventos culturais, desportivos, recreativos e formativos tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Para melhor responder aos seus fins, a APISB em Dezembro de 2015 candidatou-se com um Projeto (Pontes de Inclusão) à 6o Geração do Programa Escolhas, o que foi aprovado. Ficou assim melhor capacitada, para responder ao público que a procura, crianças, jovens e famílias em situação de fragilidade.

A associação tem sede no próprio projeto, que foi regime da modalidade de comodato, autorizada a ser rentabilizada pela Fundação Casa de Trabalho, onde se desenvolvem atividades com jovens da cidade e também com três instituições.

Nesta geração passou também a desenvolver a sua intervenção em duas aldeias, onde existe um número significativo de elementos de etnia cigana, St. Comba de Rossas e Sarzeda. Atender ao superior interesse de todas as criança contínua a ser a linha da frente da nossa intervenção.

As principais necessidades de intervenção estão relacionadas com o domínio comportamental, designadamente associadas aos resultados escolares, à assiduidade e ao estigma associada às crianças/jovens de grupos minoritários e étnicos, nomeadamente rótulos de comportamentos,

insucesso escolar, influências negativas junto de pares e na comunidade cível, condições que fez aumentar as necessidades nesta primeira fase do projeto, na primeira medida de intervenção. Outro foco de intervenção é a empregabilidade e as dificuldades sentidas pelos participantes em criar estratégias motivadoras para o problema do desemprego jovem, nas minorias étnicas e nos grupos sociais mais vulneráveis.

3. Objetivo

Reduzir o insucesso escolar junto de crianças/jovens em situação de vulnerabilidade social, capacitando-os para o mercado de trabalho ou para a continuação do percurso escolar.

Estas crianças/jovens sentem a fragilidade de terem uma família ou um contexto social que foram incapazes de lhes proporcionar as condições necessárias ao seu bom desenvolvimento. Aprenderam modelos relacionais perturbados que precisam de ser transformados em experiências reparadoras, promotoras de modelos de vinculação.

A estruturação da personalidade da criança/jovem relaciona-se com a aprendizagem de normas, com a sua interiorização e construção de mecanismos que permitam exercer o auto-controlo das suas condutas. Logo, desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais, bem como, uma intervenção parental e comunitária, capaz de valorizar as aprendizagens de vida que a nossa comunidade possui.

De acordo com Nicholas Hobbs, partimos do pressuposto que cada dia deve ter uma enorme importância para a criança/jovem, aproveitar as vivências do dia-a-dia. Quando uma hora é negligenciada, passada sem motivo ou intenção, a criança perde, uma vez que o ciclo de aprendizagem é contínuo.

Na reeducação, ninguém espera por uma hora terapêutica especial, devemos transformar todas as horas em momentos especiais e valorizar os pequenos momentos. Implica uma luta por um envolvimento imediato e sustentado na vida, com objectivos e consequências.

A empatia e o afeto são importantes no desenvolvimento das relações interpessoais. A construção das relações interpessoais começa com a aceitação, ou seja, apreciação positiva incondicional.

A competência e a confiança são competências essenciais para uma vivência bem sucedida, para um bom desempenho e para nos sentirmos bem em relação a nós próprios. Devemos compreender a importância de ajudar a criança ou jovem a tornar-se competente em determinada área o mais cedo possível. É fundamental dinamizar de um modo intuitivo atividades planeadas com base no modelo de competência, para aumentar o nível de performance e para que as atividades sejam analisadas por tarefa e por competência. Assim, esta abordagem garante experiências de vida de sucesso para as crianças e jovens, ajudando-as a crescer solidamente em competência e espírito.

À medida que a criança cresce em mestria, o ciclo torna-se auto perpetuador. Descobrir potencialidades, explorar competências e transferir para os diversos contextos. A adolescência é uma forma intensa do tempo passado no corpo, no espírito e no meio envolvido e, por isso, a dor é mais sofrida, o sonho é maior, o outro mais importante.

Desta forma, é fundamental assegurar que cada dia é preenchido com atividades que fortalecem, ensinam e curam.

4. Especificamente

Estimular aos adultos à procura efetiva e profícua de trabalho, assente nas suas capacidades, estimular as famílias a terem um acompanhamento regular e assertivo dos filhos junta da escola e serviços de bairro, para a minimização das queixas e implicitamente motivar a aceitação das regras sociais vigentes. Desta forma, a inserção sócio-laboral e social das famílias, implicaria rapidamente uma postura diferente dos jovens.

Vemos frequentemente crianças com o desenvolvimento moral comprometido, traumatizadas que agem impulsivamente sem pensar, que não são capazes de lidar com a gratificação, que distorcem a realidade e imputam a culpa a outros, especialistas em perder o controlo, aparentemente sem serem provocadas.

Devemos ajudar as crianças perturbadas a descodificar os seus comportamentos demonstrando-lhes como podem estabelecer as ligações entre sentimentos e os eventos externos. A compreensão desta ligação é o primeiro passo no trilho da auto aprendizagem.

As técnicas de auto gestão são melhor ensinadas no contexto onde a criança encontra as dificuldades. As intervenções devem ser tão breves quanto possível para que os objectivos desejáveis sejam alcançados. As estratégias para ensinar o auto-controlo devem assentar na relação interpessoal, de forma, a ajudá-los a aprenderem a viver num ambiente estruturado e equilibrado. *“A competência cognitiva das crianças e adolescentes pode ser consideravelmente aumentada; eles podem aprender competências genéricas na gestão das suas vidas, bem como, estratégias para lidarem com a complexa variedade de exigências que lhes são colocadas pela família, pela escola, pela comunidade, ou por um emprego; por outras palavras, a inteligência pode ser ensinada.”*

5. Estado da arte

A intervenção com as crianças/jovens desenvolve-se a vários níveis: escolar, psicológico, familiar, pedagógico, profissional, desportivo, saúde e musical, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento saudável e a sua integração social.

A nossa missão é estimular e educar crianças/jovens para uma mudança reparadora e uma descoberta autêntica e efectiva, onde estimular para a Capacitação e Autonomizar com Qualidade são dois pilares fundamentais.

As razões que justificam a nossa intervenção dizem respeito a situações de negligência familiar, comportamentos de risco dos progenitores, maus-tratos físicos e psicológicos, carência afetiva e económica, comportamentos desviantes e problemas escolares.

Estas crianças sentem a fragilidade de terem uma família ou um contexto social que foram incapazes de lhes proporcionar as condições necessárias ao seu bom desenvolvimento. Aprenderam modelos relacionais perturbados que precisam de ser transformados em experiências reparadoras, promotoras de modelos de vinculação.

A estruturação da personalidade da criança relaciona-se com a aprendizagem de normas, pela educação não-formal, com a sua interiorização e construção de mecanismos que permitam exercer o auto-controlo das suas condutas.

Das várias pedagogias utilizadas pelos técnicos nas diversas atividades que o projeto desenvolve com a sua população alvo. Uma das técnicas na atividade “Terapias” que desenvolve com os jovens, nos diferentes sítios em que se desenvolve o projeto. No total quatro vezes por semana, nas suas terapias a temática que aplica é a “Aventura Social”, embora não tenha formação no programa, utilizando assim os vários recursos do programa, o que tem levado a alcançar bons resultados nesta área.

Um outro programa utilizado dentro do projeto pelo dinamizador comunitário, numa das atividades que dinamiza uma vez por semana, é o “Vidas Ubuntu”, este projeto pretende desenvolver um processo de consciencialização, de recuperação de memórias, de gênese de sentido, de integração positiva de tudo o que foi vivido e de valorização da identidade. A apresentação do resultado final é feita, de forma voluntária, em formato digital (digital storytelling) ao grupo de participantes e convidados, num evento especialmente organizado para o efeito.

O Vidas Ubuntu é inspirado na filosofia Ubuntu (“Eu sou porque tu és”) que o IPVA tem desenvolvido em Portugal através da Academia Ubuntu, e que promove uma cultura de acolhimento, respeito, entreajuda, partilha, comunidade, cuidado, confiança e generosidade.

Esporadicamente alguns dos técnicos dinamizam vários projetos nas diversas atividades, alguma delas, propostos pelo Programa Escolhas, outros apresentados pelo consórcio, como por exemplo, o "Justiça para Tod@s" é um Projeto de promoção é dos valores democráticos colocando a Educação para a Justiça e o Direito (em especial os Direitos Humanos, direitos das minorias e não discriminação) como ferramenta cívica fundamental num Estado-de-Direito.

Desenrola-se através de ações de sensibilização, divulgação, workshops e jogos de simulação de um caso em Tribunal, dirigidas a jovens, entre os 12 e os 25 anos, como também durante o mês de Abril todo ele é dedicado a prevenção dos maus tratos na infância. Em Fevereiro a prevenção da violência no namoro, entre outros.

Assim a nossa intervenção é composta por várias áreas, assente sempre, como já referido, na educação não-formal como: terapias, desporto (Futebol, Kikoiing, Natação, Futebol e Dança), artes plásticas (oficinas de

trabalho e o Mundar), mediação escolar, estágios de aprendizagem e Informática. Estas atividades são para jovens de diferentes instituições de acolhimento residencial e também para a comunidade rural, com alguns elementos de etnia cigana. A equipa é reduzida, aquela que trabalha a 100%, mas muito diversificada, disponível e motivada sendo composta por professores de desporto, de artes e de informática, também psicólogos e educadores sociais.

A intervenção com crianças e jovens deve fomentar essencialmente a construção de relações de qualidade, com figuras de vinculação, que lhe permita recorrer nas situações adversas e lhe garanta sentimentos de segurança, proteção, facilitadores na exploração do mundo e interiorização de regras sociais (Martins, 2012).

A relação afetiva com uma criança/jovem deve ser particularmente cuidada, através do carinho, do diálogo, com sorrisos, mesmo em contextos que não despertem essa vontade, procurando conciliar a liberdade e o afeto, com a autoridade.

Desta forma, os colaboradores devem proporcionar uma atmosfera humanizada e securizante, com vínculos diferenciados e seguros, reparadores de modelos de relação disfuncional. Estes adultos assumem papéis determinantes na vida das crianças/jovens, pois têm a missão de constituir modelos positivos de identificação, de os orientar e ajudar a superar as suas dificuldades, assim como, protegê-los e potenciar-lhe aprendizagem. O seu desempenho deve estar centrado no objetivo de satisfazer as suas necessidades e expetativas.

Partilhar momentos informais é fundamental para o estabelecimento de vínculos de afeto e proporciona situações de interação, gratificantes para a criança e para o colaborador.

Cabe-nos transmitir o conjunto de regras e de valores de uma sociedade, de modo a que estas adquiram competências para o desempenho de papéis sociais e para aceitarem a responsabilidade social. No projeto cada criança é reconhecido, amado, valorizado, estimulado e acompanhado na (re)construção da sua vida, em que a sua evolução é feita de forma progressiva e individualizada.

6. Pontos fortes e fracos da situação

Um dos pontos fortes do projeto é as instalações: onde está sediado que fica dentro de uma instituição que acolhe jovens do sexo masculino, o que permite um trabalho mais consistente e regular com estes jovens.

Um outro é também o reconhecimento pela parte da direção dessa mesma instituição pelo trabalho desenvolvido até ao momento. A afirmação, o valor social do trabalho social e de apoio a uma população vulnerável junto da comunidade, bem com, a localização ser no centro histórico da cidade, aproxima as populações e majora o projeto.

A escolha das medidas de intervenção baseada nas necessidades da comunidade e nas fragilidades do público-alvo, incentiva as crianças/jovens, suas famílias e o contexto social onde estão inseridas a acreditar no trabalho de fortalecimento da rede de coesão existente.

Das fragilidades sentidas por vários técnicos, no trabalho com outras duas instituições parceiras um deles de acolhimento de Infância misto, outro deles de acolhimento feminino é muitas vezes do descrédito pelo projeto, a falta de diálogo entre a coordenação do projeto com as direções dessas mesmas instituições, porque sempre que é solicitada uma reunião é delegado num técnico para reunir com a direção, o que impossibilita por várias vezes a realização de atividades com uma grande abrangência. Por outro lado a as mesmas direções só recorrem ao projeto quando precisam de ajudas económicas para atividades à margem do trabalho do projeto.

No trabalho com os jovens, inicialmente as atividades começaram a serem em conjunto com todas as instituições de acolhimento, nas instalações do projeto. Mas devido à fase, que muitos participantes se encontram, numa altura em que começam a aparecer os primeiros sinais da adolescência e os primeiros namoros, decidiu-se em diálogo com as várias instituições, que algumas das atividades seriam desenvolvidas nas próprias instituições, o que levou o projeto a ser itinerante.

7. Calendarização

O tempo da criança/jovem é um tempo próprio, onde devem ser estimulados princípios, valores e oportunidades educativas, capazes de provocar o desenvolvimento de atitudes de cidadania e autonomia, que lhes

permita uma participação ativa e inclusiva na sociedade envolvente, assim como, adaptar-se às exigências que a mesma lhe coloca. A educação deve ser concebida como um todo, que se apoia em quatro grandes pilares: “*aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*”.

Assim, toda a nossa prática educativa deve assentar nestes princípios orientadores, pondo em prática diversos métodos ativos que privilegiam as relações humanas e o bem-estar físico e psicológico das crianças/jovens acolhidas.

Desta forma, foram considerados alguns pontos-chave, como:

- Desenvolvimento da capacidade de resiliência;
- Satisfação das necessidades segundo a hierarquia das necessidades de Maslow;
- Educação para os valores e para o saber ser em detrimento do saber ter;
- Potenciar a criação de vínculos seguros;
- Criação de oportunidades de participação e apoio ao trabalho intelectual e à aquisição de saberes;
- Desenvolvimento pessoal e social, designadamente do espírito crítico, da autonomia e da responsabilização progressiva, através da participação e do trabalho cooperativo;
- Participação das famílias no processo educativo e o estabelecimento de relações de concreta colaboração com a comunidade;
- Inserção da criança/jovem em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas.

O método utilizado neste *Projeto Novos Horizontes, Vidas Empenhadas, Vamos Construir*, assenta no analisar, discernir, agir e avaliar, cujo objetivo é a formação pessoal e de preparação para uma cidadania livre e responsável. Preparação para a vida, através da maximização das potencialidades e supressão das fragilidades, sendo privilegiadas, como áreas de intervenção, as necessidades incluídas na Pirâmide de Maslow.

Assim, encontra-se organizado da seguinte forma:

- Primeiro Capítulo 2016– **Necessidades Fisiológicas / Proteção e**

Segurança

- Segundo Capítulo – 2017 – **Necessidades de Amor e Pertença / Estima**

- Terceiro Capítulo – 2018 – **Auto-Realização**

Esta concepção procura a satisfação de todas as necessidades de cada criança/jovem, na sua plenitude, permitindo o seu crescimento pessoal e desenvolvimento humano, de uma forma gradual e sequenciada.

É organizada segundo uma hierarquia de importância e influência humana, desde as suas necessidades mais básicas às mais complexas. Assim, é permitido à criança/jovem um equilíbrio para a sua progressão individual, enquanto ser humano, devendo para tal ser respeitadas as suas especificidades e ritmo de crescimento.

8. Recursos

Cabe-nos transmitir o conjunto de regras e de valores de uma sociedade, de modo a que estas adquiram competências para o desempenho de papéis sociais e para aceitarem a responsabilidade social. No projeto cada criança é reconhecido, amado, valorizado, estimulado e acompanhado na (re)construção da sua vida, em que a sua evolução é feita de forma progressiva e individualizada.

A intervenção com crianças e jovens deve fomentar essencialmente a construção de relações de qualidade, com figuras de vinculação, que lhe permita recorrer nas situações adversas e lhe garanta sentimentos de segurança, proteção, facilitadores na exploração do mundo e interiorização de regras sociais (Martins, 2012).

A relação afetiva com uma criança/jovem deve ser particularmente cuidada, através do carinho, do diálogo, com sorrisos, mesmo em contextos que não despertem essa vontade, procurando conciliar a liberdade e o afeto, com a autoridade.

Desta forma, os colaboradores devem proporcionar uma atmosfera humanizada e securizante, com vínculos diferenciados e seguros, reparadores de modelos de relação disfuncional. Estes adultos assumem papéis determinantes na vida das crianças/jovens, pois têm a missão de

constituir modelos positivos de identificação, de os orientar e ajudar a superar as suas dificuldades, assim como, protegê-los e potenciar-lhe aprendizagem. O seu desempenho deve estar centrado no objetivo de satisfazer as suas necessidades e expetativas.

Partilhar momentos informais é fundamental para o estabelecimento de vínculos de afeto e proporciona situações de interação, gratificantes para a criança e para o colaborador.

9. Contributo pessoal

“Só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a”.

Uma intervenção coesa em parceiras e em rede ajudaria imenso a ultrapassar riscos com as crianças. Muitos são portadores de déficits cognitivos, vítimas de maus tratos entre tantas outras problemáticas que o projeto conhece.

Nos dias de hoje existe claramente a necessidade de elaborar novas estratégias de intervenção, as problemáticas existentes são cada vez mais diversificadas e complexas, no sentido de dar resposta às principais necessidades e especificidades das crianças/jovens.

Os nossos valores continuam a guiar as atividades, acreditamos que as crianças são a essência e a razão do nosso trabalho e que podemos fazer a diferença nas suas vidas. Desenhamos os nossos objetivos de intervenção, para que todas as crianças possam maximizar o seu potencial, com base na crença de que mesmo as crianças mais desafiantes podem desenvolver competências e as famílias com problemas igualmente complexos e duradouros podem ser bem sucedidas.

Em termos de contributos pessoais consegui ter a noção mais concreta das estratégias informais a utilizar, apostar nos pequenos trabalhos que cada um de nós sabe dinamizar. Valorizar a importância do trabalho dos que o rodeiam, mesmo que sejam áreas distintas das suas. Procuram aprender sobre outras áreas para poderem contribuir de forma positiva para a instituição. Tem consciência de que ainda tem muito para aprender e que não sabe tudo. Procura saber mais sobre outras áreas e também procura

melhorar na sua. De forma proactiva, pesquisa e aplica novas soluções ou ideias, como projectos, que possam melhorar o seu trabalho e a missão.

10. Contributos do curso

Valorizar a aprendizagem. Procurar novos conhecimentos, ser mais atento e conscientes da importância do empreendedorismo, procurar novas oportunidades para que gerarem benefícios.

Ser proactivo, ser uma pessoa que não só procura estar atenta à procura de novas oportunidades e soluções, como antecipar possíveis problemas e encontram as sempre respostas necessárias. O meu objetivo é melhorar, apostar num projeto estratégico e de orientação, sendo que, a sua elaboração deve inspirar e operacionalizar todas as linhas orientadoras de toda a atividade pedagógica e educativa, formulados os objetivos de intervenção, assim como, todos os recursos disponíveis, de forma a promover os direitos das crianças e jovens, numa perspectiva integrada e ecológica. Proponho o projeto “Novos Horizontes, Vidas Empenhadas, Vamos Construir”, surgindo assim, como uma ferramenta que possibilita a definição e a formulação das estratégias que vão fazer do projeto, o espaço organizacional onde se concretizam todos os desafios educativos, funcionando como fator impulsionador da sua autonomia educativa.

Assume-se como um instrumento com projeção de futuro, pensado e elaborado a partir da análise da própria realidade, atua de modo coerente sobre a prática educativa, com a intenção de a melhorar e lhe permitir alcançar os objetivos pretendidos. Visa assim, encontrar e dar uma orientação comum, facilitando e uniformizando o trabalho educativo com toda a comunidade. Serve para definir estratégias sustentadas que permitam operacionalizar de uma forma otimizada, todas as ações implementadas, para a promoção de uma maior qualidade de vida das crianças e jovens.

11. Pessoal

Para intervir junto da população onde se sente a exclusão social, o afastamento social por estar acolhido, as questões de ordem comportamental na intervenção é minuciosamente refletida pela equipa, parceiros e consórcio. Temos que saber ouvir, opinar, acordar e assumir compromissos, tanto com

os participantes como entre parceiros. A situação de vulnerabilidade e o comportamento desajustado de muitas crianças/jovens, das famílias, a precariedade social e a iliteracia funcional das mesmas conduziu a uma intervenção concertada entre a medida I e II, o capacitar e empreender, para valorizar a necessidade e importância de formação contínua ao longo da vida. A aposta num trabalho terapêutico desenvolvido, de valorização e motivação das competências pessoais, sociais e intelectuais dos participantes, estimula a resiliência, reforça e faz acreditar nas vantagens da singularidade de cada participante.

Também estes estão a desenvolver estágios de trabalho com um grupo de jovens, que lhes permite auferir uma bolsa monetária de apoio semanal, ou seja um grande incentivo e reconhecimento do trabalho desenvolvido. A inserção profissional e as experiências de trabalho da população vulnerável estão a ser alcançadas pelo empenho na explicação minuciosa da tipologia de participante a incluir em cada local de ação e, pelo esforço em encontrar postos de trabalho e experiências laborais de acordo com os conhecimentos, aptidões e particularidades dos jovens.

Mantivemos um clima de descontração responsável e disciplinado, favorável ao processo ensino/aprendizagem e empregabilidade. Procuramos conhecer os participantes, ajudá-los a ultrapassar as suas dificuldades, a desenvolverem comportamentos de cooperação, de partilha e de respeito mútuo e também de promover o desenvolvimento de capacidades técnicas, cognitivas, afetivas, atitudinais, operativas, criativas, sociais, éticas; de forma a estes poderem ser indivíduos interventivos. Foram utilizadas estratégias, técnicas e recursos diversificados de forma a motivar os participantes para a realização das atividades propostas. Estimulamos a participação de todos, especialmente daqueles que revelavam maiores dificuldades; criamos situações de ensino diferenciado e apoio individualizado no estudo ou procura ativa de trabalho; desenvolvemos situações de aprendizagem conducentes à promoção de autonomia e autoestima; usamos uma linguagem adequada ao nível etário; incentivamos e apelamos à aprendizagem pela descoberta autónoma.

A equipa de trabalho, cooptada e sempre discutida a sua seleção pelos parceiros e projeto, que após algum tempo de intervenção regular e

consistente, que acredita e aceita as suas fragilidades, motiva as potencialidades e procura o seu sucesso. A adaptação e ajuste das atividades, o não ter elevados níveis de expectativas, o aceitar dar mais oportunidades, o orientar e sinalizar falhas, o trabalhar pela educação não-formal e com um método de orientação e apoio, nunca com foco no erro, aceitando ritmos de aprendizagem e conhecimento dos participantes díspares.

12. Avaliação e sugestões

A nossa avaliação passa por saber se está alicerçada em cada crianças/jovens a sua ação personalizada que educa e consciencializa para uma vivência da cidadania livre, responsável e efectiva, capaz de o conduzir à valorização do sistema de ensino ou à inserção no mercado de trabalho. Ganhos - criar estratégias de mediação, intervenção e capacitação e do dinamismo de integração social que se propõe atender ao superior interesse da criança/jovem e sua família.

Torna-se essencial capacitar as crianças/jovens para a construção da sua identidade, para o reconhecimento, para o desenvolvimento do sentido de auto-valorização e do auto-controlo, no sentido de, encontrarem caminhos alternativos perante as adversidades e enfrentarem de forma positiva os constantes desafios colocados pelos diversos contextos: pessoais, familiares, educativos e sociais.

Estes são estimulados a aprender e a treinar competências de vida para aplicar no dia-a-dia, tornando-os mais eficazes e competentes enquanto seres humanos, sendo que, o seu ajustamento aos diferentes contextos de vida pode ser melhorado significativamente. Procuramos maximizar as aptidões de cada criança/jovem encorajando-os a serem o agente central de mudança e crescimento, protagonista da sua história de vida. Participam ativamente na definição do seu próprio *Projeto de Vida*, com base na sua história pessoal, vivências e aprendizagens presentes, e expectativas e objetivos para o futuro.

No futuro muito gostaríamos de poder:

- **Na comunidade** - Outdoor na cidade, conferência do Presidente Câmara a falar do projeto;

- **No Escolhas** - dar exemplos do projeto como um exemplo a replicar junto de colegas; solicitar intervenção do projeto em iniciativas nacionais relacionadas com atividades de destaque;

- **No País** - Financiamento de uma ideia inovadora do projeto, por parte de uma entidade financiadora;

- **O curso** deveria analisar a carga horária, para mim foi uma dificuldade, porque muitas vezes por outros compromissos não consegui acompanhar como o desejado.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Programa Mentores para Migrantes: relato de uma experiência

Bárbara Duque Varela dos Santos



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO

1. Caracterização do projeto

1.1. Caracterização da população-alvo: breve enquadramento da realidade migratória em Portugal

Antes de mais, face àquela que é população-alvo começa-se por dar nota de uma breve caracterização sociodemográfica da realidade migratória em Portugal. Para isso, atente-se aos dados constantes no Relatório Estatístico Anual 2016 (Imigração em Números, ACM [2016]). Globalmente, o relatório revela que o saldo migratório mantém a tendência verificada desde 2011, apresentando-se como negativo em cerca de 30 mil indivíduos, ou seja, continuam a sair mais pessoas do país (49 572 emigrantes) do que a entrar (19 516 imigrantes).

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2015 residiam em Portugal 388 731 cidadãos estrangeiros com título de residência válido, representando 3,8% do total de residentes do país. Esta população está sobretudo concentrada no distrito de Lisboa, seguindo-se Faro e Setúbal, áreas metropolitanas nas quais se prevê mais oportunidades de emprego e redes sociais de interajuda mais fortes. No que diz respeito à composição da população estrangeira residente por sexo, os dados vêm confirmar uma tendência de feminização dos fluxos migratórios (desde 2012). Em 2014, 51,5% da população estrangeira residente era do sexo feminino e 48,5% do sexo masculino. Em termos da distribuição por nacionalidades, o Brasil continua a ser a nacionalidade estrangeira mais representada (92 120 estrangeiros), seguido de Cabo Verde (42 401) e Ucrânia (41 091). Relativamente, à distribuição etária, a população estrangeira apresenta uma concentração nas idades entre os 20 e 49 anos, ou seja, em idade activa.

1.2. Caracterização da Entidade: O Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) é o instituto público que, em Portugal, é responsável pela execução das políticas públicas em matéria de migrações, designadamente na promoção da integração de imigrantes, pessoas refugiadas e grupos étnicos, bem como na promoção da diversidade e combate à discriminação. Visa responder às necessidades dos diferentes perfis dos migrantes e da sua integração e, nessa medida, tem

como missão: promover Portugal enquanto destino de migrações; acolher, integrar os migrantes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos; colaborar, em articulação com outras entidades públicas competentes, na concepção e desenvolvimento das prioridades da política migratória; combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião; desenvolver programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes; promover, acompanhar e apoiar o regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal (mais informação: www.acm.gov.pt).

1.3. Caracterização do Projecto: O Programa Mentores para Migrantes

No âmbito das suas atribuições são várias as actividades desenvolvidas e serviços que o ACM, I.P. presta. O Programa de Mentores para Migrantes – projecto a apresentar no âmbito desta pós-graduação – é uma dessas iniciativas, integrada, mais concretamente, no Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes deste instituto; e desenvolvido, por todo o país, por um conjunto de parceiros locais.

Através do voluntariado, promove experiências de troca, entajuda e apoio entre cidadãos. Permite o conhecimento mútuo, em que as diferenças se esbatem na resolução das mesmas dificuldades, preocupações e desafios do dia-a-dia. Trata-se simultaneamente de uma medida de acolhimento e integração de migrantes e, pela riqueza que esta experiência promove, é também uma forma de sensibilizar para o diálogo intercultural, a participação e o voluntariado na sociedade. O acolhimento é proporcionado por um conjunto de mentores voluntários que apoiam os migrantes em diferentes áreas para a sua melhor integração em Portugal. Recicla um conceito comumente utilizado no meio académico e/ou empresarial trazendo-o para o contexto de intervenção específico que é a política pública de acolhimento e integração de migrantes (mais informação: <https://mentores.acm.gov.pt>).

Encarado como um processo de enriquecimento mútuo, a mentoria destina-se quer aos mentores (voluntários com capacidade para orientar e

acompanhar migrantes, a partir das suas competências pessoais e experiência diária, enquanto cidadãos e ou profissionais, facilitando o seu processo de integração no nosso país); quer ao mentorados (cidadãos migrantes que procuram apoio, orientação para os desafios do dia-a-dia e/ou para a resolução de uma necessidade específica e com abertura para o apoio e acompanhamento voluntário de alguém). Para uns e outros trata-se de exercitar as suas competências de cidadania, abertura, conhecimento e diálogo intercultural; para os migrantes constitui ainda mais uma resposta para a resolução das suas necessidades, sonhos, desejos, anseios.

Em termos da intervenção que já existe, esta distingue-se, sobretudo, por uma abordagem multidimensional: como medida política local pelos Municípios (integrada por exemplo nalguns dos Planos Municipais de Integração de Migrantes ou Refugiados) e pelas Associações de Imigrantes ou ONGs locais nos bairros mais vulneráveis. Esta abordagem, aproximando as escalas central e local, é uma característica da política nacional em matéria de integração e migrantes, e é uma oportunidade para programas desta natureza. Para além disso, sendo um programa low cost que – localmente articulado com outros – deve ser encarado como uma melhoria dos serviços os parceiros já prestam aos migrantes.

1.3.1. Enquadramento político e conceptual

O Programa Mentores é uma medida inovadora para o acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal, no qual se aliam os pressupostos da responsabilidade social das empresas (sector privado) e a prossecução de medidas de política pública (sector público). Sumariamente trata-se de gerir uma bolsa de mentores (voluntários) e mentorados (migrantes) para criar mais uma resposta de apoio aos processos de integração dos imigrantes, na qual se envolve, de forma muito concreta, a própria sociedade de acolhimento.

Do ponto de vista político, trata-se de uma medida prevista nos sucessivos instrumentos de monitorização das medidas de implementação da política pública de integração social da população migrante, numa estratégia transversal, interministerial e articulada, nomeadamente o II Plano para a Integração de Imigrantes 2010-2013 (RCM no 74/2010) e no Plano

Estratégico para as Migrações 2015-2020 (RCM N.º 12-B/2015).

No que diz respeito ao seu enquadramento em matéria de política europeia, o programa concorrer directamente para execução de acções destinadas a pôr em prática os Princípios Básicos Comuns (PBC) para a política de integração dos imigrantes na União Europeia. Mais concretamente prevê, como se disse, acções que se inscrevem claramente no princípio de que a integração é um processo dinâmico e bidireccional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes nos Estados-Membros (PBC 1) e que, tal como indicado na Agenda Comum para a Integração, se pretende ainda virem reforçar o papel do sector privado na gestão da diversidade, e de forma mais directa promover a confiança e as boas relações de vizinhança, por exemplo através de iniciativas de boas-vindas ou de tutoria.

Em termos etimológicos, a utilização do termo Mentoria tem origem na mitologia grega. Surge em 800 a.C. na Odisseia de Homero. Méntor era o nome do fiel companheiro de Ulisses, o Rei de Ithaca, a quem lhe é atribuída a missão de educar o filho deste, Telémaco durante a Guerra de Tróia. O seu papel foi o de educar Telémaco a ser uma pessoa justa de modo a poder suceder o pai no trono. Na prática, Mentor tornou-se na sua figura paternal, um professor, um role model, um fiel e confiável conselheiro, um desafiador e encorajador.

Há várias definições do que é ser mentor. Esta é, habitualmente, uma prática ligada ao meio empresarial e/ou académico. Partindo deste tipo de abordagens, o conceito que está na base deste modelo de integração é o de que os voluntários são cidadãos portugueses que dispõem de um conjunto de ferramentas – redes, contactos, conhecimento, competências, experiências – que podem colocar ao dispor de cidadãos migrantes. No caso dos migrantes pode ser útil para aqueles que tenham chegado recentemente ao nosso país ou que, por via das circunstâncias, ainda não estejam plenamente integrados (profissional ou socialmente).

1.3.2. Boas práticas e outros projectos congéneres

O Programa Mentores para Migrantes, em Portugal, é inspirado num projecto congénere, desenvolvido na Dinamarca desde 2002: Kvinfol's Mentor Network. A KVINFO (Centro Dinamarquês de Informações sobre Igualdade

de Género e Diversidade) dispõe de uma rede de mentoras para facilitar a integração na sociedade, e mais concretamente, no mercado de trabalho, das mulheres imigrantes que vivem na Dinamarca. Com milhares de mulheres envolvidas, esta é hoje internacionalmente reconhecida como uma boa prática que outros países têm vindo a adoptar.

Foi a partir do seu detalhado modelo de implementação que se desenhou aquela que é actualmente a metodologia implementada em Portugal. Ao longo da implementação do Programa, sobretudo nos primeiros tempos de arranque, promoveu-se a cooperação com a KVINFO, nomeadamente da troca de experiências. Em termos genéricos e, fazendo um pequeno enquadramento, a rede de mentores da KVINFO é composta, actualmente, por 6000 mulheres. Ao longo dos 10 anos de implementação já foram estabelecidos cerca de 3500 processos de mentoria, 25 % das mentoradas arranjam emprego e muitas delas foram apoiadas pela sua mentora na conclusão dos seus estudos. Sendo o objectivo principal desta rede de mentores pôr em contacto mulheres que, de outra forma, nunca se poderiam conhecer, a avaliação das participantes tem vindo a revelar que, efectivamente, para ambas estas têm sido experiências muito positivas. As mulheres interessadas em participar – mentoras e mentoradas – podem fazê-lo via online e todo o processo (recruitment, screening, matching, evaluation) é gerido a partir de uma base de dados criada para o efeito. Em termos concretos, os apoios podem passar por fornecer acesso a redes profissionais e dar aconselhamento adequado sobre pedidos de emprego, entrevistas de trabalho, local de trabalho, cultura e reavaliação do potencial de emprego; aprendizagem e ou treino do dinamarquês, etc. Em muitos casos, a relação estabelecida resulta numa amizade.

O modelo de mentoria adoptado combina as perspectivas do modelo empresarial e os valores dos movimentos feministas (atente-se que, na Dinamarca, este é um programa exclusivamente destinado a mulheres). Baseia-se em princípios de igualdade e respeito mútuo, no qual se foca sobretudo as similaridades entre estas mulheres (e não as suas diferenças). Quando as mulheres entram na rede é-lhes pedido que retirem os 'óculos culturais "e que se concentrem na pessoa real, no indivíduo que têm à sua frente. Na verdade, não importa de onde a mentorada vem ou o que ela come

ou o que ela usa; o importante são os seus objectivos, os seus sonhos – e isso é que determina o processo de mentoria. É essencial que mentores e mentoras participem nas sessões formativas iniciais em contínuas onde se esclarece o papel de cada um, em que consiste a mentoria e se partilham histórias e experiências. Paralelamente, a KVINFO providencia um conjunto de ferramentas e actividades no sentido de fomentar o sentimento de pertença a esta rede. Mais informação sobre o projecto: <http://www2.kvinfo.dk/mentor>

Em Portugal, a título de exemplo, conhece-se o projecto Lado a Lado: Tutoria Social foi uma iniciativa do JRS Portugal que começou em 2010 e entretanto terminou. Tinha como objectivo geral proporcionar um acompanhamento individual e personalizado do migrante (por um tutor voluntário), complementar ao apoio técnico oferecido pela equipa do JRS Portugal. Neste projecto os tutores desenvolviam actividades tais como: apoio na aprendizagem da língua portuguesa, apoio no acesso às novas tecnologias, acompanhamento dos tutorandos em deslocações a entidades públicas e privadas (exe. centros de saúde, hospitais, SEF, etc.), visitas culturais e conhecimento da cidade, apoio e suporte emocional/ afectivo ao residente, através da escuta activa, do diálogo e de uma atitude de disponibilidade para “estar com”.

A TESE – associação para o desenvolvimento – disponibiliza a formação em coaching dirigida a técnicos de intervenção social que pretendam utilizar a ferramenta junto dos seus públicos- alvo. Pensado para abarcar a empregabilidade e a inserção profissional, o Coaching for All capacita-os a aplicar a metodologia em contextos sociais, líderes comunitários e, em geral, a todos os interessados em iniciar um processo de desenvolvimento pessoal através do coaching.

Numa perspectiva de promover a participação cívica e social, o Dream Teens é uma rede de jovens líderes /consultores (entre os 11 e os 19 anos), criada no âmbito do projecto Aventura Social - uma equipa de investigação nacional de promoção da saúde dos jovens. O objetivo desta rede é estimular nestes jovens o sentimento de responsabilidade, liderança, empreendedorismo e autonomia, para que possam transformar os seus sonhos e ideias em projetos concretos. Nesse âmbito recorreu-se à mentoria

como estratégia de capacitação dos líderes.

GLOCAL - Empresas Locais com Orientação Global foi um projecto desenvolvido no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL (no 2004/EQUAL/A2/EE/082). Tendo por princípio de que o processo da globalização é uma oportunidade para o empoderamento local em especial dos territórios mais deprimidos, a iniciativa GLOCAL tinha como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável do seu território através do fomento do empreendedorismo inovador e socialmente responsável. Visou-se promover uma cultura empreendedora em especial em públicos mais desfavorecidos, reconhecendo e valorizando os empreendedores, dando-lhes visibilidade e ao mesmo tempo incentivando outros a tomarem o mesmo caminho.

Este modelo tem vindo a ser adoptado por diversas entidades públicas ou privadas sobretudo na Europa, veja-se, por exemplo: <http://womenlobby.org/spip.php?article4491>

Fora dela, o Canadá tem vindo a ser pioneiro nesta matéria contando com vários projectos, de carácter público ou privado, em que a mentoria é utilizada como ferramenta para integração de migrantes, sobretudo aqueles que são altamente qualificados e procuram emprego nas suas áreas de formação. O Mentoring Partnership – um programa desenvolvido pelo TRIEC (Toronto Region Immigrant Employment Council) – põe em contacto os migrantes altamente qualificados com as suas carreiras profissionais, através de mentores (que no fundo são profissionais canadianos das mais diversas áreas integrados em diferentes empresas). Desenvolvem cerca de 1300 mentorias por ano e cerca de 75% dos mentorados obtiveram integração profissional.

2. Estado da arte

2.1. Objectivo geral e específicos:

Em termos gerais, o objectivo do Programa Mentores para Migrantes é promover a integração de migrantes na sociedade portuguesa, assumindo que para tal é necessário o envolvimento dos migrantes e de toda a sociedade, constituindo-se como exemplo de interculturalidade e de participação cívica na construção de uma sociedade mais coesa onde todos

tenham lugar.

Os objectivos específicos são: (1) criar em Portugal uma experiência de encontro e entreaajuda entre cidadãos portugueses e cidadãos migrantes com vista a um enriquecimento pessoal, social e organizacional; (2) promover a interculturalidade, igualdade de oportunidades e sensibilizar para a riqueza da diversidade; (3) facilitar o conhecimento mútuo e incentivar os cidadãos portugueses a um maior envolvimento no processo de integração; (4) garantir o apoio de voluntários portugueses que residem no país a emigrantes portugueses que pretendem regressar e que possa fazer a diferença na construção de um novo projecto profissional e de vida; (5) promover o voluntariado e/ou a responsabilidade social das empresas, bem como colocar esta área de intervenção na agenda das migrações; (6) criar em Portugal uma experiência de encontro entre cidadãos portugueses e migrantes, permitindo o conhecimento mútuo, cujas barreiras e diferenças se esbatam na resolução das mesmas dificuldades, preocupações e desafios.

2.2. Implementação do Programa:

A implementação do Programa Mentores para Migrantes encontra-se enquadrada através de protocolos de cooperação estabelecidos com as diferentes entidades parceiras a nível nacional cujo âmbito é o de a) proporcionar o apoio, acompanhamento e orientação para a resolução de dificuldades ou preocupações dos/as imigrantes, com vista à sua integração através do voluntariado e cidadania participativa; b) mobilizar a sociedade portuguesa para o seu envolvimento nos processos de integração acima referidos; c) implementar, de forma conjunta, e a nível nacional, uma medida de mobilização em larga escala para o estabelecimento de relações de mentoria; d) dinamizar uma iniciativa que, através da sua implementação, permita garantir a igualdade de oportunidades e a criação de espaços de diálogo intercultural e troca positiva de experiências; e) contribuir para o enriquecimento pessoal, social e organizacional das pessoas e entidades envolvidas.

Nesse âmbito, cabe ao ACM, I.P.: 1) coordenar a Rede de entidades constituída para a Implementação do Programa Mentores para Imigrantes; 2) disponibilizar recursos formativos e pedagógicos para o apoio ao

desenvolvimento e implementação local do Programa; 3) promover iniciativas de formação aos técnicos da rede; 4) disponibilizar recursos informativos de divulgação (folhetos de divulgação); 5) gerir, disponibilizar e actualizar a plataforma informática; 6) proceder à divulgação do Programa, a nível nacional, pelos seus meios de divulgação disponíveis; e às entidades parceiras: 1) promover a inscrição de voluntários e imigrantes na sua zona geográfica – através da plataforma; 2) garantir o enquadramento dos imigrantes e voluntários; 3) participar nas iniciativas de formação aos técnicos da rede; 4) proceder à divulgação nos meios locais (participantes e outros parceiros); 5) gerir e actualizar os processos dos imigrantes inscritos através da plataforma informática; 6) dinamizar actividades de envolvimento dos participantes no Programa.

A adequação prática da implementação do Programa depende dos desafios e necessidades locais, pelo que é adaptada por cada entidade consoante as especificações locais de cada contexto. Como linhas gerais, há um conjunto de orientações metodológicas inerente ao modelo de intervenção, da qual a plataforma informática de gestão é o principal instrumento de implementação, cujos passos são os seguintes:

1. Divulgação: O objectivo é promover a angariação de potenciais participantes interessados: (1) entidades de captação de mentores (voluntários), (2) mentores/as e (3) migrantes (imigrantes e emigrantes). Face ao seu carácter inovador e à diversidade de participantes envolvidos, foram construídos materiais de apresentação distintos para cada um dos intervenientes. A necessidade de criação de estruturas comunicativas diferenciadas prende-se, sobretudo, com o facto de ser fundamental que cada tipo de participante compreenda o programa, ficando explicitado de forma inequívoca o que dele se pretende.

2. Angariação: Garantida a comunicação e divulgação efectiva do programa – quando todos os potenciais envolvidos o conhecem e o compreendem – estão reunidas as condições para a sua inscrição. Quer os mentores, quer os migrantes interessados em participar efectuem a sua inscrição através do preenchimento de um questionário disponível em: <https://mentores.acm.gov.pt>. O questionário pode ser preenchido pelos

próprios participantes ou, no caso de necessidade, pode ser dado apoio no seu preenchimento.

Como forma de complementar a informação recolhida através deste instrumento, realiza-se uma entrevista individual. A entrevista tem como objectivo complementar a informação mas também informar os participantes de como se vai desenrolar o processo. Deve ser curta e realizar-se num ambiente e linguagem informais. Deve ser garantida a sua confidencialidade. A utilização eficaz destes instrumentos – e a importância dada a esta etapa – é fundamental, visto que é a actualização constante das bases de dados, a diversidade de perfis e o detalhe das informações recolhidas.

3. Formação: O desenvolvimento de encontros, de carácter formativo, tem como objectivo a preparação dos participantes para uma positiva participação no programa. A formação – construída para ter uma duração máxima de 3 horas – permite promover uma reflexão conjunta e partilhada sobre as expectativas e motivações relativamente ao que esperam encontrar e permite esclarecer quais os limites dessa participação, qual o papel e o que é, na prática, esperado de cada interveniente. A formação inicial para mentores tem como objectivos concretos promover o encontro entre os mentores voluntários (partilhando experiências e motivações); estabelecer os limites da intervenção e gerir as expectativas de participação, bem como, apoiar na definição de papéis e nas questões práticas inerentes à função de mentor. Para além disso, têm sido abordadas as temáticas em volta do diálogo intercultural (explicitando conceitos como identidade, cultura ou representações, estereótipos e preconceitos). A formação inicial para mentorados visa também promover o encontro entre os mentorados que vão participar no programa e explicitar e esclarecer as definições de conceitos como, mentoria, mentor, mentorado. Para além disso, numa perspectiva de valorizar aqueles que são os seus sonhos, perspectivas, visões, é o momento de clarificar também os papéis de cada um/a na relação.

A organização de encontros anuais de convívio e troca de experiências entre mentores e mentorados é também uma forma de animar esta rede de pessoas, histórias e formas de estar e viver a mentoria.

4. Acompanhamento: O processo de inscrição está, verdadeiramente, concluído a partir daqui. A este ponto, voluntários e

migrantes estão disponíveis para dar início aos seus processos de matching. É de realçar que tratando-se de um programa gerido – fundamentalmente – à distância, a cada passo, as comunicações estabelecidas devem ser eficientes e integradoras de forma a motivar a participação, o envolvimento e o interesse de todos. Deve ser garantido que cada participante sinta a importância que desempenha para o Programa Mentores para Migrantes.

a) Matching: É, então, neste momento que se encontram reunidas as condições para se dar início ao estabelecimento de processos de mentoria.

O matching é, e traduzindo directamente para o português, a correspondência entre os perfis.

O processo de procura é realizado tendo em conta aquelas que são as expectativas e as necessidades individuais de cada cidadão migrante inscrito.

Faz-se uma pesquisa na bolsa de mentores disponíveis tendo como base indicadores recolhidos através dos questionários e/ou entrevistas (tais como, área geográfica, sexo, idade, formação académica, expectativas).

É após esse procedimento que se desencadeia a primeira proposta de matching. A proposta de matching consiste numa auscultação informal para aferir o interesse em se conhecerem. Se ambos concordarem, e após serem trocados os contactos, dá-se o primeiro encontro que tem um carácter meramente exploratório.

Este primeiro encontro – que corresponde à fase da preparação para a mentoria – tem como objectivo que os participantes se conheçam e se posicionem face à mentoria proposta (Identificam-se um com o outro? O mentor tem competências para com as questões que têm que resolver conjuntamente? Houve empatia? Há interesse mútuo em trabalhar juntos?). Após a conclusão desta etapa são efectuados contactos individuais com o intuito de aferir a opinião de cada um sobre o encontro. Se a opinião de algum dos participantes for menos positiva e não pretenderem continuar o processo é comunicada a intenção de não confirmação do matching. Se a opinião for positiva e pretenderem continuar o processo, é enviada convocatória para a assinatura do compromisso. É nesta etapa que se formaliza por escrito as metas que se pretende atingir, se delineiam as estratégias e os passos para atingir os objectivos propostos, bem como a

duração do processo. Todo este processo é desencadeado, desenvolvido e concluído a partir da plataforma informática de gestão.

b) Mentoria: Esta é a etapa em que decorre o processo de mentoria em si, consolidado pelos encontros presenciais ou online por outras formas de contacto (mensagens de texto, emails, etc.). À medida que a mentoria vai decorrendo, pede-se ao mentor que reporte os progressos efectuados, através do preenchimento online dos registos dos encontros. Dependendo da duração dos processos, são realizadas, de forma periódica, avaliações intermédias dos processos.

c) Avaliação: O processo encontra-se terminado com avaliações individuais (mentor e mentorado) e com avaliações conjuntas. A avaliação deve ser capaz de aferir a satisfação com o programa, mas também conter alguns indicadores que permitam avaliar o impacto da participação de cada um (de que forma o programa trouxe benefícios aos seus participantes).

É também nesta fase que o mentor e o mentorado decidem se pretendem prolongar o processo, tendo em conta o cumprimento dos objectivos definidos.

2.3. Resultados esperados / metas a atingir:

Em termos de resultados esperados / metas a atingir, a implementação do Programa Mentores para Migrantes visa:

a) Ampliar os modelos de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal [em termos de estratégias e parceiros] numa lógica de trabalho em rede / parceria, aliando o sector público e o sector privado – envolvendo uma rede de mais de 50 parceiros a nível nacional;

b) Inovar e potenciar as formas de participação, intervenção social e voluntariado, mobilizando a sociedade para o envolvimento em iniciativas de voluntariado que visem o acolhimento e a integração dos migrantes em Portugal – neste momento a bolsa de voluntários inscritos conta com mais de 700 participantes (788 no total);

c) Criar respostas inovadoras para sustentabilidade e/ou continuidade do trabalho já desenvolvido pelos diferentes projectos do ACM, I.P. – articulação com parceiros (projectos do Programa Escolhas, Centros Locais

de Apoio à integração de Migrantes, associações de Imigrantes, Autarquias) e com o atendimento nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa, Norte e Algarve;

d) Possibilitar o conhecimento mútuo e a entreajuda entre cidadãos nacionais e migrantes, com vista a um maior respeito, abertura à diversidade e diálogo intercultural, realizando cerca de 50 processos de mentoria/ano, envolvendo cerca de 100 participantes (voluntários e migrantes) – neste momento já foram envolvidos um total de 392 participantes;

e) Promover a troca de experiências e o interconhecimento e a formação pessoal dos participantes envolvidos no programa promovendo iniciativas de formação, partilha de experiências, convívio e disponibilizando material próprio de informação / formação;

f) Disseminar o programa através da partilha de orientações técnico-metodológicas comuns e disseminação da metodologia a parceiros interessados.

3. Pontos fortes e fracos

O Programa Mentores para Migrantes permite responder ao que estabelece a Agenda Comum para a Integração (Comunicação da Comissão Europeia com Enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia: COM (2005) 389), na medida em que põe em prática – de forma muito concreta – o desafio dos Estados-membros desenharem políticas em que a integração é um processo dinâmico e bidireccional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes nos Estados-Membros. No fundo, disponibiliza mais um instrumento de acolhimento e integração aos migrantes (inovador, descentralizado e low cost) e, ao mesmo tempo, promove o envolvimento e a participação cívica de cidadãos, contribuindo para uma maior sensibilização para o diálogo intercultural e para o desenvolvimento de uma sociedade mais coesa.

O trabalho em rede entre as entidades parceiras localizadas um pouco por todo o território nacional – a partir de uma mesma metodologia comum e de uma plataforma informática de gestão das mentorias – é a componente que permite alargar e diversificar os actores e os agentes envolvidos (especialmente aqueles que não se costumam envolver, ou seja, cidadão

comum em regime de voluntariado) e, para além disso, potencia a oportunidade dos migrantes beneficiarem do apoio que precisam. Quanto ao impacto, um dos resultados mais relevantes – identificado pelos participantes na sua avaliação – é o sucesso das relações estabelecidas como formas de construir pontes de aprendizagem entre os cidadãos. Ambos identificam a mentoria como uma relação win win, permitindo o alargamento das redes de sociabilidade e mudança de representações, estereótipos e preconceitos.

As entidades parceiras no Programa Mentores para Migrantes, ao contrário de outros programas congéneres, não são financiadas, pelo que o seu envolvimento depende largamente do interesse, da dinâmica e da disponibilidade efectivo/as. Esse é um ponto forte – o envolvimento de 54 parceiros numa metodologia comum – mas é também uma fraqueza na medida em que as dinâmicas locais do programa ficam dependentes das fragilidades dos recursos (humanos e financeiros) locais.

Para além disso, o (des)equilíbrio entre o número de mentores disponíveis para participar e o número de mentorados inscritos é também uma fragilidade: existem mais de 800 voluntários inscritos para cerca de 400 migrantes. A comunicação do programa e envolvimento, sobretudo de migrantes (ou o seu encaminhamento pelas entidades), tem sido o maior desafio.

4. Sugestões de melhoria: reconhecimento das aprendizagens decorrentes do voluntariado

4.1. Projecto-piloto: descrição

No âmbito da iniciativa Lisboa Capital Europeia do Voluntariado 2015, a Câmara Municipal de Lisboa criou um grupo de trabalho – constituído por um conjunto de organizações promotoras de voluntariado – para o desenvolvimento de um mecanismo de reconhecimento das aprendizagens decorrentes das experiências de voluntariado.

Nesse sentido, está neste momento em curso um projecto-piloto para a sua implementação em diversos contextos organizacionais que, na cidade, reconhecem o voluntariado como um espaço(s) de aprendizagem. Tendo em conta a integração do ACM, IP neste projecto-piloto, o Programa Mentores tem vindo a participar no grupo de trabalho, tentando implementar o

mecanismo enquadrada naquela que é a metodologia inerente ao Programa Mentores no sentido de otimizar a sua dimensão estruturante de envolvimento e participação dos mentores voluntários.

O projecto-piloto assenta nas perspectivas de aprendizagem ao longo da vida (surgidas, sobretudo, a partir dos anos 70, depois do relatório da UNESCO – Aprender a Ser). Mais do que reinventar a escola – em termos de forma e organização de pensar e estruturar a aprendizagem –, as grandes transformações sociais, vêm introduzir grandes mudanças nos processos de aprendizagem (modos, contextos, alcances). Este paradigma de aprendizagem ao longo da vida sobrevaloriza o indivíduo enquanto pessoa que aprende, num processo de aprendizagem crítica e criativa num trinómio: apropriação, reconstrução e transformação do conhecimento. Encarar a pessoa como lifelong learner revela um enfoque no aprender e não no ensinar, valorizando a importância das trajectórias individuais – modo como cada um interpreta, transforma a aprendizagem em saber / conhecimento (remetendo para a lógica de projecto ou aprendizagem transformativa). Pensar sobre a “sociedade de aprendizagem” é uma possibilidade de explorar as pistas para a mobilização de cidadãos para serem cidadãos da nova sociedade, com base num conceito de aprendizagem socialmente responsável e sustentável.

4.2. Como implementar o mecanismo no âmbito do Programa Mentores para Migrantes:

Face àqueles que são os objectivos do Programa Mentores para Migrantes, e à sua natureza, considera-se que o mesmo beneficiará com a implementação deste projecto-piloto.

Para tal, mais do que o acompanhamento deste grupo de trabalho, o desafio tem sido o de imprimir este paradigma e a ferramentas concretas do mecanismo na dinâmica da metodologia do Programa Mentores já estabilizada. Em termos da aplicação deste mecanismo, o desafio será também o de envolver os participantes neste processo – que se quer conjunto e partilhado – não complexificando o ciclo e os processos de gestão do voluntariado na entidade.

A aplicação do mecanismo vem permitir às entidades - e no caso, ao

Programa Mentores do ACM, I.P., em concreto - operar o reconhecimento de forma transversal nas suas dimensões, a saber: reconhecimento político ou institucional, que se prende com o reconhecimento das aprendizagens decorrentes do voluntariado por parte da classe política e permite decisões e estratégias políticas que reconhecem o valor das aprendizagens decorrentes do voluntariado; reconhecimento social, por parte da sociedade, que valoriza o impacto positivo do voluntariado ao nível das aprendizagens e permite uma melhor compreensão sobre o que são as aprendizagens decorrentes do voluntariado, aumentando a sua visibilidade e por conseguinte o investimento nesta prática; reconhecimento individual ou auto-reconhecimento, por parte do indivíduo, que implica a compreensão do valor da sua aprendizagem e como pode ser utilizada em diferentes situações e contextos;

E assenta nos seguintes princípios: (1) a aferição das aprendizagens decorrentes do voluntariado não acontece de forma hierárquica ou curricular; (2) a validação 'institucional' da certificação resultante do processo de reconhecimento das aprendizagens não é um fim em si mesmo, devendo ocorrer apenas de acordo com o interesse da pessoa voluntária; (3) o desenvolvimento de um processo de reconhecimento das aprendizagens decorrentes de voluntariado é um direito, não podendo no entanto estar na génese da motivação da pessoa voluntária para se envolver activamente num projecto de voluntariado; (4) é a pessoa voluntária que escolhe levar a cabo um processo de reconhecimento de competências decorrentes do voluntariado, de cuja possibilidade deve ser devidamente informada.

A proposta de incluir o Programa Mentores no projecto-piloto de implementação do mecanismo de reconhecimento – a implementar ao longo do próximo ano com o envolvimento dos participantes no processo – parte do pressuposto de que, na relação de mentoria estabelecida, há um ganho mútuo (de partilha, aprendizagem, mudança) quer para mentores quer para mentorados.

Do ponto de vista do impacto social, a mentoria – enquanto metodologia de intervenção – é uma forma de capitalizar os recursos existentes e não só contribui para a resolução das necessidades identificadas pelos cidadãos migrantes, mas também para promover uma maior abertura e mudança de mentalidades (tanto de mentores como de mentorados) e

contribuindo assim para o diálogo intercultural. Convocar os participantes a posicionarem-se no programa como “aprendentes”, vem permitir, não só, desocultar isso mesmo e ainda, crê-se, dar um salto qualitativo – pela reflexão que promove – na sua intervenção.

Sendo um projecto-piloto, e esse pode ser um dos riscos associados, existe ainda riscos associados ao compromisso entre fazer-se uma experiência que possa, de alguma forma, ser avaliada e controlada e por outro que não seja tão residual (tendo em conta que estamos a falar de um universo de mais de 700 voluntários).

O desafio à sua implementação é grande e os resultados que daí poderão advir também.

5. Calendarização

Em termos de metodologia do mecanismo, esta acompanha aquela que é o ciclo de gestão de voluntariado, sendo que em cada caso concreto, e também no Programa Mentores, há que acomodar as etapas, nomeadamente: (1a) identificação das necessidades organizacionais e desenho das ofertas de voluntariado; (1b) identificação das expectativas de aprendizagem da pessoa voluntária; (2) “matching” pessoa voluntária vs. oferta de voluntariado; (3) aferição prévia de competências, (4) acompanhamento durante o processo de voluntariado; (5) aferição posterior de competências; (6) reconhecimento Formal.

Definição de um grupo de mentores disponíveis para a implementação do mecanismo: convite, envolvimento, workshops de enquadramento	Janeiro 2018
Proposta de matching (individual a cada mentor)	Fevereiro 2018
Identificação das expectativas de aprendizagem de cada voluntário: workshops conjuntos (onde cada mentor identifica as competências que pensa vir a desenvolver), criação de portfólios/diários de aprendizagem.	Fevereiro de 2018
Acompanhamento: construção dos portfólios,	Fevereiro a Agosto de 2018

follow ups das mentorias	
Workshops conjuntos de reflexão e partilha: aferição das competências adquiridas	Setembro 2018
Reconhecimento formal	Outubro-Novembro de 20

6. Recursos necessários

Recursos humanos	1 elemento de coordenação 1 elemento técnico
Parcerias institucionais	54 entidades parceiras (que definem 1 gestor de mentoria e a comissão de acompanhamento por entidade)
Contratação de serviços de consultoria/facilitação/ formação	5.000,00€ (apoio à implementação, formação, follow up, sistematização dos resultados).

7. O contributo pessoal

Enquanto coordenadora do Programa Mentores para Migrantes compete-me garantir a continuidade da execução do Programa Mentores para Migrantes. Em termos da proposta de melhoria aqui descrita, ela estará de alguma forma garantida a partir da participação no projecto-piloto dinamizado pelo Município de Lisboa – pelo menos ao nível da reflexão –, contudo, para um aprofundamento haveria que garantir sobretudo a questão da consultoria. Para o efeito, há que por um lado acautelar a pertinência interna, bem como o interesse e envolvimento dos parceiros na sua implementação – o que passa por um trabalho de advocacy e benchmarking da minha parte e da equipa.

8. O que o curso me ajudou

A participação no curso de pós graduação em diversidade e Desenvolvimento constituiu uma oportunidade para sistematizar e aprofundar a reflexão sobre a prática que a gestão diária dos projectos não permite.

9. Sugestões para próximas edições do curso

Em termos de sugestões futuras, sugiro a garantia de uma maior articulação entre os temas / conteúdos dos módulos e os projectos dos alunos; bem como o fomento de uma maior proximidade entre os participantes. Sugiro ainda que os feedbacks aos trabalhos sejam mais

pormenorizados e individuais.

Para além disso, apostaria na flexibilidade que houve de entrega dos trabalhos respeitando os ritmos pessoais e de trabalho dos alunos pois tratando-se de ensino de adultos é, de facto, assim que deve ser.



Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

“Se tu és, eu posso ser +”

Brígida de Fátima de Assunção Lobo



1. Caracterização do projeto

Este é um projeto de cariz social e comunitário que tem como objetivo, o acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais que sofrem de bullying e a melhoria da sua qualidade de vida. O nosso principal objetivo é acompanhá-los e orientá-los, para que sejam integrados na sociedade. São sobretudo, crianças desde os 7 aos 14 anos de idade, embora tenhamos um protocolo com outra instituição (APPACDM) para que o seu acompanhamento seja ao longo da sua vida e não num tempo limitado. Além dos problemas mencionados, são crianças com graves problemas familiares que não têm estruturas para serem apoiadas pelas mesmas. Grande parte da população desta freguesia está desempregada, existe um elevado número de toxicodependência e famílias numerosas, o que aumenta os riscos de inclusão dos “mais necessitados”.

Nós estamos localizados numa zona calma com uma diversidade imensa de espaços que possibilitam a realização de várias atividades, como a jardinagem, artes, dança, desporto e atividades educativas, para estas crianças não se sentirem inferiores e diferentes de outras crianças da sua idade. Isto serve também, para que se sintam tão ou mais capazes de fazer qualquer tipo de atividade como as crianças "normais".

De facto, é notória a nossa importância na vida destas crianças e as suas famílias, e também na comunidade. Isto deve-se ao facto de seguirmos de perto as necessidades de cada uma das crianças que frequentam o nosso projeto, porque assistimos de perto às melhorias das qualidades de vida.

O nosso fundamento é servir a comunidade e zelar pelo bem social e pessoal de cada criança e respetiva família enquanto utente da nossa instituição.

2. Estado da arte

Parte das nossas atividades contribuem para o desenvolvimento de capacidades artísticas dos nossos participantes, bem como as suas características pessoais. Desenvolvemos atividades de cariz teórico, dando continuidade à aprendizagem feita no contexto escolar, isto é, damos “aulas” aos participantes com o objetivo de fortalecer e aumentar as suas competências escolares. Também temos atividades que trabalham as boas

práticas sociais dos jovens de modo a incluí-los no leque “das pessoas normais” e sempre com a visão, de no futuro, terem um papel ativo na sociedade.

De modo a otimizar os pontos fortes existentes no nosso projeto, pretendemos adaptar cada vez mais, as nossas atividades às necessidades do nosso público alvo. Assim sendo, procuramos de início perceber de imediato as suas necessidades para que correspondamos da melhor maneira.

Para melhorar os pontos fracos, pretendemos procurar apoios financeiros e parcerias com instituições para obtermos a cedência de um espaço para o projeto. Também, pensamos em criar atividades para angariação de fundos para que possamos ter todos os materiais necessários sem recorrermos e estarmos a depender de ajudas de terceiros. Em relação ao que toca à inclusão dos jovens, pretendemos fazer atividades de integração em conjunto com a comunidade. Por exemplo, incluir em algumas das nossas apresentações dos trabalhos obtidos nas atividades, a comunidade, ser uma espécie de espetáculo para todos.

3. Pontos fortes e fracos

A nossa localização é favorecida pelos espaços verdes que nos são disponibilizados pela Câmara Municipal do Porto, porque é graças a estes que grandes partes das nossas atividades são praticadas.

Temos cerca de 50 crianças desde os 7 aos 14 anos de idade que frequentam o nosso projeto, 10 técnicos e 5 salas para a realização das atividades educativas. Contamos com a colaboração de professores e jovens voluntários que disponibilizam algum do seu tempo para nos ajudar.

Oferecemos várias atividades como as artes, a dança, o desporto e a jardinagem, que são atividades que as crianças e famílias mencionaram que gostariam de praticar.

Parte da nossa intervenção passa pela dinamização comunitária, criando atividades lúdicas e formativas sobretudo para os jovens do projeto, para que seja promovida a solidariedade entre a população e estes que usufruem das nossas atividades. Sendo que o principal eixo de trabalho seja o apoio social à comunidade, ou seja, visamos trabalhar a inserção social de

famílias de contextos vulneráveis que se encontram em situações de exclusão social.

Como o nosso trabalho passa por incluir um grupo de jovens excluídos pela comunidade, existem imensas fragilidades que não conseguimos solucionar num curto período de tempo. Penso que seria importante fazer um exercício social para que a comunidade aceitasse com mais facilidade estes que rejeitam.

Embora as nossas atividades sejam bem executadas e tenhamos a ajuda da Câmara Municipal do Porto, sentimos a falta de apoios financeiros para a melhor e mais alargada lista de atividades que gostaríamos de oferecer aos nossos utentes.

Também sentimos a falta de um espaço próprio para podermos fazer outro tipo de atividade de origem mais pessoal, como por exemplo, as salas serem decoradas pelas crianças.

Por outro lado, as crianças são as primeiras a zelar pelo bom funcionamento das nossas atividades. Sentimos que se impões entre elas quando existem comportamentos desadequados dentro das salas, pois existe um delegado que comanda cada turma e enuncia os nomes dos colegas que não facilitaram o decorrer das atividades. É notório o respeito que têm uns pelos outros e pelos professores de cada atividade.

Existe um regulamento de regras de sala de aula que foi elaborado pelos próprios participantes de modo a que não sentissem de qualquer modo um nível de exigência ao qual não estão habituados, sobretudo no que toca no respeito pelos outros

4. Intervenção

A nossa intervenção tem como objetivo a inclusão dos jovens na sociedade a nível geral, enquanto que a nível mais específico, passa por desenvolver as suas capacidades pessoais e sociais, para que tenham uma voz ativa na sociedade.

Necessitamos da colaboração de profissionais especializados nas diferentes áreas. Recorreremos à angariação de fundos para obtermos os nossos materiais sem que tenhamos de recorrer a terceiros, como havia dito numa questão acima.

Parte dos recursos necessários, cabe-nos trabalhar em prol de os obter, por isso, todas as oportunidades serão usadas para garantirmos que não nos falta nenhum recurso que os jovens desejam.

Contamos com a ajuda e apoio de profissionais qualificados nas diferentes áreas das atividades que oferecemos aos nossos jovens. Também temos uma parte reservada aos técnicos do projeto, as atividades mais lúdicas, para que haja um contacto direto entre todos. A JF de Ramalde dá-nos alguns momentos externos, onde saímos com os jovens para visitas distintas.

Usando as estratégias usadas no ponto acima, angariar fundos e ajustar as atividades às necessidades dos jovens. Isto para as atividades terem um maior efeito na vida social e pessoal dos jovens. Pretendemos sobretudo, aumentar a qualidade de vida dos jovens e a sua inclusão a todos os pontos.

Calendarização:

- Jan / Fev – Inscrição dos participantes
- Jan / Fev – Levantamento das NEE
- Jan / Fev / Mar – Angariação de fundos e donativos *
- Abril / Maio / Junho – Atividades com os participantes
- Junho – Avaliação do trabalho desenvolvido e perspetivar novas metas
- Julho – Admissão de novos participantes
- Agosto / Setembro / Outubro / Novembro – Atividades com os participantes
- Dezembro – Avaliação final do Projeto

*A angariação de fundos deverá ocorrer ao longo de todo o ano, mas terá uma maior incidência no início do projeto.

5. Recursos necessários

A nossa intervenção tem como objetivo a inclusão dos jovens na sociedade a nível geral, enquanto que a nível mais específico, passa por

desenvolver as suas capacidades pessoais e sociais, para que tenham uma voz ativa na sociedade.

Necessitamos da colaboração de profissionais especializados nas diferentes áreas. Recorreremos à angariação de fundos para obtermos os nossos materiais sem que tenhamos de recorrer a terceiros, como havia dito numa questão acima.

Parte dos recursos necessários, cabe-nos trabalhar em prol de os obter, por isso, todas as oportunidades serão usadas para garantirmos que não nos falta nenhum recurso que os jovens desejam.

Ao trabalharmos com as famílias das crianças abre-nos portas que, caso não o fizéssemos, seria quase que impossível trabalhar a inclusão social. Isto porque, parte da dificuldade que temos é exclusivamente com a família próxima.

Tencionamos criar atividades como teatros para o público assistir, para que vejam as capacidades destes jovens e crianças.

Apesar disto ser planeado a longo prazo, temos sempre o receio de fraquejar. Se por um lado conseguimos que este trabalho seja visto de forma positiva e levado à risca pela comunidade, por outro lado tememos a má interpretação da sociedade, devido ao facto de os nossos participantes serem vistos como o alvo fraco. Contudo, vamos planear tudo isto para que futuramente obtenhamos sucesso, quer a nível institucional, quer a nível da inclusão dos jovens e crianças e o seu envolvimento na sociedade.

Coordenador Projeto – Responsável por organizar os horários dos técnicos, cronograma das atividades mensais. Gerir e planear os orçamentos.

Técnicos de atividades – dinamizar as diversas atividades e ateliers. Os técnicos de cada área ajudam os nossos jovens no que toca às regras de cada atividade e no desenvolvimento das mesmas, com a obrigação de serem adequadas as suas necessidades físicas e pessoais.

Pessoalmente, contribuo de forma positiva sobretudo no desenvolvimento das capacidades pessoais e sociais dos jovens.

Fazemos um trabalho positivo com estes jovens pois contribuimos de forma positiva na vida de cada um

6. O que o curso me ajudou

Penso que apesar de todos os obstáculos, vamos ter sucesso porque idealizamos todos os pormenores de modo a que fosse acessível a toda a comunidade, incluindo os participantes e respetivas famílias.

A principal mudança seria a inclusão dos participantes e envolvimento em atividades novas.

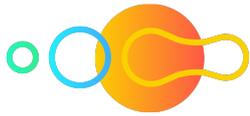
Seria um ganho para todos, quer pelos jovens quer pela comunidade. Além de trabalharmos a inclusão social, trabalhamos o desenvolvimento pessoal e social dos participantes.

Este curso permitiu que contemplasse alguns temas dados em UCs do curso de Educação Social. Apesar de saber minimamente alguns comportamentos das pessoas, com os temas dados neste curso aumentei o meu conhecimento à cerca das pessoas.

Mais concretamente a este trabalho, permitiu perceber alguns aspetos que nos ultrapassam dentro do projeto, tal como os pontos fortes e os pontos fracos da intervenção dos projetos escolhas.

7. Sugestões para próximas edições do curso

Na minha opinião, seria interessante existir no curso a área de animação sociocultural. Primeiramente porque ensina várias dinâmicas para trabalhar em grupo, o que nos permite ter um maior número de atividades lúdico educativas. Também seria interessante existirem trabalhos que pudessem ser depois levados para o Programa Escolhas e coloca-los em prática nos nossos projetos. Por exemplo, temos vários desafios mensais através do programa escolhas, e para mim, seria interessante fazer atividades relacionadas com os temas dados no curso.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Bué D'Escolhas

Carolina Alexandre Carvalho de Abreu



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO

1. Caracterização do projeto

O bué d'escolhas está inserido num centro de apoio à comunidade chamado (Re)Criar. O (Re)Criar é o fruto da junção de dois projetos que existiam nesta localidade. Um desses centros era “Novos Laços” e o outro “Lidador”. Como estes dois centros tiveram um término de execução, foi pensada numa estratégia, pois neste contexto de bairro é necessária uma proximidade com a comunidade. Com este objetivo e tantos outros foi criado o (Re)Criar com o apoio de várias entidades, gestoras e promotoras, neste caso a Santa Casa da Misericórdia da Maia, assim como a Câmara Municipal da Maia. Com este projeto ponto, atua em áreas de intervenção como: apoio alimentar, onde há um atendimento, receção e análise dos pedidos de apoio alimentar, distribuição de cabazes de produtos alimentares, organização de campanhas de angariação e recolha de alimentos, dinamização de voluntariado, entre outras ações. Tem o espaço jovem, onde intervenção socioeducativa e apoio psicopedagógico diários a crianças e jovens do 5.º ao 9.º ano, bem como desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas nas interrupções letivas para todas as faixas etárias, abrangendo crianças e jovens oriundos das freguesias de Pedrouços e Águas Santas. Intervenção familiar e parental onde existe acompanhamento e capacitação de famílias multiproblemáticas sinalizadas pelos Gabinetes de Atendimento Integrado Local (GAIL), Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (EMAT) e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), promoção de ações de desenvolvimento de competências parentais, intervenção em situações de crise nas famílias, com particular enfoque nas que habitam nos Empreendimentos de Habitação Social Municipais e ainda um espaço sénior com desenvolvimento de atividades de dinamização sociocultural para reformados e pensionistas, em especial Idosos de situação de isolamento ou solidão.

2. Estado da arte

Apesar de neste momento não ter uma população migrante o projeto enquadra-se e tem bons recursos para entregar essas populações. Temos vários espaços físicos onde podemos deslocar-nos e trabalhar com toda a nossa população. Temos também parcerias com os centros de saúde locais,

onde com o seu apoio podemos dar formações e palestras sobre a saúde, contamos também com o apoio de uma equipa de rua da Cruz Vermelha e um dentista que ajuda com a higiene oral dos mais jovens. Além disto trabalhamos com várias faixas etárias a questão da inovação como a informática, a literacia digital e o apoio à empregabilidade. trabalhamos também a questão familiar e o seu contexto assim como também o saber ser e o saber estar.

3. Pontos fortes e fracos

Uma das grandes fragilidades que temos é a questão dos jovens. Hoje em dia os jovens vivem um passo em frente ou dois atrás mediante a visão que quisermos ter, olham para tudo o que é bom como uma seca e o que acontece muitas vezes e infelizmente é que perdem a motivação por algo que realmente seria importante para eles, por isto muitas vezes começamos a perder jovens pela sua falta de interesse e motivação, isto também porque como este projeto não é um serviço pago, nem sempre é possível realizar os seus sonhos e isto faz com que percam alguma motivação.

4. Sugestões de melhoramento

Se eu pudesse implementar no projeto, como forma de arte, além do que já existe aulas de dança e de teatro, eu apostava também em atelier de escrita criativa, em ateliers de pintura, onde todos pudessem mostrar aquilo que realmente gostam. Eu sinto que muitas vezes através de pequenas peças criadas por eles nos mostram o que realmente é importante para eles.

5. Calendarização

A) É através dos nossos patrocínios e parcerias que podemos realizar grande parte das nossas atividades. No nosso consócio temos parcerias com juntas de freguesias, que nos permitem abrir portas para várias atividades, em que os jovens têm o prazer de aprender sobre algo que gostam. Temos também parcerias com a PSP, podendo sempre contar com a sua ajuda em relação a palestras ou esclarecimento de dúvidas, os jovens podem também sentir-se mais seguros e protegidos. Em relação ás parcerias temos uma vasta capacidade de meios para a realização de atividades e dinâmicas. Em

relação a patrocínios, é através deles que conseguimos realizar atividades que os jovens querem e sonham, mas nem sempre é possível por meios próprios. O consórcio é uma mais valia na formação destes jovens.

Ao nível da equipa técnica, temos técnicas com habilitações e experiências diferentes, conseguindo conciliar tudo num só. Temos uma socióloga, uma assistente social, uma educadora social, uma psicopedagoga e eu que desempenho o cargo de dinamizadora comunitária, e tenho competência como técnica de comunicação, marketing, relações públicas e publicidade.

Na comunidade temos também alguns estabelecimentos económicos que nos ajudam em atividades específicas com os jovens.

B) Em relação a técnicas e estratégias, não há nada como mostrar às crianças e jovens de que são capazes de tudo o que lhes é proposto. Se incentivarmos uma criança e lhe mostrarmos de que é capaz, tudo se consegue. Infelizmente trabalhamos com crianças que tem uma energia negativa em casa, onde não são motivadas em nada que fazem e por isso não têm gosto. Infelizmente a escola por sua vez também quando percebe que os jovens têm dificuldade nem sempre conseguem dar-lhes o apoio necessário. Como tal, aqui incentivamo-los a mostrarem o que sabem e mostrar que são capazes de tudo o que querem e acreditam.

6. Recursos necessários

A) O que idealizamos em relação a este projeto é a boa integração das pessoas no projeto e na comunidade. Atividades de jovens da comunidade e novos na comunidade. Perceber o ponto de situação em que se encontram na parte escolar, assim como meio familiar e a sua forma de socializar. Perceber qual a sua forma de interagir e personalidade e entender qual a melhor forma de ajudar na sua integração.

B) Em específico queremos além de ensinar, aprender com estes jovens. Queremos integrá-los na totalidade na comunidade, para que sintam que pertencem aqui e que realmente conseguem mostrar o que valem. Conseguir também partilhar a sua cultura e aprender a nossa. Mostrar que

podem aprender mas também ensinar aquilo que fazem de melhor. É também perceber que diferentes culturas são uma aprendizagem a cada dia.

7. O contributo pessoal

Podemos diminuir barreiras através de eventos onde crianças, jovens e também os adultos podem confraternizar, conviver e experienciar outras culturas e costumes. Podemos também convidar o consórcio pois terá um outro impacto na comunidade. Os jovens podem fazer um convívio e partilhar comidas originárias da sua cultura.

8. O que o curso me ajudou

Para a avaliação do projeto seria bem a realização de dois convívios, um inicial e um final, assim podemos ver a quantidade das pessoas que se encontram. Através da realização de um pequeno inquérito, assim como perceber se as pessoas que chegaram á nossa comunidade consegue adaptar se a novos costumes, e a sua interação com toda a comunidade.

9. Sugestões para próximas edições do curso

A) Mudança de comportamento dos jovens; do sucesso escolar; mudanças de hábitos, como cuidados de higiene pessoal e habitacional.

B) Mais saídas e integrações no mundo do trabalho, assim como a inserção de jovens em cursos profissionais.

C) Maior envolvimento das famílias na vida dos filhos, assim como maior interesse dos jovens para os problemas da sociedade.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Estratégias de Integração para Mulheres Migrantes

Cláudia Sofia Ramos Monteiro



U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PROGRAMA ESCOLHAS
6ª GERAÇÃO

1. Caracterização do projeto

O projeto (hipotético) visa a integração de mulheres estrangeiras, residentes no concelho de Lisboa, em situação regular ou irregular, e a participação ativa na comunidade.

O objetivo do projeto consiste no acolhimento cônjuges e companheiras de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, recém-chegadas a um país novo, com uma cultura e língua diferentes, que, por si só cria barreiras na inclusão destas cidadãs que acabam por ficar isoladas e conviver apenas com os seus pares e que se encontrem desempregadas.

Além das cidadãs recém-chegadas, pretende também dar voz às mulheres que se sentem oprimidas pela sua religião ou comunidade cultural, pois em determinadas culturas, o papel da mulher na sociedade é desvalorizado, tem apenas como principal papel, servir o marido e agilizar as tarefas domésticas, tornando-se numa sombra. Não são autónomas na tomada de decisões, ficando dependentes do elemento masculino, geralmente, para tratar de assuntos do interesse desta. Ora, o facto de se encontrarem num país com uma realidade diferente daquela que conhece, poderá levar ao isolamento à dificuldade de contacto com cidadãos e, não tendo oportunidade de conhecer outras realidades para além da sua. Pelo que o intuito deste projeto é a possibilidade de incentivar a inclusão dessas mulheres na comunidade e na sociedade portuguesa. Dar a conhecer uma realidade diferente e a possibilidade de poderem expressar-se e descobrirem-se enquanto seres com participação ativa na sociedade.

Face ao exposto, pretende-se a criação de atividades que incentivem à aprendizagem da língua portuguesa como elemento facilitador no processo de integração. Orientar na deslocação aos diferentes serviços para resolver/tratar de assuntos do seu interesse. Potenciar a integração no mercado de trabalho e realização de atividades para aquisição de competências básicas e aulas de informática na ótica do utilizador ou nível avançado, que poderão ser integradas como atividades sénior.

Propõem-se o desenvolvimento de atividades para séniores, que visem o convívio entre pares e a troca de experiências e histórias de vida, e que promovam a saúde e bem-estar do idoso.

Realização de workshops sobre saúde e educação, com vista à promoção da saúde, atendendo às características e desenvolvimento de certas doenças em determinadas comunidades migrantes, não sobrepondo, contudo, à sua identidade cultural.

Partilhar aspetos atinentes à sua cultura, com a restante comunidade, através de atividades gastronómicas, das artes, da religião, das tradições e comemorações mais significativas, ou seja, experiências multiculturais.

Pretende-se ainda incluir atividades direcionadas para mães, pais e respetivos filhos, no sentido de prestar apoio e orientar as cidadãs relativamente às necessidades e interesses da criança e o papel dos progenitores na educação desta. Disponibilizar informação sobre os eventuais apoios sociais e prestações sociais dos quais poderão beneficiar e as condições para atribuição.

2. Estado da arte

No princípio do ano deu-se início às aulas para aprender português, com turmas constituídas por 20 elementos, concluídas com sucesso.

Criado um grupo sénior para o desenvolvimento de atividades de costura, a decorrer atualmente, com participação ativa. Realizada exposição de trajes tradicionais.

Foram realizadas feiras gastronómicas com produtos típicos de outros países.

Realização de workshops para crianças e jovens.

3. Pontos Fortes

- Participação ativa da população-alvo na realização de atividades de âmbito cultural.

- Aumento do número de utentes integradas no mercado de trabalho.

Nível razoável na interação e compreensão oral da língua portuguesa.

- Interação multicultural positiva.

4. Ponto Fracos

Não obstante a inserção no mercado de trabalho, maioria deste ocorre na área da restauração, o que dificulta a gestão de horários em relação aos filhos, como levar e ir buscar o menor à escola.

Atraso na emissão de documento de residência dificulta a inserção no mercado de trabalho, recusa de algumas empresas, ou a atribuição de prestações sociais.

Em determinadas comunidades migrantes, o cônjuge opõem-se à participação da mulher nas atividades, podendo o número de participantes ser superior.

Barreiras culturais.

5. Calendarização (o que podem fazer a 3 meses e a um ano)

A calendarização contempla atividades anuais e semestrais, às quais acrescem ainda as atividades que visam a celebração de datas específicas das diferentes comunidades migrantes.

Assim, as aulas de português a realizar ao longo do ano em períodos trimestrais, com duração de uma hora, todos os dias, no período da manhã.

Realização de curso de costura, com duração de um mês, para atividade de desfile/exposição para eventual venda de vestuário tradicional.

Apoio domiciliário às mães e recém-nascidos e acompanhamento ao médico, mediante agendamento prévio, a decorrer todo o ano.

Atendimento presencial para esclarecimentos relativamente a prestações sociais e instrução de processos, realizado mediante agendamento prévio, atividade anual.

Workshop: Educar Para o Bem-estar da Sua Criança - para pais a decorrer por um período de 4 dias com duração de 4 horas.

Workshops para crianças: Atividade anual, a realizar todos os fins-de-semana abordando diferentes temáticas.

6. Recursos necessários

Ainda que o projeto apresentado não seja real, seriam sempre necessários recursos humanos e recurso material e económico.

Face às atividades supra descritas, o suporte financeiro consistirá a base de sustento da maioria das atividades, como por exemplo as gastronómicas, os workshops para adultos e crianças.

Equipamento eletrónico e digital adequado, nomeadamente, para o curso de informática e pesquisa de emprego.

7. O contributo pessoal

O meu contributo pessoal consistiria em ouvir e demonstrar preocupação pelas necessidades e interesses apresentadas pelo público-alvo com vista a facilitar a sua integração na comunidade e na sociedade portuguesa. Compreender e interagir com pessoas diferentes, com culturas e tradições diferentes, com histórias de vida semelhantes que se contam em línguas distintas, sem julgar, sem discriminar.

O meu contributo está no resultado positivo que revela o sucesso do trabalho desempenhado, mas igualmente, no resultado menos positivo que constitui um desafio para encontrar estratégias no sentido de colmatar as eventuais falhas.

8. O que o curso me ajudou

Frequentar este curso permitiu-me a aquisição de novos conhecimentos assim como relembrar conhecimentos já adquiridos no período académico, a partir de um novo modelo de formação, o e-learning, ensino à distância do qual ainda não tinha beneficiado. A experiência relativamente ao e-learning foi interessante, no entanto, considero que as aulas presenciais facilitam a interação e comunicação professor/formando e formando/formando. Senti que por vezes não conseguia expressar-me como pretendia por via da escrita, como o poderia fazer oralmente e presencialmente.

Contudo, partilhei experiências e opiniões com os colegas e professores, ainda que a interação fosse apenas por via digital e desconstruí alguns pré-conceitos e ideias pré-concebidas. Algumas das temáticas foram úteis na elaboração do projeto e tentar compreender a criação do mesmo sob a perspetiva dos vários assuntos abordados, contudo, senti dificuldades na concretização do mesmo, uma vez que foi pensado e criado de raiz, um

projeto hipotético, pois as funções que exerço são mais informativas do que de intervenção no terreno.



Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

RIA – Refugiados Integrados Aqui

Daniela Gil



1. Caracterização do projeto

O projeto RIA– Refugiados Integrados Aqui (Guia Prático para Refugiados no Fundão) será um projeto de integração social e cultural que visa promover um conjunto de atividades cujo objetivo é auxiliar na adaptação dos refugiados recém-chegados a Portugal, quer a nível sócio-cultural quer a nível laboral.

Para tal, no espaço onde se encontra inserida a sede do projeto Matriz E6G, na cidade do Fundão, irão ser desenvolvidas diversas atividades em parceria com voluntários, profissionais de diversos sectores e entidades públicas e empregadoras da Região, fazendo-se uso dos recursos existentes no Matriz e das mais valias da localidade, para, em conjunto, proporcionar e dotar os refugiados de um conjunto de ferramentas que lhes permitam ser capazes de recomeçar uma nova vida, integrando-se, assim, na nossa comunidade.

Pode ler-se em <https://conceito.de/refugiado> que, “Refugiado é um conceito que está associado ao verbo refugiar (fugir, abrigar-se, escapar). O termo é usado com referência ao indivíduo que, devido a uma perseguição política, um conflito bélico ou outra situação que ponha a sua vida em risco, se vê obrigado a solicitar refúgio no estrangeiro. Ora, o refugiado vê-se forçado a abandonar o seu país uma vez que, se lá permanecesse, ficaria em perigo. Deste modo, outra nação o acolhe no seu território e confere-lhe proteção”.

Face ao conceito supratranscrito, dúvidas não restam de que a população-alvo do presente projeto são os refugiados, nomeadamente aqueles vindos e originários da Síria, do Afeganistão e da Somália, uma vez que se apresentam como os maiores países “geradores” de migrantes.

Com este projeto pretende-se auxiliar e integrar no máximo 10 refugiados, sejam eles de nacionalidade síria, afegã ou somalia, elegendo-se, assim, duas famílias, cada uma com um agregado familiar composto por quatro membros, sendo eles, mãe, pai e dois filhos e que, acima de tudo, tenham vontade de iniciar uma nova vida no interior centro do país, com o auxílio do presente projeto.

Deste modo, os pais devem possuir idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos de idade e têm de se encontrar aptos a integrar o mercado de

trabalho para que, após aprendizagem e conhecimento básico da língua portuguesa, ministrada pelo projeto, possam integrar estágios profissionais e/ou celebrar contratos de trabalhos com as entidades empregadoras e parceiras deste projeto.

Relativamente aos seus filhos, o nosso projeto disponibilizará auxílio a bebês, crianças e adolescentes até aos 18 anos de idade, com possibilidade de, após atingirem a maioridade, integrarem o mercado laboral, tal como os pais, pelo que, desta forma, são elegíveis duas famílias com bebês, crianças, adolescentes e jovens, dos 0 aos 18 anos de idade, até um número máximo de 2 por família.

Para além das aludidas famílias, pretende-se, ainda, auxiliar e integrar, dois refugiados solteiros, do sexo masculino ou feminino, com idades compreendidas entre os 18 anos e os 55 anos de idade, para que, tal como aqueles, após aprendizagem e conhecimento básico da língua portuguesa, possam integrar o mercado de trabalho, celebrando contratos de trabalho e/ou de estágios profissionais com as empresas empregadoras da região e aqui nossas parceiras.

Não é exigível qualquer tipo de qualificação profissional ou nível de escolaridade obrigatório.

2. Estado da arte

É indubitável que a crise migratória dos refugiados se apresenta como o grande desafio do mundo, principalmente do continente europeu, porquanto o velho continente tornou-se o destino de dezenas de milhares de pessoas que, de forma desumana, fogem das guerras e dos conflitos armados existentes nos seus países de origem, sobretudo na Síria e no Afeganistão.

Face ao elevado fluxo migratório a que se tem assistidos nos últimos anos, muitos foram os escritores de todo o mundo que escreveram e refletiram sobre o tema.

Recentemente, em Portugal, o escritor José Jorge Letria, escreveu o livro “Refugiados - 50 vidas sem pátria e com história”, Editora Guerra & Paz, através do qual relata a história de superação de cinquenta refugiados que devolveram, em dobro, a ajuda que receberam, fazendo, assim, do nosso mundo, um mundo melhor.

No mesmo sentido, também Filomena Marona Beja , Carlos Vale Ferraz, Sérgio Luís de Carvalho, Miguel Real, José Fanha, Cristina Carvalho, Nuno Camarneiro, Ana Margarida de Carvalho, Afonso Cruz, em 2016, reuniram-se e, em conjunto, sob o título “Uma Terra Prometida - Contos Sobre Refugiados”, refletiram, através de nove contos, sobre a problemática dos refugiados a que não podemos permanecer indiferentes.

No campo jurídico, Jorge Miranda, ilustre Constitucionalista português, escreveu, em 2016, o livro “Direito de Asilo e Refugiados na Ordem Jurídica Portuguesa”, Universidade Católica Editora, reunindo, naquele livro, uma compilação de legislação interna e internacional capaz de solucionar juridicamente os problemas emergentes da presente problemática, enaltecendo, ao nível do Direito Internacional, o contributo essencial da Declaração Universal dos Direitos do Homem e, ou, por exemplo, da Declaração sobre Asilo Territorial de 1967, destacando, ainda, no plano interno, o artigo 33º, nºs 8 e 9, da Constituição da República Portuguesa.

Patrick Kingsley, autor inglês, na sua obra “A Nova Odisseia: A História da Crise Europeia dos Refugiados”, Relógio D'Água Editora, expôs, de forma profunda e detalhada, a realidade desta crise migratória. Durante 2015, Kingsley viajou por 17 países pertencentes à rota destes movimentos migratórios, travando, assim, conhecimento com centenas de refugiados que, posteriormente, em 2016, retratou em livro.

Também a nível académico podemos encontrar diversos artigos sobre a temática em apreço, como por exemplo, na Revista da Faculdade de Teologia do Porto, “Humanística e Teologia - Migrantes e Refugiados”, que versa sobre o assunto numa perspetiva teológica e filosófica.

Muitas são as obras literárias disponíveis e que podemos encontrar em diversas livrarias e bibliotecas nacionais, pelo que, não tendo como escopo principal abordar todas as existentes, apenas aqui deixámos um elenco daquelas que consideramos relevantes, transmissoras de histórias de vida e retrativas da vivência daqueles que permanentemente fogem da guerra e a quem chamamos de refugiados.

No que concerne aos projetos existentes e desenvolvidos em Portugal, várias são as associações, organizações e instituições que apresentam e executam um conjunto de variados projetos com o objetivo de acolher,

integrar e ajudar os refugiados que chegam ao nosso país, criando, desta forma, espaços para o efeito, melhorando as competências daqueles que chegam, quer ao nível linguístico – aprendizagem da língua portuguesa – quer ao nível da construção de condições de trabalho adequadas ao crescimento e desenvolvimento dos mesmos, integrando-os na nossa comunidade e, conseqüentemente, fomentando a eliminação de qualquer tipo de racismo ou xenofobia que possam ser alvo.

Deixo aqui, a título de exemplo, alguns dos projetos existentes em Portugal:

- Projeto PT/2017/FAMI/261 – “Começar de Novo: Apoio à Autonomização dos Refugiados”;
- Projeto "SOS Proteção de Refugiados";
- Projeto PT/2017/FAMI/144 – “Reinstalação, uma experiência que pode mudar a vida dos refugiados”;
- Projeto “Bem-Vindos!” – Acolhimento de Emergência de Refugiados Recolocados e Integração na Sociedade Portuguesa;
- Projeto “Refúgio e Arte: Dormem mil cores nos meus dedos”;
- Projeto nº PT/2016/FAMI/029 - Português Integra Mais;
- Projeto «Melhores Soluções para os Migrantes em Portugal»;
- PAR – Plataforma de Apoio a Refugiados;
- Etc.

No seu conjunto, todos estes projetos de apoio visam acolher e/ou auxiliar os refugiados que chegam a Portugal, desenvolvendo medidas e atividades que possibilitam a sua integração na nossa comunidade, nomeadamente através do trabalho em rede e com o apoio de vários parceiros.

Também a nível internacional são diversas as instituições e organizações que desenvolvem diversas atividades no auxílio dos refugiados.

Não restam dúvidas de que com a ajuda de toda a comunidade, das instituições e autarquias é possível auxiliar as vítimas da migração, pelo que, pretendo, pois, com a criação deste projeto, dar um novo contributo aos conhecimentos e medidas anteriormente desenvolvidos e já existentes sobre a problemática em apreço, introduzindo ideias e respostas concretas que

ajudem a integrar refugiados no interior do país, nomeadamente na cidade do Fundão.

Para o efeito, pretende-se, entre outras ideias e medidas, criar e desenvolver um guia prático online que permita dar a conhecer ao mundo, através da sua divulgação em plataforma informática própria, um conjunto de ferramentas e atividades integradoras dos refugiados nesta pequena cidade do interior. O objetivo principal deste guia prático consiste em captar, no máximo dez refugiados, para que, de forma integradora e informada, possam viajar até ao Fundão e começar uma nova vida nesta pacata cidade, criando aqui, com a ajuda de todos, novas raízes.

Procura-se divulgar informação e captar refugiados vindos da Síria, Afeganistão e Somália, auxiliando-os, de forma contínua, através de qualificação, medidas de emprego, inserção na comunidade, entre outros incentivos sociais e culturais, contando para tal com o apoio de vários parceiros, designadamente voluntários, profissionais de saúde e juristas, escuteiros, autarquia e empresas informáticas e privadas, que, de forma individual e em conjunto, possam contribuir para um recomeço destas pessoas que, em troca de uma vida digna, se viram obrigadas a fugir dos seus países origem, trazendo apenas com elas a esperança de um novo recomeço.

3. Pontos fortes e fracos

Para a prossecução do presente projeto é necessário possuir recursos, definir estratégias e desenvolver diversificadas atividades.

No que concerne aos recursos existentes, para além da população-alvo que anteriormente se delineou é necessário, ainda, contar com o contributo fundamental de variados profissionais de diversas áreas. Estes profissionais, de forma voluntária, prestarão apoio escolar, designadamente na aprendizagem da língua portuguesa, apoio jurídico, psicológico e informático. Atualmente, no projeto Matriz estão disponíveis profissionais da área da Psicologia e da área das TICs que ajudarão, de forma permanente, em tudo o que se relacione com as respetivas áreas, no auxílio das necessidades e dificuldades sentidas pelos refugiados.

Sem o apoio dos voluntários das mais diversificadas áreas e sem o apoio dos parceiros locais e nacionais não se vislumbraria um projeto de sucesso e com muito êxito.

Relativamente às estratégias a adotar neste projeto existe uma que merece elevada consideração, porquanto se apresenta como fundamental na integração dos refugiados e é com ela que se pretende atrair um maior número de refugiados para a nossa cidade. Refiro-me à criação de um “Guia Prático”, acessível em formato papel e digital, disponível em plataforma online criada para o efeito pela empresa de informática e tecnologias “Altran”, sempre em colaboração com o técnico de informática que, atualmente, integra o projeto Matriz.

O aludido “Guia Prático” é constituído, essencialmente, por um conjunto de informação que permite ao refugiado que pretenda recomeçar a sua vida na cidade do Fundão ter acesso a todas as ofertas sociais e profissionais e, ainda, aos apoios disponíveis que auxiliam a sua integração, encontrando-se o mesmo traduzido em três línguas – português, inglês e árabe - traduções estas elaboradas pelo Instituto de Línguas do Fundão, parceiro local do presente projeto.

O mencionado “Guia Prático” é, pois, constituído pelos seguintes elementos:

- Estatuto de igualdade – direitos e deveres dos cidadãos;
- Oportunidades de educação/profissional/social e cultural;
- Acesso à Saúde, ao trabalho e à Segurança Social;
- Conselhos úteis;
- Contatos úteis;
- Breve descrição da cidade do Fundão (onde se situa, recursos, população, pontos de interesse, etc.);
- Primeiras palavras em português e respetiva tradução para as línguas inglesa e árabe de forma a possibilitar uma melhor compreensão dos conteúdos e uma maior facilitação na sua adaptação, traduzindo-se palavras como por exemplo: “Olá”, “obrigado”, “adeus”, etc.
- Indicação / Publicidade dos parceiros locais e nacionais;
- Posteriormente, testemunhos/experiências dos primeiros refugiados que integrarem o presente projeto;

- Entre outras informações.

Pretende-se, de igual modo, desenvolver outras estratégias de integração, como por exemplo a consciencialização da população fundanense para a problemática das migrações e dos refugiados que, todos os dias, fogem da guerra e dos conflitos armados existentes nos seus países de origem, abandonando-os em busca de uma nova vida para si e para as suas famílias, fomentando-se, assim, a sua integração na nossa sociedade. Tal consciencialização será feita, entre outras formas, através de folhetos informativos e palestras explicativas sobre a problemática, dinamizadas com o apoio da Câmara Municipal do Fundão, alertando-se e consciencializando-se, assim, a população para a maior crise humanitária que, atualmente, a Europa e o mundo enfrentam, eliminando ações xenófobas e/ou racistas que possam surgir.

De forma a integrar melhor os refugiados na nossa comunidade, pretende-se desenvolver um conjunto de atividades em parceria com empresas e instituições locais/nacionais, com o auxílio dos recursos disponibilizados pelo projeto Matriz, nomeadamente:

Atelier de costura criativa conseguido através da atividade do projeto Matriz – “A revestir” - onde podem aprender a coser e desenvolver peças de roupas criativas e originais, bem como colaborar na construção da boneca dos abraços que vai mudar o mundo, a “Didlidu”, inventada pelo projeto Matriz com o objetivo de apoiar causas sociais, como por exemplo os refugiados. É uma iniciativa que pretende converter-se numa empresa social e, por conseguinte, permitir, efetivamente, abraçar famílias que estejam em situações limite. Esta iniciativa pretende, de igual modo, captar apoios financeiros para apoiar os refugiados, através da sua venda;

- Oficina de trabalhos manuais - Explorar vários materiais e técnicas, desenvolvendo a criatividade dos refugiados e estimulando a sua expressão motora e pessoal através da pintura, trabalhos plásticos e restauro de mobiliário criativo;
- Formação certificada na área das TIC – conhecimentos básicos na ótica do utilizador: Word, Excel, PowerPoint, Internet Explorer, etc.;

- Atividades interculturais - momentos de partilha de testemunhos, histórias e culturas que incorporarão o mencionado “Guia Prático”, para, assim, dar conhecimento aos refugiados que, mais tarde, pretendam ingressar o presente projeto, experiências de outros refugiados que aceitaram vir para a cidade do Fundão e aqui iniciar uma nova vida;
- Plantação de Horta Comunitária;
- Etc.

Face ao anteriormente exposto, com os recursos existentes e delineadas as estratégias corretas, contando sempre com o apoio fundamental e indispensável dos nossos parceiros e voluntários, é possível levar a cabo um projeto recente que, futuramente, com a contribuição de todos nós, incluindo a população, tornar-se-á consolidativo e muito bem-sucedido.

Não obstante os pontos fortes anteriormente mencionados, no presente projeto são identificáveis diversas fragilidades.

Desde logo porque estamos perante uma cidade do interior do país pouco desenvolvida e com poucas oportunidades para oferecer aos que nela chegam, existindo fraca oferta de emprego, um pequeno número de atividades culturais e falta de instituições de apoio, pelo que se torna indispensável a criação de inúmeras parcerias locais com empresas e instituições existentes dentro e fora do concelho, sejam elas nacionais ou internacionais para, assim, ser possível a criação de um projeto de integração de refugiados consolidativo e de muito sucesso.

Entende-se, ainda, que, por ser uma cidade do interior do país em que grande parte da população é mais velha e com baixa qualificação académica, existe um grande risco de desenvolvimento de comportamentos xenófobos e racistas por parte de quem nela habita, sendo necessário encetar um conjunto de diligências junto da população para fomentar a aceitação e inclusão dos refugiados recém-chegados, mudando mentalidades e eliminando, desta forma, qualquer tipo de discriminação de que os mesmos possam ser alvo.

Todos estes fatores são suscetíveis de gerar nos refugiados recém-chegados sentimentos de desmotivação, capazes de abandonar o presente projeto, pelo que se entende que estes são os maiores obstáculos locais, sociais e económicos existentes.

4. Sugestões de melhoramento

O empowerment, este princípio, assenta na necessidade de promoção da participação ativa, da responsabilização e da autonomia dos refugiados, no sentido da apropriação sustentada dos processos de mudanças em que estão envolvidos, com base na gestão das suas próprias necessidades, recursos e aptidões. Papel ativo na definição do seu próprio projeto de vida (identificação das empresas e áreas em que gostaria de estagiar; identificação de áreas de formação de interesse, etc.).

Outra forma de promoção dos pontos positivos, pode passar pela promoção do auto-emprego e o empreendedorismo entre os refugiados.

Promoção da interculturalidade e diversidade nas empresas e centros de formação, e integração social, criando “imagens positivas” sobre os refugiados.

Como já referido anteriormente, sendo o Fundão uma cidade do interior, onde alguns comportamentos xenófobos e discriminatórios são visíveis em grande parte da população, para contornar estas situações devemos apostar no reforço da consciência e responsabilização face a situações de discriminação social de que são alvo as populações de imigrantes e refugiados.

Maior conhecimento das empresas sobre a problemática do asilo e refugiados, e necessidade de dar novas oportunidades aos refugiados.

5. Calendarização

Pretende-se criar uma dinâmica intercultural baseada no fortalecimento das relações entre os refugiados e a comunidade local, reforçando laços comunitários, valores e sentimentos de pertença a uma comunidade coesa e multicultural.

Ter os primeiros contactos com os habitantes da cidade e acomodação nas instalações de que iram usufruir, procurando adquirir boas práticas e experiências bem-sucedidas.

Nos primeiros 3 meses a prioridade assenta na adaptação e aprendizagem da língua.

A acompanhar este percurso de adaptação vão ser implementadas diversas atividades para a ocupação dos refugiados, consolidando assim um conjunto de atividades que visem promover o bem-estar dos refugiados. A próxima fase consiste, e isto já diz respeito a um período mais alargado (aproximadamente 1 ano) de adaptação, passa pela aposta formativa. No que respeita ao tempo necessário para a implementação de processos de formação profissional e de estágios profissionais, abrangendo refugiados/as, a minha perspetiva é que variará de caso para caso tendo em conta a situação específica de cada refugiado.

6. Recursos necessários

Para a prossecução do presente projeto é necessário possuir recursos, definir estratégias e desenvolver diversificadas atividades.

No que concerne aos recursos existentes, para além da população-alvo, é necessário, ainda, contar com o contributo fundamental de variados profissionais de diversas áreas. Estes profissionais, de forma voluntária, prestarão apoio escolar, designadamente na aprendizagem da língua portuguesa, apoio jurídico, psicológico e informático. Atualmente, no projeto Matriz estão disponíveis profissionais da área da Psicologia e da área das TICs que ajudarão, de forma permanente, em tudo o que se relacione com as respetivas áreas, no auxílio das necessidades e dificuldades sentidas pelos refugiados.

Sem o apoio dos voluntários das mais diversificadas áreas e sem o apoio dos parceiros locais e nacionais não se vislumbraria um projeto de sucesso e com muito êxito.

Relativamente às estratégias a adotar neste projeto existe uma que merece elevada consideração, porquanto se apresenta como fundamental na integração dos refugiados e é com ela que se pretende atrair um maior número de refugiados para a nossa cidade. Refiro-me à criação de um “Guia

Prático”, acessível em formato papel e digital, disponível em plataforma online criada para o efeito pela empresa de informática e tecnologias “Altran”, sempre em colaboração com o técnico de informática que, atualmente, integra o projeto Matriz.

O aludido “Guia Prático” é constituído, essencialmente, por um conjunto de informação que permite ao refugiado que pretenda recomeçar a sua vida na cidade do Fundão ter acesso a todas as ofertas sociais e profissionais e, ainda, aos apoios disponíveis que auxiliam a sua integração, encontrando-se o mesmo traduzido em três línguas – português, inglês e árabe - traduções estas elaboradas pelo Instituto de Línguas do Fundão, parceiro local do presente projeto.

O mencionado “Guia Prático” é, pois, constituído pelos seguintes elementos:

- Estatuto de igualdade – direitos e deveres dos cidadãos;
- Oportunidades de educação/profissional/social e cultural;
- Acesso à Saúde, ao trabalho e à Segurança Social;
- Conselhos úteis;
- Contatos úteis;
- -Breve descrição da cidade do Fundão (onde se situa, recursos, população, pontos de interesse, etc.);
- Primeiras palavras em português e respetiva tradução para as línguas inglesa e árabe de forma a possibilitar uma melhor compreensão dos conteúdos e uma maior facilitação na sua adaptação, traduzindo-se palavras como por exemplo: “Olá”, “obrigado”, “adeus”, etc.
- Indicação / Publicidade dos parceiros locais e nacionais;
- Posteriormente, testemunhos/experiências dos primeiros refugiados que integrarem o presente projeto;
- Entre outras informações.

Pretende-se, de igual modo, desenvolver outras estratégias de integração, como por exemplo a consciencialização da população fundanense para a problemática das migrações e dos refugiados que, todos os dias, fogem da guerra e dos conflitos armados existentes nos seus países

de origem, abandonando-os em busca de uma nova vida para si e para as suas famílias, fomentando-se, assim, a sua integração na nossa sociedade. Tal consciencialização será feita, entre outras formas, através de folhetos informativos e palestras explicativas sobre a problemática, dinamizadas com o apoio da Câmara Municipal do Fundão, alertando-se e consciencializando-se, assim, a população para a maior crise humanitária que, atualmente, a Europa e o mundo enfrentam, eliminando ações xenófobas e/ou racistas que possam surgir.

De forma a integrar melhor os refugiados na nossa comunidade, pretende-se desenvolver um conjunto de atividades em parceria com empresas e instituições locais/nacionais, com o auxílio dos recursos disponibilizados pelo projeto Matriz, nomeadamente:

- Atelier de costura criativa conseguido através da atividade do projeto Matriz – “A revestir” - onde podem aprender a coser e desenvolver peças de roupas criativas e originais, bem como colaborar na construção da boneca dos abraços que vai mudar o mundo, a “Didlidu”, inventada pelo projeto Matriz com o objetivo de apoiar causas sociais, como por exemplo os refugiados. É uma iniciativa que pretende converter-se numa empresa social e, por conseguinte, permitir, efetivamente, abraçar famílias que estejam em situações limite. Esta iniciativa pretende, de igual modo, captar apoios financeiros para apoiar os refugiados, através da sua venda;
- Oficina de trabalhos manuais - Explorar vários materiais e técnicas, desenvolvendo a criatividade dos refugiados e estimulando a sua expressão motora e pessoal através da pintura, trabalhos plásticos e restauro de mobiliário criativo;
- Formação certificada na área das TIC – conhecimentos básicos na ótica do utilizador: Word, Excel, PowerPoint, Internet Explorer, etc.;
- Atividades interculturais - momentos de partilha de testemunhos, histórias e culturas que incorporarão o mencionado “Guia Prático”, para, assim, dar conhecimento aos refugiados que, mais tarde, pretendam ingressar o presente projeto, experiências de outros

refugiados que aceitaram vir para a cidade do Fundão e aqui iniciar uma nova vida;

- Plantação de Horta Comunitária;
- Etc.

Face ao anteriormente exposto, com os recursos existentes e delineadas as estratégias corretas, contando sempre com o apoio fundamental e indispensável dos nossos parceiros e voluntários, é possível levar a cabo um projeto recente que, futuramente, com a contribuição de todos nós, incluindo a população, tornar-se-á consolidativo e muito bem-sucedido.

7. O contributo pessoal

Enquanto Dinamizadora do projeto considero que, face às competências que desenvolvi no projeto Matriz, quer na área da animação quer ao nível da criatividade, encontro-me apta a acompanhar os refugiados na sua integração na cidade do Fundão, orientando-os e ajudando-os na resolução das dificuldades e/ ou problemas que possam surgir, sempre procurando responder às suas necessidades e demais carências. Pretendo manter contato permanente com os parceiros locais e nacionais e, ainda, desenvolver com os refugiados trabalhos manuais na oficina de artes, bem como trabalhar com eles algumas dinâmicas que melhorem a sua adaptação e integração na nossa sociedade, especialmente na cidade do Fundão.

Dinamizar e incrementar o envolvimento de novos parceiros no sistema de integração dos refugiados.

Assim como promover a sensibilização e divulgação do projeto RIA, procurando deste modo assegurar o seu sucesso no envolvimento com a comunidade.

8. O que o curso me ajudou

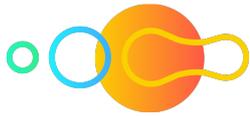
A oportunidade de participação neste curso, foi sem dúvida um marco muito positivo na minha vida.

Ajudou-me a formar uma opinião mais estruturada relativamente ao tema do fluxo migratório e a desafiar-me a mim mesma.

Sinto-me bastante realizada com a criação do meu projeto, ter que imaginar a execução de um projeto foi muito interessante, admito que não foi fácil, mas vendo agora o resultado final, estou muito satisfeita com a minha participação no curso, todos os módulos lecionados contribuíram de alguma forma para ser possível a realização dos projetos.

9. Sugestões para próximas edições do curso.

Tenho apenas dois pontos a sugerir, seria a possível criação de uma reunião entre os alunos do curso, para momentos de partilha, e das experiências proporcionadas pelo curso. E de algum modo tentar arranjar uma solução para o visionamento das aulas, pois eu pelo menos na minha situação custa-me imenso depois de uma semana de trabalho ter que assistir a 5 horas seguidas de aulas a um sábado de manhã. Não sei se esta situação foi sentida por mais pessoas, mas fica a sugestão.



Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Projeto Foca-te

Diogo Filipe Silva Peneiras



1. Caracterização do projeto

ADEIMA, Associação para o Desenvolvimento integrado de Matosinhos atua no concelho há vários anos, tendo diversos projetos de intervenção social a serem desenvolvidos. Os projetos são: Protocolos RSI, Novas Metas, Centro Qualifica, Loja de Emprego, Biquinha em Ação, Projeto GO , Mais Literacia , respondendo as necessidades sociais identificadas no diagnóstico social concelhio . O Projeto Siga E6G surge como continuidade ao anterior projeto financiado pelo Programa Escolhas para o Conjunto Habitacional do Seixo.

O Siga trabalhando numa logica de parceria, tem no seu consórcio: A Camara Municipal de Matosinhos, o Agrupamento de escolas, a Comissão de Proteção de crianças e jovens (CPCJ), O Clube de Karaté Shotokan e a Associação Mais , este Consorcio tem como objetivo central a promoção do desenvolvimento de competências pessoais , sociais , escolares , comunitárias e pré profissionais das crianças , jovens , famílias e comunidade. Como forma de alcançar o objetivo proposto várias cações são implementadas, tais como: Apoio ao Estudo, Atelier Desportivo e Lúdico , Grupo de Pais , Gabinete de Atendimento , Alfabetização , Workshops de vídeo e Fotografias e outras ações.

Todas estas ações foram pensadas partindo do diagnóstico social da realidade da população residente do Conjunto Habitacional (CH) do Seixo. Este CH situa-se na freguesia de S. Mamede Infesta sendo constituído por diferentes ruas e blocos de diferentes fases de construção. Como todos os CH de Matosinhos são geridos pela empresa municipal Matosinhos Habit.

Os Principais problemas sociais identificados nesta população prendem se com: O Desemprego de Longa Duração, Baixas competências académicas, Escassas experiencias profissionais, a dificuldade de relacionamento com estruturas de ensino , Desvalorização da Escola , a dificuldade no acompanhamento escolar dos menores , insucesso escolar e o abandono precoce da escola . Importa ainda salientar que todos os problemas anteriormente identificados se integram no conceito de exclusão social, acrescentando ainda as questões inerentes á etnia cigana. Todas as áreas apresentadas são vivenciadas e por vezes agudizadas nesta etnia pelos valores subjacentes.

2. Estado da Arte

Hoje na minha opinião Portugal sofre grandes problemas não só a nível de estruturas escolares mas de formação dos professores e diretrizes escolares que chegam do ministério da educação. Ainda assim, consideramos que o principal problema da educação em Portugal é que está desatualizada. Mantemos o mesmo modelo de ensino há imensos anos sem uma alteração, atualização ou adaptação à nossa atualidade.

O sistema de ensino considera que todas as crianças têm as mesmas capacidades desde que tenham a mesma idade, por isso as turmas têm 30, 40 ou mais alunos numa sala de aula e todos têm que ouvir, reter as informações, aprender, estudar e ter as mesmas notas. Caso isto não aconteça é bem provável que a criança seja marginalizada e deixada ao abandono escolar.

Albert Einstein disse: “Todas as pessoas são um gênio. Mas se você julgar um peixe pela sua capacidade de subir a uma árvore, ele vai viver toda a sua vida a acreditar que é estúpido.” Por isso acreditamos que cada aluno devia ter um acompanhamento mais individual e específico de acordo com as suas limitações mas também capacidades.

Também existe o bullying que é um dos problemas sociais mais graves que afeta a sociedade contemporânea, nomeadamente os seus jovens. Se o problema não for devidamente acompanhado e tratado corremos sérios riscos de limitar a vida dos jovens. Com este problema social, os nossos psicólogos desenvolveram métodos de acompanhamento e tratamento do bullying que procura ajudar os pais a detetar o problema e os jovens a avançar na vida.

A metodologia adotada foi de cunho bibliográfico e de campo, por meio de consulta aos autores que já possuem uma discussão neste campo, bem como a registros documentais, artigos científicos dentre outros. Quanto a pesquisa de campo utilizou-se um a técnica de observação assistemática. A pesquisa teve uma abordagem quantitativa e qualitativa, a partir da aplicação de questionários constituídos de perguntas objetivas e subjetivas para cada categoria (gestores, docentes e pais), dos quais os dados obtidos foram analisados por categoria. Adotou-se o método descritivo interpretativo para análise da pesquisa de campo. Percebeu-se que os atores escolares que

fizeram parte desta pesquisa possuem uma compreensão sobre a importância do lúdico na educação infantil, entretanto o grupo dos pais demonstrou desconhecimento a respeito do assunto, porém, reconheceu a relevância deste recurso na construção do conhecimento e que a falta de informação sobre a temática em foco acaba por fazer alguns, pais que não consideram que este recurso contribui de forma dinamizadora no processo ensino aprendizagem na educação infantil.

3. Pontos fortes e fracos

A) Como referido anteriormente os Parceiros do Consorcio são um dos pontos fortes do nosso projeto, podendo contar com a ajuda destes mesmo para resolver questões escolares, familiares e pessoais. A localização do projeto é no Conjunto Habitacional do Seixo e ao seu redor existem escolas primárias, secundarias, centros de estudo (Siga, Associação Mais) permitindo uma intervenção mais pessoal em cada situação.

O Siga E6G em parceria com a Associação Mais, durante o ano letivo, nas férias dos seus educandos, preparam atividades extra curriculares tais como: Atelier de Fotografia, Aulas de dança, Aulas de Karatê, Torneios desportivos (Futebol, Basquetebol, Voleibol), Jogos tradicionais entre outros. A População envolvida são crianças a partir dos 6 anos de idade, jovens e adultos da comunidade do Conjunto habitacional do Seixo.

B) As principais fragilidades/fraquezas que sentimos tanto aqui no projeto Siga , como no Conjunto Habitacional do Seixo é a Desvalorização dos pais pelo contexto escolar , que afeta as crianças e jovens no projeto , e no conjunto habitacional levando a uma postura e a comportamentos menos adequados . Estes comportamentos ocorrem também devido á falta de incentivo e de acompanhamento do percurso escolar pela parte dos pais, as crianças e jovens sentem pouca vontade para ir para a escola, para estudarem.

Para além do termos parceiros como a ADEIMA e o projeto Mais literacia, alguns dos pais do conjunto habitacional não tem o ensino básico concluído ou nem sequer frequentaram o ensino escolar, que poderá causar um receio de não ser capaz de auxiliar o seu educando, dai haver uma falta

de incentivo dos suas crianças a lutarem para terem um futuro melhor, porque muitas das Famílias do conjunto Habitacional, estão desempregados de longa duração.

4. Sugestões de melhoramento

Penso que em sugestões de melhoramento poderia ser nas condições no projeto, e não ser só acompanhar nas turmas nas aulas e ter um espaço para atividades lúdicas e na ajuda dos trabalhos de casa de cada das crianças, aproveitar as ferias escolares para trabalhar com eles como já referi, através de atividades lúdicas, leva- los em a passear para relaxar, entre muitas outras atividades. Possivelmente alargar a faixa etária dos 6 anos ate aos 24 anos, para ajudar cada mais jovem nas suas dificuldades, e ajuda-los a ter sucesso escolar e nas escolhas da sua vida.

5. Calendarização

Atividades	Frequência	2018											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov	Dez
Apoio ao estudo	semanal												
Treino de competências	semanal												
Recrear - Dinamização de Recreios	semanal												
Intervenção em sala de aula	semanal												
Aprender a brincar - atelier lúdico	semanal												
Põe-te a Mexer - atelier desportivo	semanal												
Visitas a organizações	pontual												
O Dia D	pontual		14 Dia dos namorados	19 Dia do pai		4 Dia da mãe	1 Dia mundial da criança						
Oficinas artísticas	semanal												
Formação TIC	semanal												
Atividades TIC	semanal												
Espaço Livre	semanal												
Workshop fotografia	quinzenal												
Workshop vídeo	quinzenal												

6. Recursos

No domínio de educação várias entidades e profissionais atuam neste contexto. Saliente - se que ADEIMA (Siga e RSI), a Associação Mais (ATL do Seixo) e a escola, com as profissionais criando equipas multidisciplinar (educação social, serviço social, monitor CID e dinamizador).

Os protocolos RSI pelo facto de acompanhamento a medida da prestação social, incentivam e acompanham o percurso escolar dos menores de famílias beneficiárias da comunidade. O ATL do Seixo que pertence á

Associação Mais proporciona a alguns menores deste contexto apoio ao estudo e atividades livres.

O Siga através das suas varias atividades de mais best enfase ao domínio da educação, concretizando-se no apoio ao estudo ao 1º , 2º e 3º ciclos , no recrear - apoio á realização dos recreios de forma estruturada ; grupos de pais na escola; grupos de alfabetização; treino de competências pessoais e sociais ; siga as noticias ; brigada da limpeza; intervenção em sala de aula com turmas de 1º ano consideradas como as mais problemáticas em contexto escolar, bem como outras atividades de carater desportivo e artístico por forma a desenvolver competências que também são essenciais da promoção do sucesso escolar.

Os dias D, bem como outras atividades mais, pontuais, workshops de fotografia são fundamentais para a noção de outras competências e de trabalho com outras entidades nomeadamente a escola. Importa salientar que as entidades referidas, trabalham sempre em logica de parceria, criando sinergias e pontos de contato, rentabilizando os recursos e potencializando a intervenção. No que se refere ao método, para além de privilegiar sempre a primeira logica de parceria, o desenvolvimento das ações e a concretização dos mesmos, parte sempre do interesse e motivação dos participantes.

7. O contributo pessoal

Tentar mudar os problemas em varias Comunidades (inclusive na minha) norte a sul do pais , e melhorar os bairros sociais de cada cidade pouco a pouco o pais .

8. O que o curso me ajudou

O contributo que esta experiencia me proporcionou foi entender algumas coisas do projeto, que tinha curiosidade em tentar compreender, ajudou me como criar um projeto de raiz. Como os parceiros são importantes para as ações que queremos seguir , e muito mais .

9. Sugestões para próximas edições do curso

Não deixem os seus trabalhos em atraso!

E aproveitem cada minuto deste curso porque vale apena.



Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Partilhando afetos

Helena Isabel Guerreiro Coelho



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO

1. Introdução

No âmbito da Pós- Graduação em Diversidade e Desenvolvimento fomos solicitados que desenvolvêssemos um projeto relacionado com as três temáticas abordadas na Pós Graduação (Educação e Desenvolvimento; Saúde e Desenvolvimento e Cultura e Identidade).

Centrei-me mais na temática da Educação e Desenvolvimento, uma vez que esta me desperta bastante interesse.

O tema que escolhi para desenvolver este projeto é a participação mais ativa dos pais na vida escolar dos filhos e o desenvolvimento de estratégias inovadoras para fomentar mais essa participação.

Intitulei este projeto como Partilhando Afetos, pois penso que é fundamental desde o início da idade escolar e ao longo de todo o percurso serem “semeados e partilhados afetos”, haver a participação e partilha de experiências entre pais e filhos, contribuindo desta forma para o crescimento de crianças mais felizes, instruídas e motivadas.

Uma participação ativa dos pais na educação dos seus filhos é a chave para o Sucesso Escolar destes.

2. Caracterização do projeto

Na sociedade atual, a problemática do envolvimento parental é uma das mais importantes temáticas neste momento, visto que o desenvolvimento das crianças na escola é extremamente importante, porque se as crianças forem bem acompanhadas no seu processo escolar em parceria com os pais, estas crianças serão com certeza uns cidadãos com uma perspetiva de vida e também escolar muito melhor, sendo profissionalmente exemplares. O ambiente familiar, a relação com a escola e a descontinuidade entre ambas são na minha opinião aspetos fundamentais para a problemática da participação dos pais na escola.

Quando se fala da população migrante acresce o fator de dificuldade de integração na comunidade escolar devido a dificuldades de compreensão linguística.

Considera-se cada vez mais importante, que desde cedo deve ser estimulada a participação dos pais na vida dos filhos, na infância através da colaboração ativa nas brincadeiras e no início da vida escolar através de uma

maior interacção nas atividades escolares destes.

O que acontece hoje em dia é precisamente o contrário, os pais estão cada vez mais ocupados com a sua vida profissional, o que leva a uma débil colaboração no crescimento pessoal e escolar dos seus filhos.

Este facto está a gerar uma maior incidência de crianças com dificuldades de aprendizagem, pouco estimuladas para o despertar da curiosidade para a aquisição de novos conhecimentos, com níveis de desmotivação elevados e com dificuldades de concentração.

Referencio aqui alguns casos que presenciei e acompanhei a nível pessoal e profissional, que foi quando trabalhava num Centro de Explicações e era tutora de Estudo Acompanhado ao nível do 1.o Ciclo. Em todos os casos de crianças que acompanhei, os pais tinham uma vida profissional muito ocupada o que fazia com que disponibilizassem pouco tempo para participar na vida escolar dos seus filhos, observei que todas elas tinham sérias dificuldades de aprendizagem, principalmente ao nível da expressão escrita, dificuldades de concentração e uma grande desmotivação para aprender, não existindo o despertar da curiosidade para novas aprendizagens.

É fundamental que os pais se integrem ativamente na vida escolar dos seus educados, de forma a conseguirem dar todo o apoio que eles necessitam no seu crescimento escolar.

Por isso a escola é um local onde estes confiam a Educação dos seus filhos e encontram nela um tipo de apoio indispensável para as suas vidas, sendo mesmo um elemento imprescindível para os pais e encarregados de Educação.

Pretendo com o meu projeto “Partilhando Afetos” compreender como é a relação existente entre professores e alunos, alunos com alunos, professores com encarregados de educação, encarregados de educação com educandos, existindo desta forma várias “relações” entre toda a comunidade escolar. É ainda importante identificar, que papel é dado ao diretor de turma na escola e qual o seu relacionamento com os alunos e com as famílias da sua direção de turma, assim como, o tipo de envolvimento parental existente na escola e que tipo de atividades são desenvolvidas pela escola para envolver pais, encarregados de educação, alunos, professores,

diretores de turma. Todo o ambiente familiar, a relação com a escola e a intermitência entre ambas são aspetos fundamentais para a problemática da participação dos pais na escola, pretendendo acima de tudo conseguir compreender e conhecer toda esta envolvência, de modo a que os maiores beneficiários sejam os alunos.

Importa também referir que inicialmente irei desenvolver este projecto-piloto nos Jardins de Infância, nas escolas do 1.º Ciclo e Ensino Básico e nas Associações de Países situadas no concelho de Vila Franca de Xira. Posteriormente, pretendo estendê-lo às Escolas com a mesma tipologia da área da grande Lisboa, começando inicialmente nas zonas que possuam escolas com maior número de crianças migrantes.

3. Estado de Arte

Em Portugal ainda são poucos os programas existentes em relação a esta temática. Começo por fazer referência a um projecto que conheço:

- **Projeto Grupos Aprender Brincar Crescer** – ACM em parceria com Ministério da Educação - O Projeto Grupos Aprender Brincar Crescer (GABC), já em funcionamento em países como Inglaterra, Escócia, Irlanda, Holanda e Austrália, vai ser implementado em Portugal, a partir de outubro.



A iniciativa resulta de um trabalho estruturado em parceria, que envolve o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), através do seu Programa Escolhas, o Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da Direção Geral de Educação (DGE), a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), a Fundação Bissaya Barreto (FBB), o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e a Universidade de Coimbra (UC). Este projeto, financiado pela

Comissão Europeia, é direcionado a crianças até aos 4 anos de idade, que não frequentem qualquer creche ou jardim-de-infância, e suas famílias, sendo que as atividades previstas irão envolver a participação de ambos em simultâneo. O objetivo é fomentar a aprendizagem natural da criança através das brincadeiras e promover interações entre todos os participantes, crianças e adultos.

(Informação retirada do site do ACM – <http://www.acm.gov.pt/-/projeto-grupos-aprender-brincar-crescer-acm-em-parceria-com-ministerio-da-educacao>)

Notícia do Público que faz referência ao resultado positivo que este projeto teve: <https://www.publico.pt/2017/02/23/sociedade/noticia/ha-quem-ensine-os-pais-e-os-filhos-a-brincarem-para-no-futuro-terem-sucesso-1763089>

Outro projeto que pretende fomentar a relação entre escola-família é desenvolvido pela Fundação Aga Khan, nomeadamente um Projeto de Literacia familiar chamado Conto Contigo. O programa contempla oito sessões, onde os participantes são desafiados a descobrir a escrita através de histórias e jogos divertidos.



Apresentação do Conto Contigo

<https://prezi.com/v93suywk69qi/conto-contigo-na-biblioteca/>

No Brasil existe também projectos a este nível, tais como:

- **PROJETO interação FAMÍLIA x ESCOLA:** O Projeto Interação Família X Escola destina-se à participação efetiva e colaborativa dos pais na escola. Através deste Projeto, esperamos promover a integração, troca de experiências, bem como atualização e discussões sobre a importância e aproveitamento do mesmo. Neste sentido, a relação Escola X Família é imprescindível à melhoria dos índices da qualidade da educação. A família como espaço de construção da identidade dos cidadãos firmando parceria com a escola para juntas promoverem o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, é através dessa participação que se desenvolve a consciência social crítica e também o sentido da cidadania para que juntos – Família X Escola – possam fazer da escola um espaço democrático. Reconhecer através deste Projeto as múltiplas relações sociais, econômicas e políticas na formação de cidadãos críticos, participativos e construtores de uma sociedade mais responsável, justa, humana e fraterna.



Informação retirada do site:

<http://mse.mec.gov.br/images/stories/pdf/Projeto%20Familia%20Escola%20Santo%20Afonso-MT.pdf>

Atualmente encontro-me na fase de pesquisa de escolas do concelho de Vila Franca de Xira onde poderei dinamizar o meu projeto.

4. Pontos Fortes e Pontos Fracos

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>- Na escola existe todo um conjunto de professores capazes de poder ajudar e acompanhar não só os alunos como também os encarregados de educação, podendo neste caso, dar pistas educativas, com vista a que os pais possam e consigam perceber as dificuldades e lacunas a preencher nas mais variadas disciplinas. Tudo isto tornaria a relação entre escola-família um pouco mais próxima e promotora de uma saudável construção relacional;</p> <p>- Estabelecimentos de Ensino bem apetrechados de recursos que possam proporcionar a realização de diversas actividades educativas para estimular a relação pais-filhos;</p> <p>- Professores jovens com mentes abertas a actividades inovadoras e criativas;</p> <p>-Aparecimento de formações inovadoras para professores e pais que podem contribuir de forma positiva para o desenvolvimento de competências que possam potenciar uma maior aproximação dos pais à Escola;</p>	<p>Ao nível dos factores que podem contribuir para a fragilidade da relação país- escola mencionaria os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Aumento do número de divórcios; •Os horários de trabalho sem respeito pela vida pessoal; •Dificuldades de integração/participação no meio escolar devido a não dominarem a Língua Portuguesa (faço referência aqui aos pais imigrantes); •O desemprego; •A falta de suporte social; •O exagero no tempo gasto com as tecnologias/ Internet. <p>Consequentemente este factores podem provocar nas crianças:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Desinteresse: - Falta de ocupação; - Falta de interesse pela leitura; pelos estudos (Abandono Escolar) •ausência de relações significativas com adultos: <ul style="list-style-type: none"> - Não se abrem; - Ausência de linguagem cuidada (vocabulário pobre); - Atitudes que oscilam entre a simpatia e hostilidade com os mais velhos; •Atitudes violentas para com os adultos (pais e professores) e colegas de turma; - Delinquência e marginalidade

5. Sugestões de Melhoramento

A família desempenha o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando a sua socialização, elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil. Qualquer que seja a sua estrutura, a família mantém-se como o meio relacional básico para as relações da criança com o mundo. Os pais devem envolver-se na educação dos filhos e também na escola. Foi-se o tempo em que os pais abandonavam os filhos na escola dizendo que a partir daí a escola era responsável pela educação deles. A educação dos filhos é uma preocupação dos pais e educadores.

A influência que os filhos sofrem junto aos meios de comunicação, junto dos amigos e junto da escola leva-nos a concluir que este processo educativo é uma componente importante na formação de cada filho. O papel de um professor é variado, complexo mas motivador. Pretende-se que um professor seja inovador, dinâmico, comunicativo, crítico e “eficaz.” Ele deve ensinar mas também educar, transmitir conhecimentos mas também incutir métodos, instrumentos de trabalho e alguns valores fundamentais nos alunos, como, por exemplo, a compreensão e o respeito pelo outro, a ajuda ou a responsabilidade. E ainda desenvolver o espírito crítico, a reflexão mas também a criatividade e a curiosidade em termos de aprendizagem. Não nos restam dúvidas de que os pais são os primeiros educadores da criança e que, ao longo de toda a sua escolaridade, continuam a ser os principais responsáveis pela sua educação e bem-estar. Os professores aparecem como parceiros insubstituíveis no “transporte” dessa responsabilidade. Como parceiros que são (pais-professores), devem unir esforços, partilhar objetivos e reconhecer a existência de um mesmo bem comum para os alunos. É neste aspeto que nos parece que o papel mais importante dos pais é o que é realizado em casa, durante o desenvolvimento da criança e que o papel mais importante da escola é o pedagógico (inerentemente relacional e técnico) estabelecendo estratégias operacionais e eficazes para fazer face ao projeto pedagógico da criança, que é esse o objetivo da frequência do aluno na escola.

Assim o objetivo geral que se pretende com este projecto é desenvolver estratégias diferenciadoras e que potenciem a participação ativa dos pais na vida Escolar dos Filhos, motivando e estimulando a

aprendizagem e preparando alunos mais felizes, conscientes e instruídos e que consigam passar estas novas metodologias às gerações futuras.

Considero as seguintes acções de acrescida importância:

- Participação mais ativa na vida escolar dos filhos desde a Creche até ao Ensino Secundário/Superior;

- Contribuir Positivamente para a Educação dos Filhos, através de uma maior participação nas atividades escolares;

- Os pais poderão propor aos professores, de acordo com as competências de cada um, atividades inovadoras e criativas, com realização mensal;

- Desenvolver atividades de meditação e Yoga nas escolas para professores, pais e alunos para desencadear nestes últimos uma maior consciência das suas capacidades e com maior autoconfiança e autoestima, proporcionando uma melhoria no ensino;

- Estimulo ao desenvolvimento da Psicologia Positiva nas escolas;

- Criação de um “Dia Temático “ de atividades de cada nacionalidade presente na escola, promovendo uma maior interação cultural entre professores, pais e alunos;

- Desenvolvimento de pequenos cursos de como participar mais ativamente na vida escolar dos seus filhos para pais de outras nacionalidades.

Pretende-se com este projeto diminuir as barreiras entre a Escola e a Família, estabelecendo uma relação saudável entre estas e que possa promover um crescimento pessoal e escolar do aluno mais consciente, com mais qualidade e mais sustentável.

Queremos que os pais interajam com frequência no meio escolar dos seus filhos, tornando o processo de Educação mais salutar e responsável.

Para isso as Escolas, professores e família são os três elementos chave neste processo.

É fundamental que os pais ajudem os seus filhos a alcançar um melhor desempenho na vida escolar, para isso é necessário:

- Ter livros em casa;

- Reservar um lugar tranquilo para os estudos;

- Zelar pelo cumprimento de fazer os trabalhos de casa;

- Orientar, mas jamais dar a resposta certa;
- Preservar o tempo livre das crianças;
- Comparecer a todas as reuniões de pais;
- Conversar sobre a escola;
- Ver com frequência a caderneta de aluno;
- Não fazer pressão em véspera de testes.

Para além de ser necessário que a escola tome a iniciativa de fomentar o envolvimento de todas as famílias, também é necessário, então, utilizar outras estratégias de aproximação entre a escola e a família. A escola deve oferecer uma maior variedade de modalidades de envolvimento parental, uma vez que a participação de algumas famílias se apropriará melhor a um tipo ou outro de modalidade.

Sabendo-se que a maioria dos programas de envolvimento das famílias é mais acessível aos pais de classe média, é necessário e urgente ir ao encontro de estratégias que facilitem a participação de famílias pertencentes a classes sócio-económica baixas, pois são estas crianças que necessitam de muito apoio na escola, porque muitas vezes em casa, não têm amparo, ajuda, auxílio, assistência no estudo e nas tarefas diárias, tais como os trabalhos de casa, e muitas vezes estas crianças abandonam a escola, por não terem outra alternativa.

A família deverá favorecer um bom ambiente familiar e assegurar as condições básicas da vida humana (saúde, alimentação, vestuário, habitação, afeto, segurança e conforto), que são também as condições básicas para que a aprendizagem e o desenvolvimento humano se processem. A criança não pode aprender sem ter horas de sono suficientes, espaço para estudar e regras de comportamento. Quando a família não consegue cumprir estas obrigações básicas, a escola deverá acionar os mecanismos de ação social e juntamente com estes ajudar a família a construir os seus próprios recursos.

Passo a citar algumas estratégias que os pais devem usar:

- **Comunicar com os seus filhos sobre a Escola:** É importante conversarem com os filhos acerca do que se passa na escola, respeitando simultaneamente a sua necessidade de privacidade;

- **Procurar proporcionar ao filho experiências de aprendizagem:** A família é um contexto de aprendizagem fundamental. Há formas muito simples de promover a aprendizagem: ler aos filhos, ouvi-los ler, conversar com eles acerca de diferentes temas, assistir em conjunto a programas televisivos e pedir-lhes a opinião acerca daquilo que estão a ver e a ouvir, passear, ir a museus e sítios com interesse histórico e cultural, demonstrar e partilhar o seu interesse e curiosidade por tudo aquilo que o rodeia;
- **Comunicar com escola do filho:** Sabemos que uma boa comunicação entre a família e o professor facilita a adaptação à escola e a aprendizagem das crianças e adolescentes. Ao falar com o professor/diretor de turma pode obter informações acerca do que os professores e a escola esperam dos alunos relativamente a questões como o comportamento e a aprendizagem, as evoluções e as dificuldades do filho, como ajudar nas tarefas escolares e promover atividades de aprendizagem em casa;
- **Participar nas atividades da escola:** nestas atividades têm oportunidade de conhecer melhor o espaço onde o filho passa tantas horas, de conhecer os colegas e as famílias, os professores e outro pessoal da escola. A ajuda dos pais poderá ser muito útil na preparação destas atividades. Por vezes, a escola também pede a colaboração na organização de acontecimentos festivos, na melhoria do espaço escolar, e na resolução de problemas. Os pais são parceiros importantes e a sua contribuição é valiosa.

Pretende-se com este projeto também integrar atividades inovadoras no meio escolar em que beneficiem os professores, alunos e pais. Refiro-me a atividades de mindfulness, para que todos tomem mais consciência das suas competências, dos seus pontos fortes e fracos e que pais, alunos e professores possam beneficiar com essas aprendizagens.

6. Calendarização

Abaixo apresento o quadro que esquematiza a calendarização do meu projeto, apresentando as ações que pretendo desenvolver a curto prazo (3 a 6 meses) e a longo prazo (12 meses):

Quadro 1:

Atividades a realizar	1.º Trimestre 2018	2.º Trimestre 2018	3.º Trimestre 2018	4.º Trimestre 2018
Pesquisa de potenciais escolas / Associações de pais/ Bibliotecas no Concelho de Vila Franca de Xira e Planificação de Atividades a desenvolver	X	X		
Agendamento de reuniões com os Diretores das Escolas para apresentação do projeto		X		
Início de atividades com as Escolas /Associações de Países/Bibliotecas que aceitassem participar no projeto-piloto + Contratação de professores de Yoga			X	X

7. Recursos Necessários

Nesta fase inicial pretendo desenvolver este projeto a baixo custo, aproveitando os recursos que as Escolas, Associações de País e Bibliotecas possam ter disponíveis: materiais, salas, recursos audiovisuais.

O único recurso financeiro que julgo necessário é o dinheiro para a contratação de uma professora de yoga, e dependeria do valor/hora que a professora levasse de acordo com as horas definidas e necessárias para a realização das atividades.

Mas vamos pressupor que a professora levaria 200 euros mensais x12 meses = 2400euros. Seria então este o valor monetário preciso.

8. Contributo Pessoal

O meu contributo pessoal para este projeto será desde logo a minha participação ativa como mãe na vida escolar dos meus filhos e sensibilizar os outros país (através da minha participação na associação de país e apresentando o meu projeto) para a importância deste aspecto na melhoria da vida pessoal e escolar dos seus filhos, contribuindo positivamente para a sua saúde mental e física, tornando –as crianças mais felizes e completas.

No caso das escolas com um grande número de crianças migrantes e que os país manifestem maiores dificuldades linguísticas da língua portuguesa e que os impeçam de participar mais ativamente na vida escolar dos filhos, poderei encaminhar este pais para o programa do PPT para aprendizagem da língua portuguesa, uma vez que é desenvolvido pelo o ACM I.P , organismo do qual faço parte.

Também gostaria de promover alguns workshops intitulados “Como contribuir para a Felicidade do meu filho” junto dos país.

Penso que dando o exemplo e dando o meu contributo como mãe e educadora poderei “contagiar” e estimular outros

9. O que o curso me ajudou

Este Curso foi uma grande mais-valia e bastante precioso para enriquecer e aprofundar os meus conhecimentos nos diversos temas abordados ao nível da Saúde, Educação e Cultura.

Todas as matérias foram de extrema relevância e interesse para a

nossa vida pessoal e profissional e com aplicabilidade principalmente ao nível do nosso contexto profissional.

Mas houve temas que me ficaram bastante presentes na memória como: Programas para a promoção da saúde; o tema da Educação e Necessidades Educativas Especiais; os Direitos Humanos e Igualdade de Género; Promover a Saúde Mental e Prevenir a Perturbação Mental; Empreendedorismo Jovem e Empreendedorismo Sénior.

Contribuiu também para o melhor manuseamento das ferramentas e-learning, pois tinha feito poucas formações com base nesta ferramenta de ensino.

Um agradecimento especial ao Cipriano que foi uma pessoa fundamental para nos ajudar a ultrapassar todas as dificuldades e bloqueios ao nível informático.

Todas as disciplinas foram ministradas por uma excelente equipa de professores, pois mesmo à distância foram todos muito dinâmicos e interagiram e esclareceram sempre todas as questões.

Um agradecimento também muito especial à Professora Margarida Gaspar de Matos e ao Dr. Fábio Guedes que tiveram sempre disponíveis para nos esclarecer todas as questões.

Agradeço ao ACM por me ter proporcionando esta oportunidade única de investir na minha formação académica, sinto-me imensamente gratificada.

10. Sugestões para próximas edições do curso

Quanto às sugestões para as próximas edições do curso deixo as seguintes ideias:

- Melhoria do sistema de som da plataforma e-learning e necessidade e importância de sessões presenciais, para uma partilha mais ativa de conhecimentos entre colegas, alunos e professores.

- E por último também me parece bastante relevante a realização de pelo menos uma reunião mensal para ponto de situação de trabalhos e discussão de outros assuntos.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Projeto “Caminho”

José Miguel Pimentel Lima do Espírito Aragão



PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

1.Caracterização do projeto

O "Caminho" é um projeto de intervenção social, sediado em Aqualva-Cacém, desenhado para crianças e jovens, entre os 11 e os 30 anos, e respetivos familiares, provenientes de contextos socio económicos vulneráveis. Este projeto tem como objetivo principal: caminhar lado-a-lado com a comunidade participante, investindo na promoção da sua inclusão social, através da aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais, escolares/profissionais, bem como físicas e comunitárias, tendo em vista a estruturação de um projeto de vida individualizado. Alguns dos objectivos subjacentes a concretizar neste projeto são: Promoção da progressão e sucesso escolar, encaminhamento para novas respostas educativas e/ ou formativas, acompanhamento individualizado dos jovens e respetivas famílias em atividades de co-responsabilização parental; capacitação cívica e comunitária, assim como a ocupação de tempos livres. De modo a trabalhar estes objetivos, foram estabelecidas algumas atividades que trabalhem as competências e os objetivos pré definidos, sendo estas: o apoio ao estudo, apoio na procura de formação e emprego, prática regular de desporto (futebol, basket, natação, ping pong), formação em metodologias e tecnologias de informação e comunicação, espaço de convívio, organização de actividades / eventos comunitários a realizar em escolas, espaço cívico ou na própria sede. Tanto o desenho como a implementação do projeto serão potenciados com a formação de um consórcio sensível a esta causa, onde poderemos contar com as seguintes entidades: Junta de Freguesia de Aqualva e Mira Sintra (JFAMS), Entidade Promotora; Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos (AOV), Entidade Gestora; União das Freguesias do Cacém e São Marcos (UFCSM); Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Sintra Oriental (CPCJSO); Agrupamento de Escolas António Sérgio (AEAS); Agrupamento de Escolas D. Maria II (AEDMII); Escola Secundária Ferreira Dias (ESFD); Associação Cultural e Recreativa Estrela da Lusofonia (AEL); AESintra - Associação Empresarial do Concelho de Sintra (AES); Dínamo - Associação de Dinamização Sociocultural (AD); Fábrica do Empreendedor - SEA Coop. (FE) e Câmara Municipal de Sintra (CMS). Ao longo da implementação do projeto vão surgindo novas entidades e parcerias de modo a dar uma resposta mais

eficaz a necessidades que surjam ao longo do mesmo. O apoio destas será imprescindível para a concretização dos objetivos.

2. Situação Atual

Ao longo do desenvolvimento do Projeto, novos contributos surgiram através de parceiros formais e informais. De acordo com o objectivo de cada actividade, foram desenvolvidas algumas “subactividades” de modo a trabalharmos competências predefinidas, através do plano das actividades e, de modo a envolver os parceiros em actividades do projeto. Estas actividades são: “Ser+”, Actividades de apoio ao estudo individual e/ou de grupo, jogos lúdico-pedagógicos e dinâmicas de grupo, com vista à promoção de competências cognitivas, “Jog@qui”, actividade com vista à promoção do sucesso escolar: escola virtual e outros jogos lúdico-pedagógicos, “Re(aproximar)”, encontro entre jovens e respetivos familiares (jantares, torneios etc), “TIC”, Cursos de iniciação às Tecnologias da Informação e Comunicação, no qual é possível obter um certificado, “Gabinete Jovem”, actividade de acompanhamento individual de problemas pessoais/ sociais associados aos jovens, “Jovens “di” Futuro”, actividade com vista à construção de projetos de vida e encaminhamento para cursos de educação e formação, “Gala Caminho”, incentivo à promoção do sucesso e progressão escolar, entrega de prémios de mérito aos participantes que evoluíram e cumpriram requisitos como: assiduidade, comportamento, empenho entre outros, “+Familia”, actividades com vista ao acompanhamento e envolvimento dos Encarregados de Educação no processo educativo dos respetivos educandos, bem como mediação entre ambos, “Atelier Multimédia”, actividade com vista ao desenvolvimento de competências na área multimédia, no qual está enquadrada o “RecMelody”, nome do estúdio comunitário, “Bora Lá!”, saídas/ passeios a locais de interesse; intercâmbios e colónias de férias, com vista à partilha de experiências intra e inter-grupos, “Conhecer para mudar”, actividades pontuais a realizar com os jovens participantes, em articulação com forças policiais, tendo em vista a aproximação de ambos, “É nós!”, actividade com vista à promoção e realização de ações de participação cívica e comunitária, “Googl@qui”, acesso livre à internet, “Conviver”, actividade de

ocupação de tempos livres, investindo na troca do espaço rua pelo espaço do Projeto; encontra-se à disposição dos participantes jogos lúdicos pedagógicos, tv, consola etc, "Mexete"- atividade com vista à promoção de hábitos e/ ou estilos de vida saudáveis - natação, futebol, dança, ping pong, entre outras, "AKA Associação"- atividades de associativismo juvenil que promovam o desenvolvimento de competências cívicas e comunitárias e o "Trajetórias", Atividades formativas ou outras que promovam o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cívicas e comunitárias, com vista à organização, planificação de projetos.

Dentro destas atividades tivemos subactividades como: "Marca a diferença", a JFAMS, permitiu a participação do Proj. na organização do Evento Comunitário "Ao Encontro de Culturas", que incluiu vários workshops interculturais, bancas de artesanato, espetáculos e animação; foram integrados 13 jovens do Proj. na equipa da organização.

A AD e a JFAMS, desenvolveram um Programa de Voluntariado Jovem "Ativação", remunerado (aplicado em 5 dias, a um grupo de 20 jovens), no qual foram integrados 5 jovens do Proj. - contemplou dinamização de dinâmicas de grupo, ações de voluntariado, ações de sensibilização em contexto de rua.

A Academia Ubuntu Rugby - IPAV, cooperou na realização da sessão de sensibilização de prática do Rugby, no que respeita a valores e competências a desenvolver.

A ARJA colaborou na sessão de sensibilização "Tod@s Iguais, Tod@s Diferentes", destinado aos jovens, acerca da igualdade universal e o respeito pelas diferenças particulares.

Quanto a Conhecer para Mudar, foi dinamizada a sessão de sensibilização "Delinquência Juvenil", com a 66a Esquadra PSP Agualva-Cacém; através da AHBVAC, foi realizada uma visita às suas instalações para conhecimento das suas funções.

Na Bora Lá! contou-se com a JFAMS, a qual integrou 6 crianças participantes na sua Colónia de Férias; a disponibilização de transporte autocarro, pela UFCSM, facilitou a deslocação em idas à praia; a JFAMS promoveu o usufruto da Feira de Diversões, a título gratuito para os participantes.

Na Trajetórias, esta pode contar com a colaboração de um enfermeiro na dinamização de uma sessão, para jovens, com o tema “Higiene, Cuidados a ter com o Sol e Sexualidade”; o mesmo contributo foi possível na atividade (re)pensar, sendo esta sessão destinada a encarregados de educação (EE); enquanto atividade realizada com turma VOC (E.B. 2,3 António Sérgio) a FA, colaborou em 2 sessões promotoras de desenvolvimento pessoal e social. Na atividade "Jovens di Futuro", o Grupo Inditex, contribuiu para a integração de 3 jovens, do Proj., em emprego.

Outros contributos: a UFCSM e JFAMS quanto à disponibilização de material de revestimento acústico para o Estúdio Comunitário do Proj. e sua aplicação, respetivamente; a Panificadora Caruço & Filhos, Lda. contribui diariamente com pão que é dado no lanche aos jovens participantes; a cedência de espaço desportivo, pelo AEAS; a aquisição de chapéus de sol através da Delta Cafés; apoio alimentar para actividades pontuais através da AEL; a aquisição de pen drives, doadas pela CMS, para prémios de progressão escolar; a oportunidade provida pelo PE “Rede Escolhas para o Talento”, que apoiou a definição de um plano de desenvolvimento do talento para jovens, através de processos de mentorias e formação intensiva em competências sociais e pessoais (soft skills).

A cooperação da DGRSPS, permitiu integrar jovens/ adultos em cumprimento de serviço comunitário, como monitores de atividades, sendo que destes 4 já eram participantes do Projeto. Atualmente, o grupo da atividade "trajetórias", constituído por cerca de 10 jovens do Proj., encontra-se a organizar uma atividade, que vai de encontro a uma das competências que temos vindo a trabalhar com os mesmos, que se prende com o desenvolvimento de competências a nível social e comunicacional, bem como o empreendedorismo. Esta atividade denomina-se por "Ser Amigo" e consiste na realização de atividades em regime voluntariado.

A CMS disponibilizou um dos seus técnicos ligados à área do voluntariado para que pudesse vir ao nosso projeto promover uma ação de sensibilização que fosse de encontro ao tema. O primeiro local que receberá os nossos voluntários será a instituição "Coração Amarelo", instituição que combate a solidão das pessoas através do acompanhamento das mesmas por voluntários, contaremos com a participação de cerca de 10 jovens do

proj, A atividade "Mexe-te" também já se encontra a organizar diversas atividades ligadas ao desporto. Um grupo, desta atividade, de aproximadamente 15 Jovens do Proj., já se encontra a desenvolver uma atividade que envolva outros projetos e a comunidade, esta, prende-se com o intercâmbio de jovens de outros projetos similares, através da participação destes em atividades desportivas realizadas no Proj., como: Torneios de Futebol, Ping Pong, Matraquilhos entre outras. Promover o contato entre jovens de zonas diferentes ajuda-os a trabalhar competências sociais e comunicacionais. Para além destas atividades que promovem o convívio entre jovens e jovens/comunidade, também temos uma, por realizar, que envolve os encarregados de educação e os respectivos educandos. Esta, prende-se com a participação do projeto na iniciativa "Família ao Lado" lançada pelo PE e pelo ACM. Esta iniciativa pretende juntar famílias de nacionalidades diferentes à mesa, através de um almoço com pratos confeccionados por cada uma das famílias participantes. Neste almoço é suposto as famílias trocarem experiências e ideias próprias de cada cultura. Muitas vezes é preciso conhecer para respeitar e esta iniciativa pretende trabalhar esse campo, através da interação direta entre membros de culturas diferentes. Esta iniciativa será realizada no nosso espaço, do Proj, e contará com o envolvimento de cerca de 15 famílias e respetivos educandos. Foi realizado um concerto solidário; cedência do sistema de som por parte da UFAMS, este pretendeu enaltecer o valor da partilha através da recolha, à entrada, de bens alimentares. Estes serão mais tarde distribuídos pelas famílias mais carenciadas da comunidade e servirão de apoio às famílias que irão confeccionar os almoços da atividade anteriormente referida. Estiveram cerca de 10 jovens do Proj envolvidos na organização e cerca de 40 Jovens no concerto, as entradas tiveram que ser limitadas por questões de segurança. O proj, começou o acompanhamento a 3 turmas da EBAS, são pequenas aulas onde serão trabalhadas competências através de dinâmicas de grupo e outras.

3. Pontos Fortes e Fracos

3.1. Pontos Fortes e otimização

A nível da nossa freguesia não existem respostas, de nível tão amplo,

como o do nosso proj, constituindo, por isso, um dos pontos fortes deste. Esta comunidade carece de determinadas respostas, a nível de apoio social, familiar, formação, emprego entre outras. Esta freguesia é um dos maiores centros populacionais do país, fruto do acelerado desenvolvimento urbano ocorrido principalmente na década de 1990, segundo os censos de 2011 contamos com uma população de cerca de 41104 habitantes, somos a 3a maior freguesia de Sintra.

A população jovem ocupa boa parte da percentagem do número de habitantes, as suas potencialidades são inúmeras, o que facilitará no desenvolvimento das competências e no encaminhamento para formações na área de interesse dos mesmos. Parte dos pontos fortes poderá também prender-se com o facto de nos localizarmos perto escolas e da estação, o que a nível de acessibilidade para os nossos participantes é bastante positivo.

A equipa e as entidades que prestam apoio ao projeto, também são fundamentais para o sucesso da concretização dos objetivos pré-estabelecidos, o facto de se sentirem identificados com a causa é fulcral para conseguirmos atingir objetivos em prol do bem maior.

Estes pontos fortes são otimizados essencialmente quando envolvemos os jovens, famílias e parceiros nas nossas atividades. A nível de jovens, incentivá-los a participar no projeto, bem como captar novos participantes, através da divulgação digital e “boca-a-boca”, a nível de familiares, devemos incentivá-los e sensibilizá-los para a importância do acompanhamento dos seus educandos, e dos parceiros, através da realização de atividades em parceria com os mesmos e divulgação de atividades desenvolvidas no projeto

3.2 Pontos Fracos e otimização

O número de habitantes, em parte, pode ser considerado um ponto forte, mas também uma fragilidade/ ponto fraco, pois obriga a que um número reduzido de técnicos consiga dar resposta a um número elevado de habitantes, o que torna o ratio habitantes/técnicos bastante pequeno. Estima-se que 13,6% das famílias que residem em Agualva Cacém sejam monoparentais, o que acaba por ir de encontro a uma das problemáticas que

o projeto combate, que é a falta de acompanhamento familiar, derivado ao facto de existirem famílias pouco estruturadas e de poucos recursos. Em 10 anos (de 2001 a 2011) o desemprego aumentou em quase 50%, a percentagem indica que 25% da nossa população tenha completado apenas o 1oCiclo e que a nível secundário apenas 22,6%, problemática que também procura combater-se no nosso projeto.

A criminalidade juvenil, o uso de substâncias ilícitas, também são consequências que podem derivar de problemáticas como: abandono e absentismo escolar, desocupação e abandono escolar precoce; existência de crianças com falta de acompanhamento parental; fraco envolvimento das famílias nos comportamentos de risco e a autoexclusão. Sem esquecer a grande barreira linguística, estima-se que 11,3% da população geral seja emigrante, predominantemente oriundos de países do continente africano, muitos destes países têm como língua oficial o português, mas o sistema de ensino nestes é relativamente fraco e a utilização dos "crioulos" em casa ou na rua também é bastante frequente, o que acaba por ser uma dificuldade que estes emigrantes enfrentam quando chegam a Portugal na escola e a nível profissional.

De modo a combater estas problemáticas o projeto assenta, especialmente, na realização de atividades de ocupação de tempos livres deste jovens, pois a desocupação é um dos pontos que gera muitos dos problemas relatados anteriormente. De modo a otimizar a eficácia do projeto dado ao elevado numero de habitantes da nossa freguesia, o projeto irá iniciar um programa de captação de voluntários, através da parceria com instituições e algumas escolas que tenham cursos relacionados com a área da intervenção social. Um dois problemas com maior relevância é a falta de acompanhamento familiar, algo que tentamos combater através de sessões, formações e reuniões que envolvam os encarregados de educação, esta ligação é fundamental para o desenvolvimento do jovem em causa.

4. Calendarização

Algumas das atividades que ainda pretendemos fazer a curto (até 3 meses) e médio prazo (+/-1ano) no nosso projeto são: Almoço convívio de famílias "Família ao Lado", 26 de Novembro , Ações de voluntariado, primeira

em conjunto com o coração amarelo, 18 de Novembro, intercâmbio de projetos, onde haverá um jogo de futebol na parte da manhã, um almoço partilhado e um conjunto de atividades a definir na parte da tarde, 18 de Dezembro, “Gala Caminho”, onde se realizará a entrega dos prémios de mérito aos participantes que demonstraram ter progredido na escola, Convívio de final de ano, 30 de Dezembro. Pretendemos começar o ano com um almoço de equipa no qual vamos debater atividades e algumas estratégias para começo do novo ano, e no início do Mês realizar o nosso Festival Comunitário. A longo prazo, pretendemos desenvolver atividades pontuais com os nossos parceiros, participação/colaboração. Pretendemos ainda realizar visitas a feiras de profissões, fazer mais 2 concertos solidários, planear a colónia de férias; acampamentos, atividades desportivas, vistas lúdicas, ida à praia, e durante o ano envolver outros projetos e EE em outras atividades, tendo em vista trabalhar os objetivos afetos a cada atividade.

5. Recursos Necessários

A nível de pessoal, a ajuda e colaboração entre os membros da equipa técnica serão fundamentais para o planeamento e realização das atividades previstas. Contudo, existem alguns problemas, alheios a este tipo de colaboração, que se relacionam com alguns fatores externos, como o no de habitantes. Sem duvida, um projeto funciona bem, quando existe uma equipa bem estruturada, contudo caso o no de participantes aumente significativamente é preciso dar resposta a esta variação.

De modo a rentabilizar custos o proj. “Caminho E6G” encontra-se a desenvolver um programa de captação de voluntários. Estes voluntários serviram de suporte em atividades com uma maior envolvência de participantes. Esta programa seria implementado com a parceria de algumas entidades sensíveis à causa, bem como escolas, seria mais uma oferta Formativa tendo em vista a inserção do projeto no programa de estágios curriculares e, algumas instituições de voluntariado. A divulgação seria feita através das redes sociais e seria aberta ao público também.

Alguns dos jovens participantes do nosso projeto que mostrassem interesse, disponibilidade e maturidade também participariam neste programa. A nível monetário e de material, seria imprescindível o apoio dos

órgãos que compõem o nosso consórcio bem como das entidades parceiras. Existem recursos que certas atividades já têm à sua disposição como: (JFAGMS) autocarros para transporte dos participantes para atividades exteriores, (CF LDA) fornecimento de pão para o lanche, entre outros. O apoio monetário seria para a compra de material que fosse para o projeto, com material multimédia como: colunas para o estúdio, mesa digital, sistema de som para festas, camara profissional, englobando cerca de 1500€, algumas atividades exteriores que envolvem custos de entradas: em museus, e atividades de lazer, o que representaria cerca de 500€ a 1 ano, Material de Higiene: papel higiénico, produtos de limpeza +/-500 ano. Mais uma vez, é de realçar que o apoio das entidades é fundamental de modo a suportarmos eventuais custos com material e atividades.

6. Contributo pessoal

O meu contributo, a nível pessoal, acaba por ir de encontro à definição de dinamizador comunitário, em poucas palavras, um DC, é um jovem que está inserido numa certa comunidade e que vivência múltiplas experiências dentro da mesma.

Esta experiência, a nível global, trás conhecimento de causa, sendo este, fundamental para uma maior eficácia aquando de uma intervenção mais direcionada. Contruir pontes torna-se necessário derivada quantidade de dificuldades que vivemos diariamente no terreno, existe uma grande diversidade de línguas, costumes, religiões etc, daí a ser preciso atuar de modo a chegar a todos, incluindo às minorias. Deste modo, o meu papel torna-se bastante importante na equipa por ter objetivos comuns a nível operacional e a nível comunidade, à qual tenho um elevado sentimento de pertença. O meu contributo passa por estabelecer a ligação e facilitar a comunicação entre a comunidade e o proj.

O meu percurso de vida, a experiência que adquiri ao longo da mesma, sem que seja, necessariamente, enquanto membro de uma comunidade, também é bastante importante na medida em que posso trazer ideias e estratégias inovadoras à equipa, sendo que ainda posso constituir um exemplo a seguir pelos nossos participantes.

7. O que o curso me ajudou

Infelizmente e felizmente, sou uma pessoa que tem muitos afazeres diários, trabalho, faculdade, música, boxe logo pouco me resta para a minha vida pessoal.

O meu percurso foi marcado por alguns contratempos, infelizmente foi muito difícil conciliá-lo com o resto de coisas que faço diariamente, contudo foram-me dadas oportunidades de entregar o trabalho e isso fez com que eu, de certo modo, tivesse que improvisar e adaptar-me à situação. Desistir não é solução, tive que criar uma estratégia de modo a conseguir fazer este curso, mesmo ainda não o tendo concluído, considero que foi uma grande aprendizagem na minha vida, não só pelos conteúdos que são lecionados, mas também pela ginástica que tive que fazer para, pelo menos, tentar acabá-lo com maior aproveitamento possível.

A vida é feita de desafios, e este sem dúvida foi um dos maiores que já encontrei. A dado momento já descobrira coisas que nunca pensaria pesquisar caso não tivesse este trabalho para fazer, sinto-me mais realizado a nível pessoal, e sem duvida, sinto que arrecadei um conjunto de informações que me são muito uteis para a minha intervenção a nível de projeto e não só.

8. Sugestões para próximas edições do curso

Como nunca tive oportunidade de visualizar uma aula em direto, é difícil formalizar algum tipo de crítica a esse nível. Consegui assistir fora tempo real, mas apenas uma vez, pois pessoalmente, considero bastante positivo haverem este tipo de aulas e explicações dadas por um professor, contudo prefiro o material que é disponibilizado em power point.

O único ponto que tenho a referir prende-se com o pdf editável que serve de apoio para desenvolvimento do projeto final, penso que deveria existir um projeto modelo que respondesse às perguntas, pois tive algumas dificuldades na interpretação de algumas, contudo, de modo geral, penso que é um curso muito bom e bastante enriquecedor.



Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

R.I.Co

Refugiados – Imigrantes – Convidados – Conversar na Cozinha

Lilia Pavlenco



U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PROGRAMA ESCOLHAS
6ª GERAÇÃO

1. Introdução

Durante a crise dos refugiados, muitos termos que emergem no noticiário podem causar confusão. Por isso, é preciso fazer algumas distinções conceituais entre eles:

- O **migrante** é qualquer pessoa que muda de região ou país;
- O **migrante econômico** é a pessoa que muda de região ou país, por vontade própria, para escapar da pobreza e em busca de melhores condições de vida;
- O **refugiado** é qualquer pessoa que muda de região ou país tentando fugir de guerras, conflitos internos, perseguição (política, étnica, religiosa etc.) e violação de direitos humanos;
- O **solicitante de asilo** é a pessoa que pediu proteção internacional e aguarda a concessão de status de refugiado.

A distinção entre esses conceitos é muito importante do ponto de vista legal. Isso porque apenas os **refugiados** encontram acolhimento na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, e nas diretrizes da União Europeia para obtenção de asilo.

Já quem deixa a pobreza em seu país para encontrar emprego em outra nação, os **migrantes econômicos**, não tem direito a requerer asilo.

Muitos países europeus barram a entrada de imigrantes ilegais sob a justificativa de que a maioria desses estrangeiros que chega à Europa são migrantes e não refugiados. Mas o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) contesta o argumento, afirmando que oito em cada dez migrantes provêm de países em conflito ou sob regime de exceção, como Síria, Afeganistão, Iraque e Eritreia.

Para os que conseguem fazer a travessia e chegar ao próspero continente europeu, os problemas não terminam. O destino final dessa massa humana são os países menos afetados pela crise econômica que há anos ronda o Velho Continente, como Alemanha, Suécia e Áustria. Para chegar até lá, os migrantes precisam cruzar diversos países, onde nem sempre são bem recebidos. A resposta de muitos governos é carregada de racismo e xenofobia, com um discurso que defende medidas extremas, que vão de prisão à deportação dos migrantes.

És Refugiado ou és Imigrante, ou já eras Imigrante têm uma honra de te convidar no nosso projeto.

Foste obrigado a deixar seu lar, fugindo de guerras, conflitos internos, perseguições políticas e violações de direitos humanos.

Tem medo? – TAMBEM TENHO ...
Não conhece? – TAMBEM NÃO TE CONHEÇO ...
Tem duvidas? – TENHO MUITO MAIS ...
CONVIDO PARA:

CONVERSAR / DESABAFAR / ENSINAR / APRENDER / LUTAR JUNTO
EM SITUAÇÃO INFORMAL

“ Forma informal que está sempre aproximar as pessoas é cozinha.

“ Na cozinha as pessoas estão mais abertas, a vontade, sem complicações, contam os problemas, desabafam, choram e riam-se

2. Caracterização do projeto

- Com este projeto, pretendemos compreender e aproximar a população migrante, refugiados e estrangeiros, durante a fase inicial na integração em Portugal.

- Este projeto é o primeiro grau para o encontro de conhecer a população estrangeira de forma informal.

- É importante perceber de que forma os fatores socioeconómicos, as diferenças culturais, a língua e as tradições podem influenciar nos resultados na integração.

- O projeto “**R.I.Co**” para envolver TODA população no território nacional sem qualquer restrições do sexo , idade , tradição, profissão, confissão ou pais de origem. Possibilidade de cada elemento do projeto mostrar/transmitir/ensinar o trabalho / experiência que sabe e gosta fazer no ramo "domestico" .

- Cada elemento do projeto “**R.I.Co**” tem hipótese de

"APRENDER «««« - »»»» ENSINAR "

Localizar nas instalações das organizações portuguesas que dão apoio e acolhimento aos refugiados de preferência com equipamento da cozinha:

- A Caritas Portuguesa,
- O Conselho Português dos Refugiados,
- A Unicef,
- O Instituto Padre António Vieira,
- O Serviço Jesuíta aos Refugiados,
- O Instituto de Apoio à Criança
- O Serviço Jesuíta aos Refugiados
- Centros Acolhimentos,
- Centros de Reabilitação,
- Associações dos Imigrantes,
- Centros de Dia,
- Escolas,
- Casas de Abrigo.

Com apoio dos recursos das próprias instituições aos custos baixos com resultado "reembolsado".

Projeto “**R.I.Co**” imaginário ainda não tem próprios resultados, mas já existe vários outros reais projetos na área da gastronomia e hotelaria desenvolvidos pelos migrantes. Por exemplo:

1. - O Serviço Jesuíta aos Refugiados em Portugal tem um projeto que procura dar resposta a este problema. Com o apoio de um dos maiores grupos empresariais portugueses, 45 jovens migrantes vão ter formação e no final, se tudo correr bem, poderão ter um emprego. O projeto começa agora a dar os primeiros frutos. <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2015-08-24-Projeto-apoia-integracao-de-migrantes-em-Portugal->

2. - Associação Pão a Pão: Partilhar a cultura através do paladar é apenas uma das missões do restaurante Mezze que irá abrir no Mercado de Arroios, em Lisboa. <http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/22208/pao-pao-ajudar-integrar-refugiadas-sirias>

O projeto “**R.I.Co**” pode colaborar e aprofundar com os projetos já existentes e desenvolver dentro dos mesmos novas atividades, cenários, “contas de histórias” que abram o caminho para facilitar a integração psicológico do migrante e recarregar as baterias, sentir-se em casa. O projeto

“R.I.Co” prevê apoio no processo da integração qualquer migrante de qualquer país em Portugal.



ESTÃO Bem-vindos EM PORTUGAL mas o “R.I.Co” também prevê a instrução/ensino dos “primeiros socorros” para os participantes do projeto “R.I.Co” os DEVERES perante de LEGALISAÇÃO E RESPEITO/CONHECIMENTO de outras culturas/regras/tradições e hábitos dos povos onde que estão acolhidos.

**CADA HUMANO SABENDO OS SEUS
DEVERES E DIREITOS ESTÁ “R.I.Co”
NA SUA LIBERDADE.**

3. Pontos fracos e pontos fortes

- Ponto mais fraco neste projeto à relação **estado psicológico** de cada migrante;
- **Barreira linguística** entre os participantes do projeto;
- **Medo**;
- **Abertura da mentalidade** das pessoas envolvidos no “R.I.Co” perante dos novos desafios;
- **Vontade de colaboração**;
- Disponibilidade da **boa disposição**;
- Disponibilidade **de espaço e apoio económico** da parte da administração da cada Instituto/Organismo;
- **Barreiras burocráticas**;



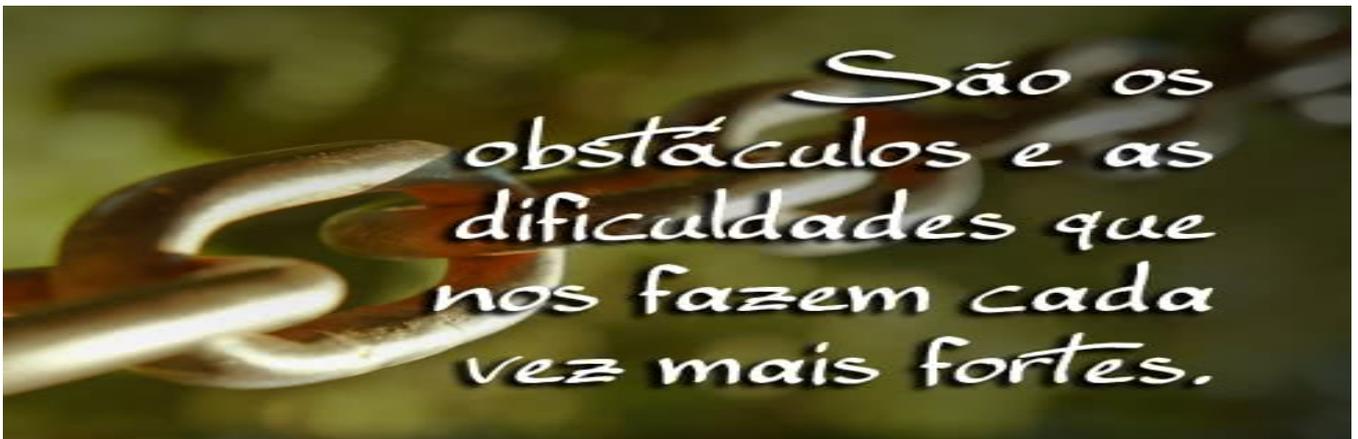
*Dificuldades e obstáculos
são fontes valiosas de
saúde e força para
qualquer sociedade.*

Albert Einstein
Alemanha / Físico, Teoria da Relatividade
1879 // 1955

www.citador.pt

**“Se você encontrar um caminho sem obstáculos, ele provavelmente não
leva a lugar nenhum. “**

Frank A. Clark



Todos Os obstáculos e dificuldades para o “R.I.Co” são simplesmente um desafio e uma forma de fortalecer os anéis da experiência e competência. “R.I.Co” acredita que possível cada PUNTO FRACO transformar no PUNTO FORTE.

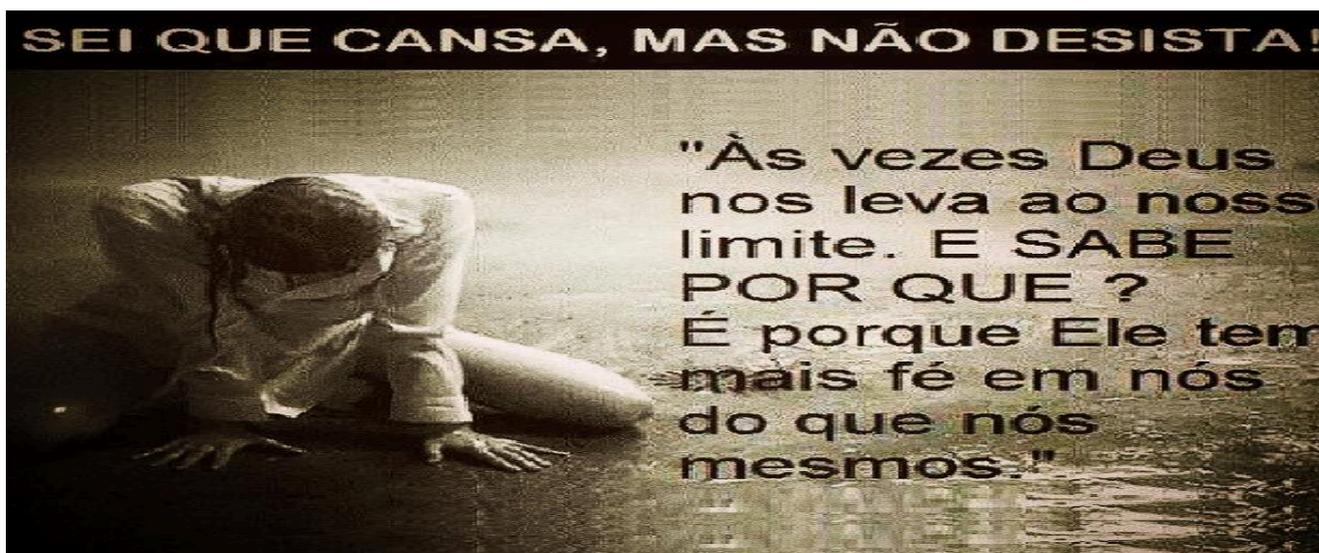
✓ **RESOLVIDO** - Estado psicológico agressivo de cada migrante pode ser estabelecido com ajuda dos psicólogos-voluntários e transformado **estado psicológico passivo /ativo** (por exemplo: psicólogos-estagiários; psicólogos das organizações de estatuto sem fim lucrativos);

✓ **RESOLVIDO** - Barreira linguística vai ser combatida com bolsa tradutores do CNAIM – (STT - SERVIÇO TRADUÇÃO

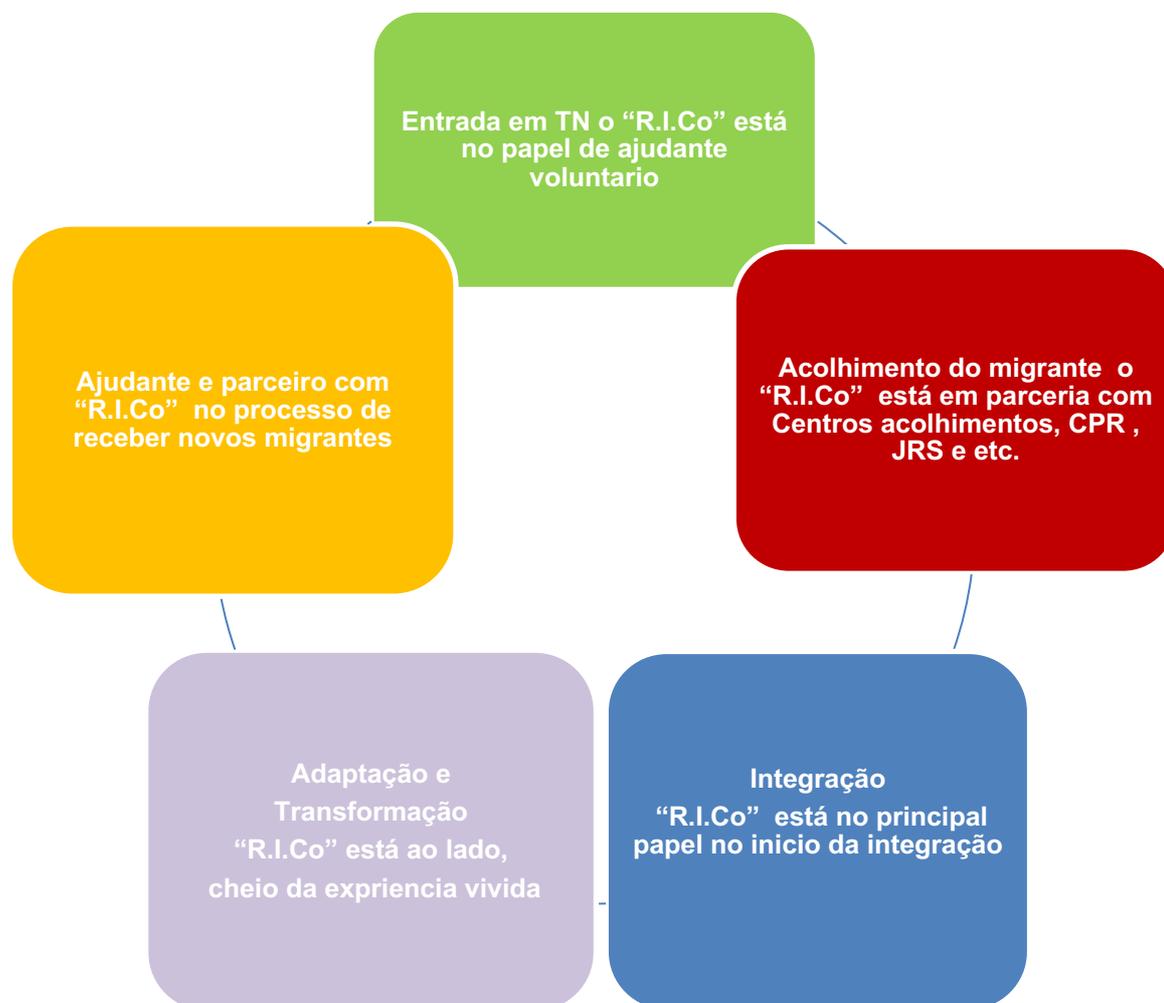
TELEFONICA/presencial OU TRADUTORES DAS Representantes dos países em Portugal, formações ptt);

✓ **RESOLVIDO – Medo +Abertura da mentalidade +Vontade de colaboração+ boa disposição** - aqui entra em ação mais uma vez os psicólogos, tradutores, formadores, mentores, orientadores, animadores das instituições/associações que trabalham na área da migração (POR EXEMPLO organizar: eventos culturais/divertimentos, passeios turísticos)

✓ **RESOLVIDO - de espaço e apoio econômico +Barreiras burocráticas** – Esperança na compreensão e no apoio das camaras municipais, centros acolhimentos, patrocínios das várias empresas direcionados à cozinha, financiamento/verbas para os projetos apoiados pela união europeia dentro da lei.



“R.I.Co” está disposto e suposto começar a ação imediata na entrada em Território Nacional do migrante. Começo do “R.I.Co” já na entrada do Migrante no país e começa o ciclo sem termo certo:



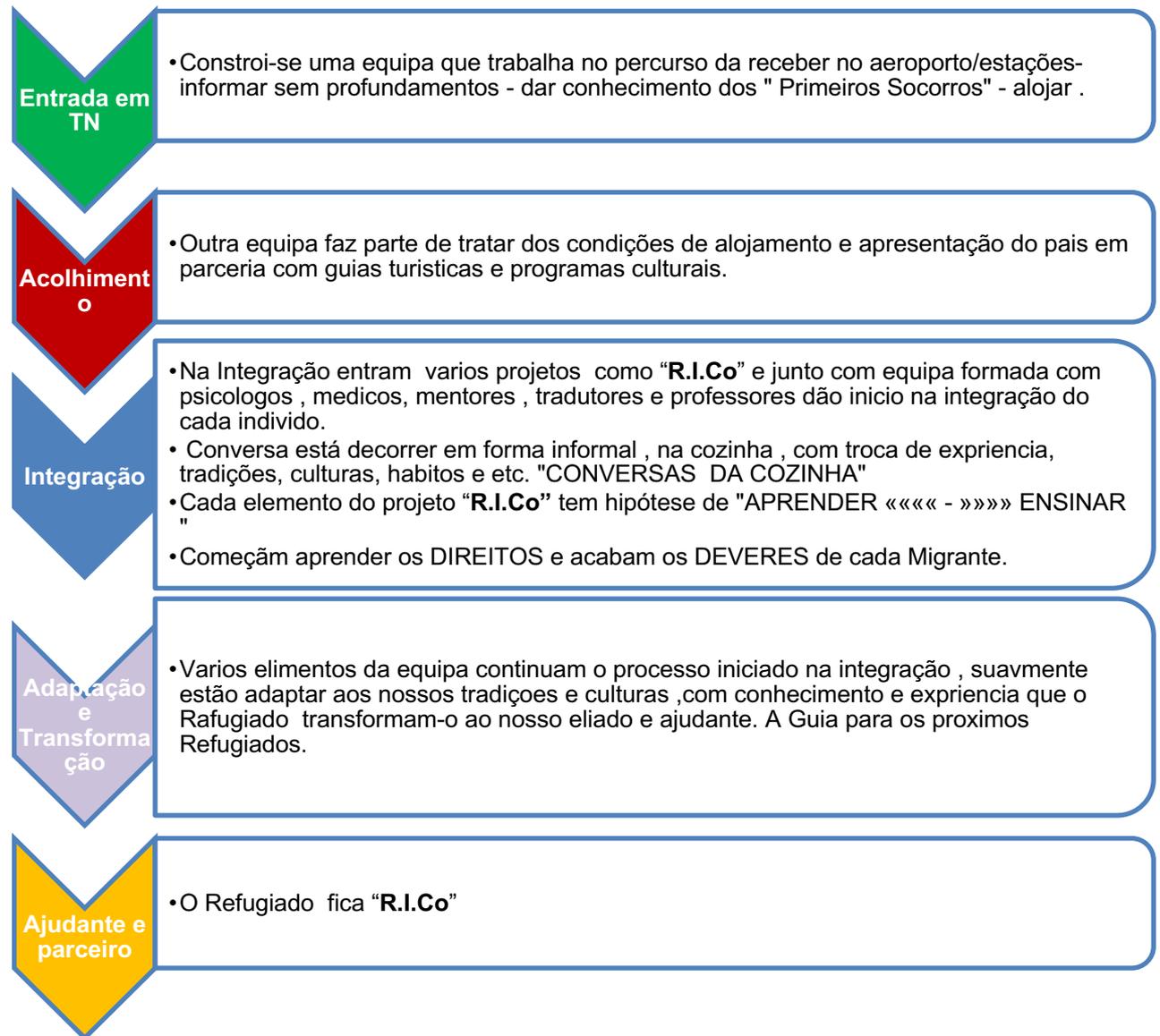
5. Calendarização

A calendarização do “R.I.Co” não existe em si, mas todos envolventes no projeto devem estar ORGANIZADOS antes de entrar o Migrante.

Cada ciclo da organização do recebimento do Migrante está dividido em duas formas, Refugiados e Imigrantes.

Necessário montar varias equipas com experiencia ou não, mas com formação continua. Equipas devem ser as mesmas, sem alterações visíveis e menos confusos para os Migrantes.

1º Ciclo - Refugiados:



2º Ciclo – IMIGRANTES:



Da minha opinião o “ R.I.Co “ está enriquecer todos participantes do projeto, gostaria dar a minha mão em qualquer fase/etapa do projeto, quero ser “R.I.Co”.

7. Em que o curso me ajudou e sugestões futuras

- Experiencia espetacular, uma nova forma de aprendizagem ,forma inovadora. Neste aspeto não posso dizer que era fácil, própria tecnologia dava falhas.

- Sentia falta da conversa real , contacto pessoal, resolução da duvida no momento.

- Do outro lado , facilita a vida das pessoas que estão distante da Universidade , mas acho, hoje um dia estamos perder o contacto pessoal, desaprendemos a conversar olhos nos olhos.

- Este método do estudo não consigo aconselhar em 100 %.

- Os formadores são muito profissionais , apoio técnico da parte do Sr.Cipriano não foi fácil mas competente.

- Agradeço pela atenção, pela experiencia recebida e transmitida primeiro à nós.

- Curso abre o mentalidade nos vários aspetos do di-a-dia , diversidade os momentos óbvios , que por muitas vezes não damos conta , sempre é bom a aprender , acredita que estou a pensar entrar na faculdade , para estudar ainda mais.

- Somos todos iguais e somos todos diferente.



Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Semana Cultural

Lyudmyla Tkachuk



1. Caracterização

O projecto que pretendo apresentar será desenvolvido no CNAIM (Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes), actual entidade onde desenvolvo o meu trabalho diário. Como tal, julgo necessário começar por caracterizar o ACM (Alto Comissariado para as Migrações), instituto este onde se insere o CNAIM.

ACM

“O Alto Comissariado para as Migrações, I. P., abreviadamente designado por ACM, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado que, por via do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, diploma que determina a sua orgânica e competências, adaptou a sua estrutura à constante preocupação no acompanhamento dos atuais fluxos e movimentos migratórios, caracterizados por entradas de imigrantes e saídas de emigrantes, em trajetos mistos e dinâmicos.

O ACM, I. P., passou, assim, a ter por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

Nos termos do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, o ACM, I. P., visa responder às necessidades de uma estratégia de identificação, captação e fixação de perfis migratórios nacionais e estrangeiros, sem descuidar as responsabilidades de um Estado de Direito em proteger incondicionalmente a segurança e dignidade humana de qualquer migrante, através de uma abordagem integrada às dinâmicas de emigração e imigração e respetivas diásporas, designadamente por via de ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais emigrantes no estrangeiro, ou celebração de protocolos com entidades públicas ou privadas em todas as matérias com relevo para a captação, fixação e integração de migrantes.

Paralelamente a esta nova dinâmica, a recente crise dos refugiados veio determinar, face à dimensão, âmbito e complexidade do problema, que

se encontrem soluções através de respostas adequadas, passando, a atual Rede Nacional de Apoio ao Imigrante (RNAI), composta pelos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e os Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAI), referenciados na Portaria n.º 227/2015, de 3 de agosto, diploma que aprova os estatutos do ACM, I. P., a apoiar também o processo, complexo e exigente, de acolhimento, reinstalação, realocação e integração dos refugiados.

Considerando estas novas realidades migratórias e os atuais desafios que se colocam a Portugal na área das migrações, nomeadamente no que diz respeito à integração de cidadãos refugiados, importa adaptar a atual RNAI, promovendo a criação de uma Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM), da competência do ACM, I. P., composta pelos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), anteriores CNAI, e pelos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), anteriores CLAI, com o objetivo de desenvolver uma política migratória moderna e integrada, mais adequada às dinâmicas migratórias contemporâneas e às necessidades atuais.

Assim, ao abrigo da alínea g) do artigo 199.º da Constituição da República Portuguesa, e considerando o disposto no anexo à Portaria n.º 227/2015, de 3 de agosto, manda o Governo, pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria cria a Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM), da competência do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.).

Artigo 2.º

Composição da RNAIM

A RNAIM é composta pelas seguintes estruturas:

a) **Os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)**, que, no mesmo espaço, visam assegurar a representação de diferentes instituições, serviços e gabinetes de apoio aos migrantes, com o

objetivo de dar uma resposta integrada aos migrantes no seu processo de acolhimento e integração.

b) **Os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)**, que visam, no âmbito das políticas locais de integração de migrantes, assegurar espaços de acolhimento, informação e apoio descentralizado, ajudando a responder às necessidades que se colocam aos migrantes no seu processo de acolhimento e integração.

Portaria n.º 203/2016

Diário da República n.º 141/2016, Série I de 2016-07-25

Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)

O Centro Nacional de Apoio à Integração de migrante é um local que reúne vários serviços de que o imigrante necessita no tempo que estiver em Portugal. Atende qualquer imigrante residente em Portugal, mesmo que não tenha documentos ou requisitos, não tem custos. No centro poderá tratar de assuntos com:

- O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- A Segurança Social (SS);
- A Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT);
- A Conservatória dos Registos Centrais (CRC);
- O Ministério da Educação (ME);
- O Ministério da Saúde (MS).

Se for ao CNAIM, vai encontrar, para além de diferentes instituições públicas, Gabinetes de Apoio ao Imigrante. Estes gabinetes foram criados para aconselhá-lo e apoiá-lo na sua integração em Portugal. Assim, no CNAIM pode receber:

- Apoio Jurídico
- Apoio ao Reagrupamento Familiar
- Apoio Social
- Apoio ao Emprego
- Apoio à Habitação
- Apoio ao Imigrante Consumidor

Grande parte dos mediadores que trabalham no CNAI são, eles próprios, imigrantes, vindos de diversos países e falando, entre todos, várias línguas e dialectos diferentes.

O CNAIM (Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes) conta com diversos fundos comunitários como por exemplo “O Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração contribui para uma gestão eficaz dos fluxos migratórios e para a definição de uma abordagem comum em matéria de asilo e migração. O financiamento do FAMI apoia os esforços dos Estados-Membros para promover as suas capacidades de acolhimento dos imigrantes, melhorar a qualidade dos procedimentos de asilo de acordo com as normas da União, integrar os imigrantes a nível local e regional e aumentar a sustentabilidade dos programas de regresso. A Comissão Europeia aprovou o Programa Nacional em março de 2015, permitindo a Portugal receber apoio financeiro do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, integrado no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período 2014-2020. O QFP 2014-2020 para a área dos Assuntos Internos tem como objetivo contribuir para apoiar os Estados-membros na prossecução de uma política europeia que privilegia a imigração legal, a integração dos nacionais de países terceiros e o acolhimento de beneficiários de proteção internacional”.

Cada país tem a sua cultura e costumes, e para uma maior compreensão e aceitação, deverá haver uma saudável partilha dos mesmos. Os eventos culturais são aqueles que envolvem, como temática principal, algum setor das artes ou os usos e costumes de uma região.



Com este projecto pretendo criar uma “**Semana Cultural**”, integrada na comemoração do Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento (21 de Maio), definido no calendário dos Direitos Humanos, e cujo objectivo central consiste em fazer com que as pessoas residentes na cidade de Lisboa, de diversas nacionalidades, tenham conhecimento das várias culturas existentes nesta cidade.

Nesta semana cultural definida de **21 a 27 de maio de 2018**, seriam desenvolvidos diversos aspectos culturais, tais como a **língua, gastronomia, danças, trajes, música, arte, entre outros aspectos importantes**.

No projeto em questão, pretende-se desenvolver a possibilidade de ensinar ou fazer workshops da língua materna de cada país, gastronomia, trajes, danças juntamente com a música e instrumentos musicais tradicionais, cinema local, uma pequena galeria de arte (quadros, esculturas, estátuas e artesanato), materiais de uso no quotidiano, objectos simbólicos, uma pequena galeria de fotografos que irão apresentar as paisagens da sua terra natal e jogos tradicionais de cada país. Com estas ideias, os visitantes podem ter a oportunidade de aprender um pouco da cultura e costumes de outros países.

O local de realização da Semana Cultural seria o CNAIM (Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes), nomeadamente de Lisboa. Este espaço conta com uma regulamentação interna específica, a qual seguiria para a execução do projecto. É importante referir que estes centros foram criados em 2004 para dar resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos imigrantes, no seu processo de integração em Portugal. Trata-se de um espaço pensado especialmente para os **imigrantes**.

O evento seria desenvolvido em diversos espaços do CNAIM, nomeadamente espaços amplos para poder acolher as diversas mostras que passo a descrever:

- Auditório:



Com projector, tela e cadeiras para a passagem de filmes; mostras de dança, música, teatro, workshop de Gastronomia.

- Sala de Exposições “Janela Aberta”:



Para apresentar os diversos trabalhos de arte/história (pintura, escultura, fotografia, artesanato; história dos países);

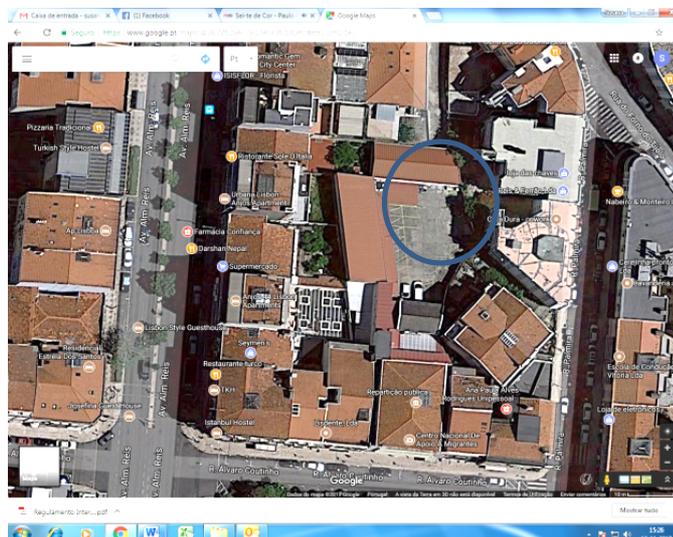
- Sala de Formação:



Para desenvolver os diversos workshops temáticos (aprendizagem do alfabeto e vocabulário básico); alguns workshops poderiam ser gratuitos e outros com preços acessíveis, e as receitas reverteriam para a criação de

outros evento cultural ou para a apoiar diversas associações de apoio ao imigrante.

- Pátio



Para a montagem de barrquinhas para a venda de produtos dos diversos países; promover algumas mostras de dança e jogos tradicionais e ter acesso a casas-de-banho.

Com estas atividades, os visitantes poderiam ter a oportunidade de aprender um pouco da cultura e costumes de várias nacionalidades presentes na cidade de Lisboa.

2. Pontos fortes do projeto

A cultura, no mundo contemporâneo, está a ganhar uma importância crescente. Não apenas pela sua capacidade de promover a coesão social e fortalecer as identidades coletivas, mas sobretudo, como fator de desenvolvimento económico, como é exemplo, a geração de emprego.

Nas últimas décadas, segundo dados da Unesco, a produção e o comércio mundial de bens culturais praticamente triplicou. A valorização dos bens culturais deve-se, sobretudo, a características específicas desses produtos: a sua singularidade e, às vezes, raridade. Num quadro de crescente standardização dos bens e serviços, processo acentuado pela globalização do comércio, tais características tornam o bem cultural altamente valorizado.

A música, a literatura, o audiovisual, o teatro, a dança, as artes plásticas, o artesanato, a gastronomia, as festas regionais, o património cultural material e imaterial são extremamente diversos e atraem pela sua originalidade e variedade.

O projeto de criação de uma Semana Cultural tem como pontos fortes :

- Promover o trabalho do CNAIM/ACM;
- Dar a conhecer outras culturas e promover a socialização;
- Possibilidade de comunicação entre as culturas e as várias pessoas

de vários países, adquirindo assim mais conhecimento sobre a história e um pouco de língua de cada país, criar novos interesses, e também poder observar um pouco de cada paisagem, fazendo sentir o visitante numa pequena viagem turística ao país em apresentação e de certa forma sentir um pouco mais a cultura e sensibilizar-se para os problemas de cada país, assim dando origem a algumas ajudas voluntárias;

- Valorizar a diversidade cultural;
- Promover valores como a solidariedade, união, igualdade;

Para dar início à Semana Cultural, também podem ser representadas várias cidades de Portugal (ex: capitais de distrito) com as suas especialidades locais, ou seja, aquilo que só aquela cidade específica tem. Esta atividade também vai chamar a atenção dos próprios cidadãos lisboetas que por vezes não conhecem a própria realidade local/regional/nacional.

3. Pontos fracos do projeto

Relativamente aos pontos fracos, em diversas ocasiões, a religião, economia e outros aspectos são analisados durante os processos seletivos, para manter determinados padrões dentro das organizações. Esse hábito frequentemente advém do etnocentrismo.

Uma pessoa etnocêntrica considera a sua cultura como a principal, na maior parte das vezes como sendo superior às outras culturas, e não respeita, ou não se importa, com pessoas com padrões culturais diferentes. É uma consequência clara da falta de empatia com as pessoas.

Nas organizações, o etnocentrismo não permite que novas ideias sejam ouvidas ou novas propostas sejam analisadas, dificultando o

desenvolvimento das empresas, pois usa os mesmos métodos para todas as atividades e assim não se destaca ou se diferencia de outras.

Contudo, diversos fatores e dados comprovam que a diversidade auxilia no crescimento das organizações, promovendo a inovação e melhorando a comunicação e o relacionamento.

Para além da não aceitação de outras culturas, o problema que pode surgir ao criar o projeto, é a falta de participação/investimento, por parte das diversas comunidades/entidades convidadas para o evento.

Outro aspeto negativo é o pequeno número de voluntários disponível, o que faz com que não se possam realizar todas as atividades programadas e ainda haver um menor controle em cada atividade, pois é necessário haver pelo menos duas pessoas de cada país em cada atividade.

Outro ponto fraco encontrado na realização da semana cultural, é a dificuldade em conciliar no CNAIM este evento cultural com o atendimento diário de centenas de pessoas, incluindo visitas do exterior, por exemplo de escolas.

4. Estado da arte

A ideia da Semana Cultural surgiu-me mais pelo facto de tentar unir, de certa forma, as pessoas do mundo, fazendo surgir uma certa consciência do que é estar noutra país, as dificuldades de estar num país estrangeiro, e em relação aos problemas que existem em cada país e incentivar cada indivíduo a ajudar os outros sem receber nada em troca.

Os programas que me chamaram a atenção para a ideia do meu projeto são:

- **Festival “TODOS”** - www.festivaltodos.com;



Criado em 2009, esse projecto tem como missão divulgar o valor da interculturalidade da população lisboeta. **“O Festival Todos é feito de gente interessada no mundo inteiro, é um grande encontro de pessoas que querem conhecer outras pessoas.”** Um Festival que está perto daqueles a quem se destina, que está dentro do bairro para o qual se constrói e que se move pela ideia de tornar o quotidiano numa grande celebração. Dança, Teatro, Novo Circo, Comidas do Mundo, Música, Fotografia, Performance, para ver e mexer por dentro. Dar a conhecer os muitos rostos que fazem Lisboa e os mundos inteiros que nela cabem.

- ESPAÇO MULTICULTURAL SOLÁRIA -

<http://www.espacosolaria.com.br/>



É um espaço diferenciado, um centro múltiplo, aberto ao diálogo entre as várias formas de pensar, que pretende fazer consumir os livros, a arte e a cultura. No “Espaço Solária”, realizam-se festas e eventos, como recepções, lançamentos de livros e outros produtos, saraus, concertos, debates, palestras, seminários, workshops, cinema, etc. É um espaço da convivência, de interação e de integração. Um espaço flexível. Um ponto de encontro e fusão entre os desdobramentos da criatividade na contemporaneidade.

- “Diversidade das expressões culturais”

<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/diversidade-das-expressoes-culturais>



Outro projeto que me chamou a atenção foi “**Diversidade das expressões culturais**” de Comissão Nacional da UNESCO, do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais incide sobre as múltiplas formas de expressão cultural que resultam da criatividade dos indivíduos, dos grupos e das sociedades e que possuem conteúdo cultural com um significado simbólico, com uma dimensão artística e com valores culturais que têm na sua origem identidades culturais e as exprimem. Essas expressões culturais – independentemente dos meios de comunicações e tecnologias utilizadas – são transmitidas através de actividades, bens e serviços culturais cuja dupla natureza, económica e cultural, é reconhecida pela Convenção, razão pela qual não podem ser tratados como meros objetos de negociação comercial. O objetivo primordial da Convenção é o fortalecimento dos cinco elos inseparáveis da mesma cadeia, a saber: criação, produção, distribuição/difusão, acesso e fruição das expressões culturais veiculadas pelas actividades, bens e serviços culturais – nomeadamente nos países em desenvolvimento.

- “A Diversidade Cultural”

(<https://www.todamateria.com.br/diversidade-cultural/>)



A diversidade cultural representa as distintas culturas que existem no planeta. Como cultura compreende-se o conjunto de costumes e tradições de um povo transmitidas de geração em geração. Dessa forma, como elementos culturais representativos de um determinado povo destacam-se: língua, crença, comportamento, valores, costumes, religião, folclore, dança, culinária, arte, entre outros aspectos importantes. O que diferencia uma cultura das outras são os elementos constitutivos, que conseqüentemente compõem o conceito de identidade cultural. Isso significa que o indivíduo pertencente a determinado grupo se identifica com os fatores que determinam sua cultura. A diversidade cultural engloba o conjunto de culturas que existem. Esses fatores de identidade distinguem o conjunto dos elementos simbólicos presentes nas culturas e são eles que reforçam as diferenças culturais que existem entre os seres humanos.

- Festival "IMIGRARTE"

Na Solidariedade Imigrante entrada livre

Retrospectiva da 4ª ed. ImigrArte

A partir do dia 09 até o 22 de Agosto

Exposição de pinturas e fotos do festival 2010 e anteriores

Todos os dias, difusão do reportagem sobre o ImigrArte

Sábado 21 de Agosto às 20h30

'Noite de encerramento'

Traz um petisco e se queres nos apresentar com tua arte, música, dança etc, não se açanhes

entidade promotora

apoio

Solidariedade Imigrante
R. da Madalena, nº8, 2ª Lisboa
solidariedade@gmail.com
solidariedade.imigrante@hotmail.com
<http://www.lisboaintercultural.blogspot.com>

www.festival-imigrarte.com

FESTIVAL imigrArte

Entrada livre

AQUI A TUA CULTURA DERRUBA OS MUROS DA VERGONHA

14 e 15 de Nov. Das 14:30 As 02:00H

Ateneu Comercial De Lisboa

Rua das Portas de Santo Anão 110 (junto ao Coliseu dos Recreios, Lisboa)

MÚSICA / TEATRO / LITERATURA
CINEMA / ARTE / WORKSHOPS
DEBATES / GASTRONOMIA

Países participantes

Angola, Argentina, Bangladesh, Brasil, Cabo Verde, Cuba, Gâmbia, Guiné Bissau, Índia, Itália, Japão, México, Moçambique, Montenegro, Nepal, Peru, Portugal, República Dominicana, Romênia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Ucrânia e Venezuela.

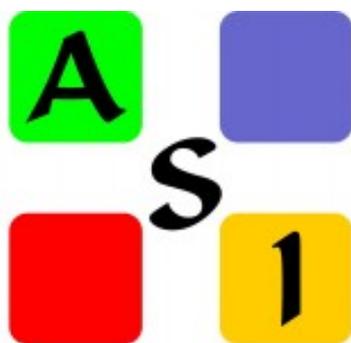
Criado em 2007 pela Associação de Solidariedade Imigrante. Totalmente gratuito. As mais de 30 associações participantes, representando cerca de 25 nacionalidades e diversas culturas participam neste evento também com bancas onde é possível apreciar a gastronomia e o artesanato das comunidades imigrantes. A realização do Festival ImigrArte conta com diversas iniciativas como a gastronomia do mundo, debates e conferências, exposições e ciclo de filmes, workshops, concertos, dança, literatura e teatro, entre outras.

- "Casa do Brasil de Lisboa" (CBL)



É uma associação civil sem fins lucrativos, fundada oficialmente em Janeiro de 1992 por brasileiros residentes em Portugal e portugueses amigos do Brasil, aberta a todas as nacionalidades. A CBL defende os interesses de todos os imigrantes em Portugal, em especial os brasileiros e os de origem lusófona, dentro de uma ótica de integração e de luta pela igualdade de direitos e responsabilidade cidadã. Nas suas atividades permanentes de promoção cultural das coisas do Brasil, como aulas de danças, palestras, exposições, workshops, cinema e festas.

- A “ASI – Associação de Solidariedade Internacional”



Associação de Solidariedade Internacional

Surgiu em 2004 e em Junho de 2005 elevou o seu estatuto a ONGD (Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento) reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Com sede no Porto, a associação tem como objectivo a prestação de serviços de carácter social, cultural, económico e jurídico à comunidade. Desta forma, dirige a sua acção no sentido de promover a igualdade de oportunidades entre géneros e de facilitar o processo de integração de migrantes na sociedade portuguesa. A sua actividade tem-se centrado na intervenção junto da população imigrante e públicos desfavorecidos em Portugal, tendo paralelamente realizado esforços no sentido de desenvolver actividades no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento. As principais áreas de intervenção da ASI englobam o ensino, educação e cultura; o emprego e formação profissional; a integração social e comunitária; e, por fim, a Educação para o

Desenvolvimento, designadamente através da divulgação das realidades dos países em vias de desenvolvimento junto da opinião pública.

- O projeto “MERIDIUM”

Um dos objectivos do Projecto é difundir exemplos de Boas Práticas de Multilinguismo em cada um dos países participantes. “A aprendizagem da língua do país de acolhimento favorece a inclusão social e profissional dos imigrantes e das imigrantes. O seu conhecimento gera uma maior igualdade de oportunidades para todos, facilita o exercício da cidadania e potência qualificações enriquecedoras para quem chega e quem acolhe.”

- “Solidariedade Imigrante”



**SOLIDARIEDADE
IMIGRANTE**

É uma associação pela defesa dos direitos dos imigrantes em Portugal, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, criada em 2001. Organiza cursos de português, inglês, russo, árabe, crioulo e informática; organiza Workshops de dança, percussão, vídeo e outras áreas artísticas; organiza os encontros interculturais e concertos, no âmbito da defesa dos direitos humanos, com o objectivo de permitir o conhecimento de culturas diferentes e um debate de ideias e experiências; organiza e participa em debates e exposições sobre a luta dos imigrantes em Portugal, em colaboração com universidades, escolas e outros organismos. Pretende organizar muitas outras actividades, nos bairros, nos locais de trabalho e na rua. Tem um bar aberto e organiza jantares à volta de gastronomia do mundo, debates, filmes e música de vários países, para promover a confraternização e a vivência intercultural. Para além das actividades que desenvolve com todas as

comunidades imigrantes, a associação, pela dinâmica exercida, criou outras áreas de trabalho, nomeadamente o Jornal da SOLIM, o grupo Juventude e mobilidade, o grupo Direito à Habitação, o grupo Mulheres Imigrantes.

5. Intervenção que existe

O **CNAIM** surgiu devido à importância de um acesso facilitado à informação, sobre direitos e deveres dos cidadãos imigrantes, tem sido sentida com grande acuidade por vários serviços públicos e instituições mas, e sobretudo, pela própria comunidade imigrante.

A grande variedade de problemas apresentados por esta população, a dispersão dos serviços competentes e os seus horários, são frequentemente apontados como factores de desistência do processo de legalização e integração social dos imigrantes, que assim permanecem à margem, ficando, uma vez mais, à mercê de gente sem escrúpulos.

Os números apresentados pelas várias organizações que fazem atendimento e orientação à população imigrante (entre 50 a 100 atendimentos diários em Lisboa), aliado ao exemplo positivo que tem representado o serviço prestado pelas Lojas do Cidadão, dão sustentação à tese da oportunidade da existência de uma resposta integrada às necessidades do cidadão imigrante.

Atualmente funcionam no CNAIM de Lisboa:

- Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)
- Conservatória dos Registos Centrais (CRC)
- Ministério da Educação (ME)
- Ministério da Saúde (MS)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
- Segurança Social (SS)
- Espaço do Cidadão
- Gabinetes especializados
- Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT)
- Gabinete de Apoio ao Recenseamento (GAR)
- Gabinete de Apoio à Habitação
- Gabinete de Apoio à Qualificação (GAQ)

- Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE)
- Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM)
- Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor (GAIC)
- Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado (GAIS)
- Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF)
- Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI)
- Gabinete de Apoio Social (GAS)
- Serviços de Apoio
- Pré-triagem
- Espaço Criança



O **CNAIM** existe para servir a população imigrante de todo o país, qualquer que seja a nacionalidade, religião ou etnia, procurando dar resposta aos vários problemas que se lhes possam colocar.

No **CNAIM** o meu papel é de **Mediadora Intercultural**. A aposta inovadora na imagem e dinâmica dos CNAIM tem sido, desde as respetivas inaugurações, a utilização de mediadores interculturais, de diferentes origens, com domínios de diferentes línguas, para prestarem serviços de apoio ao cidadão imigrante.

Importante como fator de acolhimento e de proximidade, é o facto de os mediadores falarem a mesma língua, conhecerem as diferentes culturas e, muitas vezes, terem vivido experiências migratórias idênticas a quem os procura.

É através de protocolo, celebrado entre o ACM, e Associações de Imigrantes (AI) ou Organizações não-governamentais (ONGS) a trabalhar na área da imigração, que se recrutam os mediadores que trabalham no CNAI.



- Recursos:

No local de realização da Semana Cultural existem diversas infraestruturas devidamente adequadas aos objectivos das actividades que se pretendem desenvolver.

Para colocar em prática serão necessários diversos recursos que passo a descrever:

- Humanos:

- Mediadora Cultural
- Voluntários

(representantes de associações de apoio ao imigrante presentes na semana cultural).

- Materiais:

- Publicidade (cartazes; programa; rádio; redes sociais; comunidade local- cafés, lojas, escolas...;)

- Financeiros:

- ACM (Alto Comissário para as Migrações);
- Juntas de Freguesia participantes no evento (barraquinhas; divulgação);
- Câmara Municipal de Lisboa;
- Santa Casa de Misericórdia;

- Estratégias:

Planear

Na elaboração de um projecto de cariz cultural, a única certeza é que nunca se sabe onde vai chegar. O desenvolvimento de projetos culturais

envolve diversas variáveis e atua em contato com os mais adversos mercados. Tudo isso exige muita versatilidade na equipa técnica e exige um olhar certo com foco no resultado perfeito: o encontro da arte com o seu público. Se o domínio do projeto já é uma busca incansável, como garantir então que o público entrará em contato com o projeto? E que público é esse, quais os seus hábitos e, claro, o que também ele espera do projeto?

Planear é conseguir ter uma visão ampla e preparar-se com as ferramentas certas para começar a ação. Trata-se de uma etapa anterior ao projeto, que permite compreender o cenário externo, os recursos disponíveis e os melhores caminhos a serem percorridos para chegar ao objetivo.

É possível ainda conversar com outros produtores culturais e compreender como eles se estão a organizar, se existem outros projetos semelhantes previstos e como isso tem impacto no financiamento da área, o espaço na comunicação social especializada e a atenção para o tema proposto pelo projeto.

No momento de encerrar o projeto também é comum que muitas dúvidas apareçam justamente porque não houve um alinhamento inicial e uma visão mais ampla do que se esperava com o projeto.

É possível dimensionar quais os fatores de risco do projeto e se existem formas de atuar nesses problemas antes mesmo que eles ocorram.

O ato de planear torna-o mais consciente do seu papel e dos parceiros que procura atrair para a sua jornada. Ao mesmo tempo, permite ter mais conteúdo no momento de falar sobre o projeto e, assim, atrair mais profissionais, patrocinadores e público.

É importante ter uma visão geral do projeto, entendendo quem são todos os públicos envolvidos e pensar como pode garantir a perfeita conexão entre eles e atingir assim o objetivo cultural. Quanto mais escassos os recursos, a estrutura, o tempo, maior a necessidade de um planeamento.

- Parcerias:

É importante desenvolver parcerias com instituições/entidades que desenvolvam projetos em áreas semelhantes ao projecto em questão e cujo público-alvo seja semelhante também. Isto permite um maior apoio na

planificação de actividades, na possível cedência de recursos materiais e no contacto com o público-alvo que se pretende atingir.

As parcerias dão uma perspetiva diferente, pois ao partilhar as estratégias com pessoas de fora da organização, terão contacto com ideias e sugestões que podem ampliar e melhorar essa mesma estratégia. Os outros podem dar-nos mais informação e novas perspetivas.

As parcerias oferecem a possibilidade de partilhar clientes e aumentar a oferta, pois ao criar parcerias com outras empresas/instituições conseguimos aumentar os serviços que lhes oferecem. Isto fará com que aumentem a satisfação dos clientes já existentes e com que atraiam novos.

6. Intervenção desejável

Objetivos Gerais

Este projeto tem como objetivo central:

- Unir mais pessoas de diversas nacionalidades/culturas, através da apresentação de outras realidades, apelando assim à diversidade.

Pretende também:

- Dar a conhecer outras culturas e promover a socialização;
- Promover valores como a solidariedade, união e igualdade;
- Sensibilizar os que visitam o evento para os vários problemas existentes em cada país, para de certa forma compreender, aceitar e ajudar não só os estrangeiros que vêm para Portugal mas também as pessoas que se encontram em situações difíceis nos seus próprios países; isto tudo pode ser uma forma contribuir para atenuar diversos problemas sociais, como o racismo, xenofobia, agressão, bullying, ou seja, manter a paz entre as várias diversidades e culturas.

- Possibilitar a comunicação entre as diversas culturas e pessoas de vários países, adquirindo assim mais conhecimento sobre a história e um pouco de língua de cada país, poder participar em voluntariados, criar novos interesses, e também poder observar um pouco de cada paisagem, fazendo sentir o visitante numa pequena viagem turística ao país em apresentação e de certa forma sentir um pouco mais a cultura e sensibilizar-se para os problemas de cada país, assim dando origem a algumas ajudas voluntárias.

Objetivos Especificos

A ideia da criação de um Espaço Cultural consiste em fazer com que as pessoas tenham o conhecimento de várias culturas existentes e presentes nomeadamente na cidade de Lisboa.

Cada país tem a sua cultura e costumes, e para maior compreensão dessas culturas e costumes, deverá haver uma certa partilha dos mesmos. Este evento pode ser realizado pelos imigrantes que residem na cidade e também por convidados.

- Promover o trabalho do CNAIM/ACM;
- Fazer com que as pessoas residentes na cidade de Lisboa, de diversas nacionalidades, tenham conhecimento das várias culturas existentes nesta cidade.

Como potenciar Recursos

Para este evento há a necessidade de encontrar patrocinadores que podem fornecer produtos ou materiais para impulsionar o projeto, dar apoio a nível do ensino da língua (associações).

Este evento contaria com o apoio de voluntários dos diversos países que gostariam de ver representados.

Para dar início à semana cultural, seria interessante pedir a participação do Instituto de Turismo, I.P. na cedência de diversos recursos audiovisuais sobre as diversas capitais de distrito ou regiões de Portugal, por exemplo. Esta informação vai chamar a atenção dos próprios cidadãos lisboetas que poucas vezes saem da cidade ou que nem sequer saíram da cidade de Lisboa, e assim teriam alguma oportunidade de conhecer um pouco mais o seu país e a sua diversidade.

Os workshops a desenvolver, poderiam ser divididos- alguns gratuitos e outros com preços acessíveis, para que as verbas daí resultantes possam ser usadas para o próximo evento.

7. Avaliação

Avaliar o projeto por meio de monitorização constante e análises são fundamentais para:

- A validação das metas/resultados alcançadas;

- Aferição dos objetivos propostos;
- Continuidade do projeto;
- Manutenção de parcerias;
- Crescimento profissional de todos os envolvidos.

O acompanhamento e a monitorização de projetos culturais permitem verificar se estamos no caminho dos objetivos propostos. Servem também para indicar mudanças de percurso, o que pode significar melhor aproveitamento dos recursos (humanos, físicos, económicos, etc.), e a necessidade de readequações.

No final do projeto é necessário fazer uma avaliação consistente. A realização de pesquisas de opinião junto dos diversos agentes envolvidos no projeto (dos patrocinadores ao público) traz elementos para a construção e sistematização de informações que contribuem para uma análise minuciosa dos resultados. Essas informações são valiosas e devem ser coletadas durante o período de realização do projeto (acompanhamento e monitoramento). O relatório final deve conter tópicos que ajudem os parceiros a compreenderem as etapas de realização do projeto e o alcance das suas ações, de acordo com o que foi proposto inicialmente.

A vantagem da diversidade cultural prende-se com a possibilidade de aprendermos mais sobre outras culturas e sobre outras formas de trabalhar e de ver as coisas, o que enriquece a própria organização. Da diversidade cultural também nascem as novas ideias, diferentes formas de entender os problemas, a questão da tolerância, o perceber como o outro funciona para o compreender e não gerar atritos, conflitos ou tensões excessivas. A compreensão do outro pacífica o ambiente de trabalho, importante para o progresso e para a prosperidade.

Num mundo culturalmente diverso torna-se necessário desenvolver novas visões sobre o diálogo intercultural que superem as limitações do paradigma do “diálogo entre civilizações”. Entre os requisitos para obter esse fim figura a análise sobre as diversas formas pelas quais as culturas se relacionam umas com as outras e uma maior consciência dos valores que partilham e dos seus objetivos comuns, para além de um inventário dos obstáculos a afastar para ultrapassar as diferenças culturais.

É importante respeitar as ideologias, os valores, as crenças do outro, tentando não sobrepor a sua cultura ao mesmo, mas sim fazer com que ambas possam coexistir. Desenvolver a capacidade de comunicação: os grandes conflitos surgem, regra geral, pela falta de comunicação que existe entre as pessoas. A nossa tendência é, não raras vezes, fazermos julgamentos prévios (estereótipos) sobre as pessoas sem sequer falarmos ou termos interagido com ela. Ter uma atitude mais adaptada ao contexto intercultural: conscientes da diversidade cultural existente devem agir em conformidade, respeitando o outro, interagindo com o outro e repensar as nossas formas de agir.

Existem diversas estratégias do desenvolvimento da comunicação intercultural:

- Desenvolver a capacidade de escutar; não raras vezes, fazemos julgamentos errados sem sequer darmos a possibilidade de ouvir o outro, de escutar o que este tem para dizer, de ouvir outro ponto de vista;
- Verificar as percepções que passa pela nossa capacidade de escutar e escutar e tentar entender a percepção do outro, o seu ponto de vista;
- Pedir «feed-back», ou seja ouvir a opinião do outro; isto é questionar o outro sobre o que pensa; pedir que este dê o exponha o seu ponto de vista;
- Resistir à tentação de fazer julgamentos apressados; diretamente associado à noção de estereótipo; o que mais fazemos no nosso dia-a-dia é estereotipar as pessoas com quem nos cruzamos. Uma melhor compreensão da cultura do outro: tentar compreender os hábitos, os costumes e as ideias.

8. Divulgação

Publicidade

É importante chegar a um maior número de pessoas investindo o mínimo de recursos possível e obtendo um maior benefício.

Há uma maneira muito eficaz de conseguir tudo isto e ao mesmo tempo conseguir que o público-alvo conheça o projecto e se interesse por ele: publicidade na Internet. Ao contrário da publicidade tradicional, a publicidade na Internet está-se a tornar cada vez mais acessível e permite chegar ao público-alvo de forma rápida, simples, eficaz e acessível. Ter um

blog é essencial e ter uma presença em redes sociais é indispensável, contando claro com uma estratégia de marketing digital.

Existe uma forte complementaridade entre publicidade informativa e persuasiva, cujas mensagens comportam mecanismos psicológicos capazes de influenciar o comportamento do público, através de formas e efeitos de comunicação distintos, de acordo com o resultado pretendido (atenção, reconhecimento, memorização, identificação, simpatia, familiaridade, desejo, sonho, emoção pela marca).

Existe a publicidade social cuja mensagem visa incitar o público a agir de determinada maneira, influenciando comportamentos e atitudes. De um modo geral, alerta para os problemas da sociedade, protege e incentiva a defesa dos direitos: dos menores, da terceira idade, das minorias e da forma como são tratadas as pessoas. Por outro lado, representa um papel socialmente ativo no combate ao consumo de drogas, à sinistralidade rodoviária, aos fogos florestais, na prevenção de doenças como a SIDA e na promoção de hábitos, culturalmente, importantes para o desenvolvimento dos cidadãos, nomeadamente, a prática da leitura, entre outros aspectos importantes.

Também temos a publicidade cultural que tem por objetivo a transmissão de informações factuais conducentes à influência do comportamento, gerando uma sociedade, culturalmente, mais ativa. Na publicidade informativa a criatividade na realização dos anúncios fará a diferença no comportamento do consumidor embora a informação real "tenha de estar lá", não obrigando a uma tomada de decisão imediata. Normalmente, o canal de comunicação desta publicidade é a imprensa escrita, revistas e jornais, folhetos próprios e *outdoors*, no entanto, é habitual encontrar este tipo de publicidade na TV, mais cara, é certo, mas com acréscimo de recordação e notoriedade.

9. Conclusão

A cultura assume diversas formas ao longo do tempo e do espaço. Esta diversidade está inscrita no carácter único e na pluralidade das identidades dos grupos e das sociedades que formam a Humanidade. Enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, a diversidade

cultural é tão necessária para a Humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. Neste sentido, constitui o património comum da Humanidade e deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras.

Nas nossas sociedades cada vez mais diversas, é fundamental garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, bem como a sua vontade de viver em conjunto. Políticas visando a inclusão e participação de todos os cidadãos são garantias de coesão social, de vitalidade da sociedade civil e de paz. Assim definido, o pluralismo cultural dá expressão política à realidade da diversidade cultural. Sendo indissociável de um ambiente democrático, o pluralismo cultural favorece os intercâmbios culturais e o florescimento das capacidades criativas que suportam a vida pública.

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, indissociável do respeito pelos direitos humanos. Implica um compromisso para com os direitos humanos e liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas pertencentes a minorias e dos povos indígenas. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para justificar a violação dos direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para restringir o seu âmbito.

Ao mesmo tempo que se garante o livre fluxo de ideias pela palavra e pela imagem, deverá ter-se o cuidado de assegurar que todas as culturas se possam exprimir e dar-se a conhecer. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação social, o multilinguismo, a igualdade de acesso às artes e ao conhecimento científico e tecnológico, nomeadamente sob forma digital, e a possibilidade de acesso de todas as culturas aos meios de expressão e divulgação, são garantias da diversidade cultural.

Face aos actuais desequilíbrios nos fluxos e intercâmbios de bens e serviços culturais a nível mundial, é necessário reforçar a cooperação e solidariedade internacionais para que todos os países, especialmente países em vias de desenvolvimento e países em transição, possam estabelecer indústrias culturais viáveis e competitivas a nível nacional e internacional.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar

Marianna Valeriyivna Kasyanova



PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

1. Breve Caracterização da associação/instituição/comunidade e Caracterização da População-Alvo

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM) é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado. O ACM tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para atração dos/as migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para integração dos/as imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões, ao que veio acrescer a recente crise das pessoas refugiadas.

Considerando estas novas realidades migratórias e os atuais desafios que se colocam a Portugal na área das migrações, e com objetivo de desenvolver uma política migratória moderna e integrada, mais adequada às dinâmicas migratórias contemporâneas e as necessidades atuais, nos termos da Portaria nº 203/2016 de 25 de julho, foi promovida a criação da Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM).

A RNAIM é composta pelos Centros Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, abreviadamente designado por CNAIM, e pelos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, abreviadamente designado por CLAIM.

Os CNAIM integram, no mesmo espaço, diferentes Instituições, Gabinetes e Serviços de apoio a migrantes, com o objectivo de fornecer uma resposta integrada a estas pessoas durante o seu processo de acolhimento e integração.

Um dos projetos que o CNAIM disponibiliza aos cidadãos que o procuram, é a orientação e acompanhamento para Reagrupamento Familiar (RF), através do Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF).

Reagrupamento Familiar em Portugal desenvolve-se através de dois enquadramentos legais. Os nacionais de países terceiros são abrangidos pela Lei nº 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. O outro enquadramento resulta do disposto na Lei nº 37/2006, de 9 de agosto, que regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional (TN).

Por isso o GARF trabalha como com os nacionais de países terceiros, maioridade são nacionais de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Brasil, Ucrânia, como com os nacionais do Portugal e cidadãos da União Europeia (ex. Itália, Espanha, Romênia).

O GARF presta as informações (documentação para instrução do reagrupamento familiar, visto de residência, curta duração ou de um título de residência, procedimentos, prazos, agendamentos para Serviço de Estrangeiros e Fronteiras-SEF e Postos Consulares-PC), faz aconselhamento, encaminhamento e apoio aos/às cidadãos/ãs, residentes legais e nacionais, que pretendem proceder ao Reagrupamento Familiar dos seus familiares e/ou à sua reunião. Este apoio referiu-se, fundamentalmente, ao enquadramento legal aplicável, às condições para o seu exercício e aos procedimentos e dos documentos necessários para a formulação dos pedidos.

2. Identificação dos pontos fortes da situação/projeto/comunidade

Para servir melhor à população que dirige-se ao GARF, o gabinete tem os mediadores socioculturais que falam as várias línguas. GARF faz trabalho em equipa (troca das experiências e opiniões sobre os casos atendidos/resolvidos). GARF tem Feedback dos utentes sobre funcionamento /procedimentos de SEF e Consulados. GARF funciona em colaboração com os outros gabinetes de ACM e as instituições que existem no CNAIM, tais como SEF, Segurança Social, Conservatória dos Registos Centrais e Ministério da Educação.

O Reagrupamento Familiar tem os pontos fracos e pontos fortes. Alguns pontos fortes e positivos neste processo :

- Para apresentar o Reagrupamento Familiar o requerente não precisa de ter de um tempo mínimo em Território Nacional (pode receber o Título de Residência hoje e amanhã já pode apresentar o pedido de RF).
- O processo de Reagrupamento Familiar, tal como previsto na Lei de Imigração e respectiva regulamentação, pode abranger os

familiares que se encontrem fora de Território Nacional, bem como os que já estão em Portugal, com entrada legal comprovada.

- Várias países terceiros têm isenção de visto de entrada em Portugal (ex. Brasil, Ucrânia, Moldávia, Venezuela) que facilita e acelera o processo de reunião da família e obtenção do Título ou Cartão de Residência.
- Reagrupamento Familiar de refugiados com Título de Residência são dispensados de comprovar os meios de subsistência/capacidade económica para sustentar os familiares e condições de alojamento adequadas.
- Quando um refugiado não puder apresentar documentos oficiais que comprovem a relação familiar, deve ser tomado em consideração outro tipo de provas da existência dessa relação, sendo que a recusa do pedido apresentado por refugiado não pode ter por fundamento único a falta de documentos comprovativos da relação familiar.
- No caso de avaliação por parte do SEF ultrapassar os seis meses, o pedido de Reagrupamento Familiar é tacitamente aprovado. GARF ajuda na colaboração das cartas com pedido de deferimento tácito (100 % das respostas positivas).
- Entrada dos novos imigrantes através de Reagrupamento Familiar contribui de aumentar a natalidade em Portugal.

3. Identificação das fragilidades da situação/projeto/comunidade

De outro lado também existem os pontos fracos no processo de Reagrupamento Familiar.

- A morosidade na instrução dos processos.
- O SEF e alguns Postos Consulares defrontam-se com longas listas de espera, ou porque a procura é intensa e/ou pela falta de recursos humanos para responder aos pedidos (durante o tempo que decorre um processo, muitos requerentes perdem/mudam de trabalho, mudam da casa, nascem os filhos no país de origem e isso atrasa ainda mais a decisão)

- Falta dos mediadores no GARF, neste momento o gabinete só tem 2 mediadores, o gabinete começou com 4 mediadores, houve uma altura quando GARF tinha 6 mediadores, passou para os 3 mediadores e nos últimos anos o gabinete funciona com 2 mediadores. Acontece que todos os dias o GARF tem que limitar as senhas ao gabinete porque não tem capacidade de atender todas as pessoas (médio de atendimento por dia - 30 utentes).
- Dificuldades nos processos de Reagrupamento Familiar dos refugiados. Muitos deles não conseguem reunir os documentos do país de origem para comprovar vínculo familiar e muitos dos familiares dos refugiados não conseguem tirar o passaporte de viagem.
- Os refugiados maiores não podem reagrupar os pais (art. 2 n.º 1 al. k) n.º iv da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, com as alterações da Lei n.º 26/2014, de 5 de maio).

4. Estado da arte

Não haverá tema tão consensual nas políticas de imigração como o reagrupamento familiar. Para imigrantes que tenham família constituída no seu país de origem esta é uma ambição quase sempre presente e que representa, antes de tudo, um direito humano: o direito a viver em família. O exercício do direito a viver em família, através da viabilização do reagrupamento familiar do núcleo da família imigrante, constitui um expoente e medida da humanidade de uma política de integração de imigrantes. A família, célula fundamental da nossa sociedade representa também uma ponte para a integração na sociedade de acolhimento, quer através do cônjuge, quer dos filhos. É um factor de estabilização emocional e psicológica, combatendo o isolamento e a depressão e garantindo a redução de comportamentos desviantes. Em família, como qualquer um de nós reconhece e exigiria para si, o imigrante é mais feliz e sente-se humanamente mais realizado. E todos ganhamos com isso. No ciclo migratório tradicional era usual que o imigrante – na imigração clássica, o homem - partisse sozinho para o país de acolhimento, procurando aí reunir as condições necessárias para poder trazer a família. Para muitas famílias,

continua ainda a ser assim, embora já se verifique também a modalidade oposta em que a mulher é pioneira.

A importância do Reagrupamento Familiar para integração de imigrantes assume um carácter consensual não apenas entre imigrantes, como também entre a opinião pública portuguesa e os partidos políticos com assento parlamentar. Dados de um estudo qualitativo do Eurobarómetro revelam que os portugueses associam ao reagrupamento sobretudo os aspetos positivos, como a criação de um “ambiente acolhedor, seguro e feliz” (Eurobarómetro, 2011:60).

Sendo um país de imigração comparativamente recente, o Reagrupamento Familiar não apresenta em Portugal um impacto análogo ao de países com uma tradição de imigração mais antiga.

O Índice de Políticas de Integração de Imigrantes é um estudo comparativo que avalia as políticas de integração de imigrantes em 31 países da Europa e da América do Norte. Comparativamente com o MIPLEX II de 2007, Portugal registou uma progressão muito positiva no *ranking*, alcançando uma melhoria de 5 pontos percentuais.

Em 2011 o Portugal surge em primeiro lugar com as melhores políticas de integração de imigrantes na vertente da reunificação familiar e do acesso à nacionalidade e, em segundo, na vertente da integração dos imigrantes no mercado de trabalho.

O direito a viver em família constitui uma conquista civilizacional. Independentemente da nacionalidade, da religião, da cultura, do nível económico, une-nos enquanto seres humanos o desejo e a ambição de ter uma família. Para aqueles que se esforçam na construção de uma vida melhor - para eles e para as suas famílias - emigrar para terras estranhas à procura de sustento, representa um sacrifício. No que se refere à ausência da família, este sofrimento deve ser reduzido ao mínimo indispensável, decorrente das suas necessidades de adaptação ao novo contexto socio-económico. Os Estados e as sociedades de acolhimento devem ser os primeiros aliados da integração destes imigrantes, no que se refere ao seu direito a viver em família. Não os podem olhar como simples elos do sistema económico, enquanto mão-de-obra fácil, barata e descartável. O contrato de acolhimento é com pessoas, na sua plena humanidade, com direitos e

deveres, entre os quais o direito a viver em família. Só respeitando esta visão nos poderemos orgulhar de uma visão humanista da sociedade e de um verdadeiro.

Na prática concreta existem as boas práticas desde início do funcionamento dos Gabinetes de Apoio ao Reagrupamento Familiar, nos Centros Nacionais que proporcionaram só em 2006, 10.180 atendimentos a imigrantes que pretendiam fazer reagrupamento familiar.

Em abril de 2014 foi publicado um livro de Estudos OI 53 “Impacto das Políticas de Reagrupamento Familiar em Portugal” de José Carlos Marques, Pedro Góis e Joana Morais e Castro. Este livro apresenta um estudo sobre o impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal procede à recolha e análise da informação disponível com o intuito de conhecer o impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal. Na concretização deste objetivo utilizaram-se, sobretudo, técnicas de observação e análise documental que permitiram contribuir para a discussão dos conceitos relevantes para o presente estudo e para a análise do enquadramento político e legislativo da imigração em Portugal. Nesse livro apresenta-se uma Revisão de Literatura e da legislação visando uma avaliação da informação bibliográfica disponível no que diz respeito aos recentes fluxos de imigrantes que beneficiaram de reagrupamento familiar em Portugal.

5. Intervenção que existe

O pedido de Reagrupamento Familiar divide-se em várias fases e na realidade contempla 3 pedidos a instituições diferentes:

- 1.** Pedido de reagrupamento efetuado pelo titular de autorização de residência (AR) junto do SEF da área de residência. Para apresentação desse pedido, é necessário fazer um agendamento prévio para SEF que neste momento demora 6 meses. Na data de agendamento são apresentados os documentos do país de origem (certidão de nascimento/casamento, certificado de registo criminal para os maiores de 16 anos, cópia do passaporte e autorização do 2º progenitor para menores de 18 anos) legalizados pelo Consulado Português ou através de Apostilha de Haia; prova dos meios de subsistência (declaração de IRS do último ano, contrato e

declaração do trabalho e 3 últimos recibos de vencimento), prova de alojamento (contrato de arrendamento), passaporte e título de residência válidos. Depois de entrega dos documentos, o SEF analisa os documentos, verifica os requisitos e se for necessário, recorre as investigações para tomar a sua decisão sobre o pedido.

2. Após decisão favorável do SEF e no prazo de 90 dias, o familiar deve apresentar o pedido de Visto de Residência (VR) junto do Posto Consular no pai de origem. No caso dos países que não têm a representação portuguesa, devem dirigir-se ao consulado mais próximo (ex. Cidadãos do Nepal e Bangladesh devem apresentar os pedidos de VR no Posto Consular em Nova Deli -Índia, os cidadãos de Guiné-Conacry, Gâmbia, Costa do Marfim, Serra Leoa, Burkina Faso devem apresentar os pedidos junto ao Posto Consular em Dakar-Senegal). Para dar entrada no pedido de visto, é necessário fazer um agendamento para referido posto consular. Há alguns postos que disponibilizem os agendamentos online através de Portal das Comunidades Portuguesas e que facilita a entrada dos cidadãos e entrega dos documentos necessários para instruir o pedido de VR, mas acontece que cada Consulado tem a sua lista dos documentos e são poucos postos consulares têm as listas disponíveis na internet. O GARF tem conhecimento destas listas através de feedback dos utentes.

3. Depois de entrada do familiar em Portugal com o Visto de Residência, é necessário fazer novamente um agendamento para SEF para apresentar um pedido de concessão de autorização de residência. Neste momento os agendamentos para SEF na área de Lisboa, Cascais e Setúbal demoram 4-6 meses de espera, que significa que o familiar vai ao SEF já com VR caducado. Durante este tempo de espera da data de agendamento, os familiares reagrupados não podem fazer a inscrição na segurança social e beneficiar os abonos dos filhos, nem pedir apoio na escola, têm problemas na inscrição no centro de saúde, as crianças não podem tomar as vacinas gratuitas.

Após a entrega do pedido no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) ou nos Consulados, e sempre que solicitado, o processo é acompanhado através da colaboração e apoio do GARF. Essa mediação entre os imigrantes e as entidades envolvidas é realizado através do envio de

faxes com pedidos de informação sobre o estado dos processos, pedidos de decisão sobre os processos, pedidos da fundamentação no caso de indeferimentos e através da apresentação de alegações e recursos hierárquicos (ou seja, durante a fase pré-contenciosa).

Nas situações relacionadas com os agendamentos, o GARF faz os pedidos de antecipação por e-mail, mas infelizmente são muito raro aceites porque o SEF não tem capacidade de atender mais pessoas que estão marcadas para um dia.

6. Intervenção desejável

Se por um lado os imigrantes referem que a acessibilidade ao SEF melhorou consideravelmente nos últimos anos, devido à entrada em funcionamento do sistema de marcação (telefónico e on-line), são ainda identificadas diversas dificuldades. O SEF deve reforçar a sua equipa de atendimento para acelerar os processos de regularização, dando as propriedades às pessoas que entram em Portugal já com os Vistos de Residência através de Reagrupamento Familiar emitidos nos consulados portugueses e já tem todos os documentos no sistema do SEF.

A morosidade na instrução dos processos no SEF podia ser resolvida se implicar uma adoção formal do GARF, como intermediário processual, entre o requerente/beneficiário e as entidades responsáveis pela instrução dos processos, nomeadamente Postos Consulares, Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

CNAIM deveria de estabelecer os canais privilegiados com o SEF e com a DGAC (Direcção Geral dos Assuntos Consulares), para o GARF poder informando, paralelamente, sobre o andamento dos processos, sobre as dificuldades dos mesmos, e tentar desbloqueá-los para que possam prosseguir.

Primeiro, como em tantas outras matérias, há em Portugal um escasso conhecimento sobre os processos de Reagrupamento Familiar. Há falta de dados que impede a identificação e correção dos bloqueios, e que releva a falta de articulação dentro da Administração. A transparência é mais do que

um valor em si mesmo; a transparência é uma condição para a efetiva aplicação e execução das políticas públicas.

Os técnicos de Reagrupamento Familiar necessitam de ter sempre as informações atualizadas sobre os procedimentos do SEF, MNE e Postos Consulares em análise dos processos de Reagrupamento Familiar e emissão de vistos. Infelizmente o GARF não tem as informações sobre as alterações dos procedimentos do SEF. Normalmente o GARF tem conhecimento só através dos utentes.

O ACM poderia de pedir as secções de formações para os mediadores de GARF com os técnicos das instituições acima indicadas (SEF, MNE, PC).

O SEF poderia de aproveitar os mediadores do CNAIM que falam várias línguas para começar instruir os processos de Reagrupamento Familiar fora de TN no Posto de Atendimento do SEF em CNAIM. Os mediadores podem fazer a verificação e digitalização dos documentos para sistema do SEF, reforçando o trabalho do SEF para o mesmo conseguir de despachar os processos de forma mais rápida e diminuir o tempo de espera do atendimento no SEF que neste momento leva em médio 6 meses.

Disponibilizar mais técnicos de Reagrupamento Familiar que falam de várias línguas para conseguirem atender mais utentes e de forma melhor. Cada caso é um caso e tem que ser analisado de forma diferente.

A aposta inovadora na imagem e dinâmica dos CNAIM tem sido, desde as respetivas inaugurações, a utilização de mediadores interculturais, de diferentes origens, com domínios de diferentes línguas, para prestarem serviços de apoio ao cidadão imigrante.

Importante como fator de acolhimento e de proximidade, é o facto de os mediadores falarem a mesma língua, conhecerem as diferentes culturas e, muitas vezes, terem vivido experiências migratórias idênticas a quem os procura.

No futuro seria bom de criar uma rede disponível para os técnicos de Reagrupamento Familiar do ACM com as algumas as informações (limitadas) sobre os processos em curso no SEF e MNE para os mediadores conseguirem saber o estado do processo do utente que dirigi-se ao CNAIM e ajudar de resolver a situação de forma correta e mais rápida.

E também criar um sistema com acesso limitado com as informações internas do SEF sobre as alterações dos procedimentos em análise de Reagrupamento Familiar e emissões de Autorização de Residência através deste processo e Cartão de Residência para os familiares de nacionais e cidadãos da União Europeia. Essas informações muitas vezes são importantes para o GARF poder informar sempre os seus utentes de forma correta para que os mesmos consigam dar entrada nos seus pedidos na primeira visita ao SEF e não esperar mais 6 meses pelo novo agendamento para levar o documento que estava em falta. Porque também todos os documentos têm a sua validade. Se na primeira ida ao SEF faltar 1 ou 2 documentos, na segunda visita, quando o imigrante voltar ao SEF com os documentos que faltarem, já tem outros documentos caducados e assim faz varias voltas durante alguns anos só para conseguir dar entrada no pedido, em muitas vezes já não conseguem porque os filhos atingem a maioridade e já não podem continuar os estudos porque estão em situação irregular.

O pedido de Reagrupamento Familiar pode ser indeferido nas seguintes situações:

- Por incumprimento das condições exigidas para Reagrupamento Familiar;
- Cessaçãõ da relação familiar;
- Utilizaçãõ de informações ou documentaçãõ falsas;
- Risco para a ordem pública, a segurança pública ou a saúde pública.

Uma das principais razões de recusa dos pedidos de Reagrupamento Familiar é casamento de conveniência. Nos últimos anos houve muitos casamentos falsos em Portugal, mas as autoridades desconfiam que poderá haver mais casos. Tanto os inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) como o relatório anual de segurança do Ministério da Administração Interna admite que o fenómeno estão a aumentar. E a culpa é da crise. As mulheres apanhadas nestes esquemas têm quase sempre problemas financeiros. Nos últimos anos, a polícia criminal passou a considerar prioritária a investigação nesta área. O controlo também apertou e o SEF é obrigado a investigar todas as intenções de casamento entre

portugueses e estrangeiros oriundos de países de fora da União Europeia. Pela essa razão a conservatória deve solicitar um parecer do SEF para realizar o casamento com estrangeiro em situação irregular. É mais uma razão porque as pessoas demoram anos para regularização da sua situação. O casamento por conveniência é crime desde 2007 e punível com prisão de um a cinco anos. O fenómeno pode até parecer inofensivo, mas o recurso aos casamentos de conveniência é muito mais que uma simples fraude. "A maioria das pessoas não tem consciência de que é uma forma de dar entrada não só a pessoas que procuram uma vida melhor, mas também a imigrantes com propósitos obscuros".

A principal razão para indeferimento dos pedidos de Reagrupamento Familiar é insuficiência de meios económicos. Por esse motivo, o GARF sempre informa os seus utentes sobre os rendimentos necessários para trazer os seus membros da família. O GARF apoia os utentes nos agendamentos para SEF só depois de verificar se imigrante tem realmente os meios de subsistência suficientes.

É também porque muitas vezes o SEF depois de indeferir um pedido de Reagrupamento Familiar, não aceita o novo pedido até não passarem 2 anos desde a data de entrega do primeiro pedido. Porque conforme ao art.º 13 do Código: " Não existe o dever de decisão quando, há menos de dois anos, contados da data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos".

Em termos de país de origem do membro familiar é possível constatar que algumas nacionalidades apresentam taxas de recusa mais elevadas. Os casos dos indianos e, embora a nível mais reduzido, dos paquistaneses, guineenses e chineses, são particularmente ilustrativos a este respeito. Estas nacionalidades são as que experimentam mais recusas e dificuldades na emissão de vistos nos consulados portugueses nestes países, em especial na Guiné-Bissau, Índia e China.

O GARF sempre aconselha aos utentes vir ao gabinete com antecedência antes da data de agendamento para SEF para fazer a verificação dos documentos e ter tempo para tratar os documentos em falta .

7. Avaliação

De acordo com Declaração Universal dos Direitos Humanos, a “família é unidade de grupo natural e fundamental da sociedade e tem direito a ser protegida pela sociedade e pelo Estado”. Inspirados desta Declaração, os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos e a maioria das legislações nacionais contêm disposições no sentido de defender e proteger o princípio da unidade da família.

No caso português, a protecção da família constitui um princípio explicitamente sagrado na Constituição da República Portuguesa. O direito ao Reagrupamento Familiar, que se encontra prevista também na Lei de Asilo.

No caso dos refugiados, este princípio assume particular relevância, já que um refugiado é alguém obrigado a fugir da sua pátria, tendo perdido, na maioria das vezes, membros da sua família, encontrando-se impossibilitado de regressar ao seu país de origem, muitas vezes não conseguindo voltar a restabelecer contacto com a sua família.

O Reagrupamento Familiar com a sua família constituirá, nestas condições, um requisito fundamental para uma integração efectiva, suprimindo importantes necessidades emocionais e psicológicas, podendo igualmente assegurar efectiva protecção aos seus familiares que dela necessitam.

Por estes motivos, penso que os pedidos de Reagrupamento Familiar dos refugiados é uma matéria que precisa de ser ainda estudada e analisada. Poderia ser criado um mecanismo especial que seria mais rápido para reunião das famílias dos refugiados. Temos conhecimento que em muitos casos os familiares já se encontrem nos outros países onde não tem ninguém conhecido, não sabendo a língua, nem cultura deste país e o familiar que encontra-se em Portugal com Título de Refugiado ainda tem que enviar dinheiro de seu subsídio para os familiares conseguirem sobreviver naquele país.

Poderia ser criada uma plataforma para os refugiados, portadores dos Títulos de Residência, poderiam apresentar os seus pedidos com apoio de GARF ou outro gabinete. Podia ser uma forma parecida que existe neste momento para os imigrantes que pretendem regularizar a sua situação através de contrato de trabalho, ao abrigo de art.º 88-2 da Lei de Imigração,

manifestando o seu interesse preenchendo um formulário no portal do SEF e enviando os documentos necessários digitalizados. Assim o SEF poderia de analisar a situação em simultâneo junto com MNE e Consulado Português (fazer entrevista com família) do país onde encontra-se no momento a família do refugiado, portador de Título de Residência.

8. Divulgação

É fundamental divulgar as informações sobre os processos de regularização de imigrantes através do processo de Reagrupamento Familiar. O sucesso deste mapeamento depende da participação activa da sociedade civil, do sector privado e de organismos do Estado: entidades do governo central e regional, escolas, hospitais, polícias, autarquias, órgãos de comunicação social, associações, ONGs, cooperativas, sindicatos, empresas, bancos, congregações religiosas, etc.

Através do Programa Escolhas, as informações sobre Reagrupamento familiar têm sido capaz de chegar a muitos jovens e crianças imigrantes.

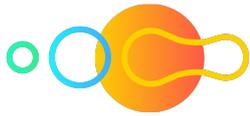
É um princípio fundamental do ACM apoiar, promover e trabalhar de forma muito próxima com as associações de imigrantes e organizações da sociedade civil através de vários projectos de parceria, empregando mediadores interculturais.

Em Portugal, os mediadores interculturais desempenham um papel central na facilitação da interacção entre os serviços públicos e a população imigrante e são parte integrante dos processos quer no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) quer no ACM, com os Centros de Apoio à Integração de Imigrantes Locais e Nacional.

Através de Centros Locais de Apoio à Integração do Imigrante (CLAII), cobrindo a quase totalidade do território nacional, que providenciam – em parceria com o ACM as autoridades locais e a sociedade civil – informação, apoio e resposta s descentralizadas às questões e problemas dos imigrantes.

Continuar com a mediação cultural na prestação de serviços públicos, com o objectivo de sensibilizar diversas instituições públicas (nomeadamente instituições prestadoras de cuidados de saúde e municípios) acerca do papel fundamental que os mediadores culturais podem ter no reforço da ligação entre o Estado e os imigrantes.

Os Países de origem podem desempenhar um papel fundamental para fornecer aos imigrantes a informação necessária, assistência e contactos de ACM combatendo a migração irregular. Distribuir os folhetos com as informações sobre o GARF nos consulados dos países terceiros em Portugal.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Formação para a Empregabilidade

Monique Ferreira



PROGRAMA **ESCOLHAS**
6ª GERAÇÃO

1. Caracterização do projecto

Localização: Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM).

Descrição: Criar um plano de formações que tratem assuntos relacionados com o apoio à procura de emprego e que, desta forma, desenvolvam competências junto dos cidadãos. Um plano que surge depois de um diagnóstico realizado junto dos cidadãos que procuram o Gabinete. Idealmente, em articulação com o Gabinete, será criado um plano anual de formações que congregue os temas, previamente identificados pelos cidadãos, como aqueles que consideram mais interessantes e uteis a tratar. Em conjunto com a coordenação do Gabinete criar diferentes sessões de formação e respectivos grupos, tendo em conta as áreas de trabalho que pretendem, assim como, o conhecimento linguístico que possuem.

Objectivos: Na sua essência, um plano que pretende responder, da melhor forma possível, às necessidades de apoio que os cidadãos apresentam quando se deslocam ao Gabinete de Apoio à Inserção Profissional do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) de Lisboa. Oferecer uma resposta mais adequada e integrada.

Caracterização da Instituição: O CNAIM é, como o próprio nome indica, um centro de âmbito nacional, por consequência, recebe um grupo extremamente heterogéneo de pessoas: todas as idades, géneros, nacionalidades e naturalidades. É um Centro que disponibiliza aos cidadãos uma panóplia de serviços de diferentes âmbitos: social, familiar, legal, profissional e outros.

Caracterização da População Alvo: Para definir a população alvo é essencial considerar que se trata de um conjunto de cidadãos que procura apoio no âmbito do emprego, neste sentido, à partida todos apresentam a mesma necessidade base. Em termos de características, consideremos que são cidadãos adultos, homens e mulheres, com experiências profissionais, conhecimentos linguísticos, formação e nível de escolaridade completa muito

diverso e distinto.

2. Estado da arte

No presente, o Gabinete apoia os cidadãos na procura de emprego e, por consequência, presta apoio:

- Revisão e elaboração de currículos;
- Revisão e elaboração de cartas de apresentação;
- Revisão e elaboração de corpos de texto para candidaturas;
- Disponibiliza informações e sugestões sobre como procurar ofertas de emprego e como efectuar candidaturas;
- Proceda à realização de candidaturas a ofertas de emprego que podem, ou não, ser públicas.

O atendimento do Gabinete tende a ter as seguintes características:

Atendimento presencial:

- Individual, personalizado, com a duração de cerca de 45 minutos e realizado no espaço open space;

1. Primeiro atendimento – inscrição na base de dados do Gabinete e realização de um diagnóstico da situação que implica entender o histórico de experiências profissionais e formativas, qual o conhecimento linguístico e de outras competências que possam ser valorizadas no mercado de trabalho. Ainda, que tipo de emprego procuram, em que horário e zona;

2. Segundo atendimento – tende a ser focado na elaboração do C.V. e exposição do tipo de apoio que o Gabinete pode prestar. A partir desta explicação o apoio que o Gabinete fornece depende do que a pessoa escolher ou entender que é mais adequado à sua necessidade;

3. Terceiro e seguintes atendimentos: procura de ofertas de emprego em sites públicos e realização de candidaturas, entre outras questões pontuais como a actualização do C.V.

Atendimento via telefone ou e-mail:

- Contacto de acompanhamento em relação às candidaturas

realizadas;

- Contacto de acompanhamento em relação à situação de emprego;
- Confirmação de presença no agendamento do Gabinete;
- Apresentação de ofertas de emprego;
- Marcação ou cancelamento de agendamentos;
- Outras questões pontuais que os cidadãos possam apresentar.

3. Pontos fortes e fracos:

• É certo que existem alguns cidadãos que procuram o Gabinete porque pretendem que seja fornecida uma resposta imediata à necessidade que apresentam: obtenção de um emprego. Não obstante, existe um grande número de indivíduos que quando procura apoio está disponível para receber sugestões, dicas, informações, esclarecimentos, no sentido de ganharem conhecimento e competências para a procura autónoma de emprego;

• Por se tratar de um instituto público o Gabinete apenas pode encaminhar para ofertas de emprego cidadãos que apresentam autorização para o exercício de actividade profissional em território nacional. Neste sentido, é possível que se crie um sentimento de confiança entre as entidades empregadoras e o Gabinete e, conseqüentemente, algum tipo de parceria/relação com as mesmas. Desta forma, também é possível efectuar um melhor acompanhamento dos processos e uma resposta mais dirigida, tanto às entidades, como aos cidadãos;

• Limitação no apoio prestado a cidadãos que não possuem autorização para o exercício de actividade profissional em território nacional – condição imposta pelo facto de trabalharmos ao serviço de um instituto público;

• Barreira linguística – muitas vezes contornada com o apoio dos colegas do Centro ou com através do serviço de tradução telefónica.

• Limitação de tempo no atendimento presencial: por trabalharmos com um sistema de marcações o tempo de atendimento é limitado. Na maioria das situações esta questão não é um problema, não obstante, quando se pretende trabalhar competências pessoais ou sociais, no sentido de capacitar

os cidadãos, a limitação de tempo pode revelar-se um obstáculo.

4. Sugestões de melhoramento (optimizar pontos fortes, ultrapassar pontos fracos)

Criar um plano de formações surge no sentido procurar dar resposta ao interesse e disponibilidade dos cidadãos e, paralelamente, desenvolver e potenciar as suas competências. O projecto tem como objectivo primordial colmatar as falhas que existem na actual acção:

- Prestar um apoio mais abrangente aos cidadãos que não possuem autorização de residência que permita o exercício de actividade profissional em território nacional – no presente, apenas apoiamos na revisão/elaboração do C.V. e, ainda que brevemente, damos algumas informações sobre como procurar ofertas em diferentes sites de emprego. Não podendo encaminhar os cidadãos para ofertas emprego, seria interessante, disponibilizar aos mesmos, formações que lhes ofereçam as ferramentas necessárias à sua procura autónoma;

- Temos verificado que existe interesse por parte dos cidadãos em compreender como funciona o mercado de trabalho em Portugal e, de que forma, devem/podem procurar ofertas e efectuar candidaturas. Neste sentido, surge a oportunidade de criar uma estrutura de formações que tenha como objectivo oferecer esse conhecimento e, em paralelo, desenvolver outras competências que são igualmente importantes no processo da procura de emprego;

- De forma a colmatar a questão da barreira linguística – criação de turmas de formação com base nos conhecimentos linguísticos;

- Criação de formações com a duração adequada aos assuntos a tratar;

5. Calendarização

A curto prazo:

- Junto da coordenação do Gabinete perceber quais os temas mais interessantes a tratar nas formações;

- Junto dos cidadãos que procuram o Gabinete e, aqueles que já

efectuaram inscrição no mesmo, perceber quais os temas que mais gostariam de abordar – eventual elaboração de um diagnóstico de necessidades junto dos mesmos;

- Depois de definidos os temas, elaborar um plano de formações – definir a duração da formação e a frequência com que a mesma acontece, a dimensão das turmas e alguns critérios e regras de frequência.

Alguns exemplos de temas a tratar nas formações:

- O que é um C.V.;
- Como elaborar um C.V.;
- O que são candidaturas espontâneas e como proceder à realização das mesmas;
- Onde e como procurar ofertas de emprego;
- Estratégias de apresentação;
- Como estar em entrevista;
- Como comunicar/tratar a entidade empregadora;
- Gestão de tempo e recursos na procura de emprego;
- Como valorizar e potenciar competências transversais;
- Realização de entrevistas tipo;
- Convidar técnicos de recrutamento e/ou parceiros do ACM para partilhar ideias ou avaliar as entrevistas tipo.

A longo prazo:

- Colocar o plano em prática;
- Elaboração de fichas de avaliação e proceder à análise das mesmas.

6. Recursos

- Espaço para a realização das formações;
- Material de suporte como: folhas, cadernos, canetas, portátil, projector e outros materiais para eventuais dinâmicas;
- Recursos humanos: um/a ou mais formadores.

7. O contributo pessoal

Uma vez que trabalho no Gabinete em questão, acredito que, havendo espaço para tal, conseguiria contribuir significativamente para a elaboração do plano, assim como, para a efectiva realização do mesmo:

- Elaboração de documentos base: fichas de diagnóstico, fichas de inscrição e avaliação;
- Contacto com os cidadãos para averiguar o interesse dos mesmos;
- Recolha de ideias de temas;
- Apresentação e divulgação das formações;
- Preenchimento de fichas;
- Recolha e análise dos dados nas fichas;
- Avaliação de resultados e impactos.

8. O que o curso me trouxe:

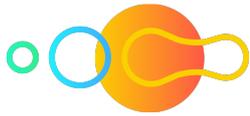
• Reforçar a importância da auscultação da comunidade e como este processo é decisivo para o sucesso de qualquer projecto;

• Esclarecimento sobre como a visão integrada na elaboração do projecto é fundamental para a existência de melhores resultados e/ou resultados positivos;

• Melhor compreensão sobre como a partilha de ideias e o papel activo dos próprios é essencial para a resolução de problemas e dificuldades.

9. Sugestões para próximas edições do curso

Do meu ponto de vista entendo que, nas próximas edições do curso, deve ser seriamente considerada a possibilidade de os alunos também conseguirem frequentar presencialmente as aulas em complemento ou substituição do sistema e-learning. Reconheço o enorme esforço feito por parte dos responsáveis do curso em tornar o mesmo o mais interactivo possível, todavia, acredito que a troca de experiências, perspectivas e opiniões, seria muito mais rica se feita pessoalmente. Entendo que no exercício das nossas funções esta partilha é fundamental e que, também desta forma, somos mais diversos para o desenvolvimento.



Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Motivar Migrante

Sergiu Albu



1. Caracterização do projeto

Associação “MOTIVAR MIGRANTE” foi criada para melhorar a qualidade de vida das crianças, jovens e famílias deles provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis da Comunidade da Freguesia Monte Bravo.

A maioria dos nacionais e naturais de países estrangeiros residentes na comunidade são crianças e jovens, representando cerca de 57% da população. Assim, foi elucidado que muitos dos problemas da comunidade estão interligados entre si, existindo uma percentagem elevada de crianças e jovens com um comportamento de risco e condutas desviantes, com percurso irregular (abandono precoce, absentismo e insucesso escolar), desocupação juvenil e famílias desestruturadas, desempregadas e em situação de precariedade.

Associação “MOTIVAR MIGRANTE” foi constituída depois do complexo trabalho dum grupo de voluntários que se juntaram para efetuar um diagnóstico local a comunidade IMIGRANTE da Freguesia Monte Bravo com apoio da Junta de Freguesia. A situação deparada demonstrou que existe a necessidade de um trabalho urgente e profissional para suprir as necessidades da comunidade em geral e dos jovens, crianças e famílias imigrantes e os seus descendentes em especial.

Para fazer um excelente trabalho a Associação “MOTIVAR MIGRANTE” precisou de contactar com **Programa Escolhas** que tem experiência e competências para intervenções deste género – que tem como nobre missão promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e de grupos étnicos, a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Também contactou o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI), ACM, I.P.) preparado para ajudar as Associações de Imigrantes nas suas iniciativas, na sua capacitação e promoção, bem como no acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACM, I.P.

Assim foram traçados objetivos e estratégias de intervenção e um plano de ação. Foi apresentada a candidatura de intervenção para o Programa Escolhas, propondo-se deste modo a responder a algumas das

problemáticas/necessidades atuais identificadas através do Diagnóstico Social do Concelho do Mural 2016.

Assim a associação tomou a decisão de iniciar a sua nova atividade com quatro miniprojectos a funcionar em simultâneo com o apoio inicial e contínuo da Junta de Freguesia Monte Bravo, voluntários e outras entidades públicas e privadas.

A sociedade não pode deixar a marginalização das minorias e por este motivo criam-se associações que apoiam o imigrante/migrante em diversas questões.

Assim em Portugal com apoio dos voluntários e da sociedade criam-se associações e organizações não-governamentais que optam em apoiar os imigrantes/migrantes.

Uma delas é a nossa associação - A Associação "MOTIVAR MIGRANTE.

Esta associação pretende conseguir através da sua atividade diária suprir as falhas de integração social, educacional, empregabilidade e relação familiar de todos os atores migrantes/imigrantes pequenos e adultos residentes na Freguesia Monte Bravo.

Foram criados 4 miniprojectos interligados:

1. Tutor Escolar;
2. Família Feliz;
3. Mentor Social á Distancia;
4. Emprego á Medida.

Mini Projeto Tutor escolar foi elaborado para apoiar a inclusão das crianças e jovens que têm dificuldades de inclusão que se manifesta em insucesso ou em abandono escolar. O projeto pretende promover ao máximo o potencial de cada jovem e criança. O Tutor Escolar vai encontrar métodos inovadores de aprendizagem individuais. Vai orientar a criança/jovem/família a assumir e vivenciar valores construtivos para que no final seja melhorada a sua atitude face á escola e aumentada a confiança em si próprio.

Promover o sucesso escolar, a integração em respostas educativas alternativas e a corresponsabilização dos pais no processo educativo envolvendo 200 crianças e jovens entre os 6 e os 20 anos em atividades promotoras de inclusão e progressão escolar.

É indispensável para chegar a resultados positivos a participação de 80 familiares em sessões direcionadas para o envolvimento familiar nos percursos escolares dos participantes ao longo dos 2 anos. Fatores que comprovam que o compromisso entre criança/jovem corresponde às expectativas são as presenças, a assiduidade, melhoria ao nível dos resultados escolares.

Envolvimento dos familiares, que assumem o compromisso ao nível de acompanhamento escolar dos seus educandos, participando em pelo menos uma reunião semanal avaliando os resultados para traçar novos objetivos.

- Mini Projeto Família mais Feliz

O Projeto Família mais Feliz foi elaborado para promover ações educacionais e de lazer dirigidas ao apoio às famílias fragilizadas e à comunidade em geral. O projeto tem como foco melhorar a parte emocional entre membros das famílias através de várias atividades culturais, incentivando e motivando para superar as dificuldades na escolha de decisões assertivas em situações de conflito. (Ex: Apresentando filmes artísticos com situações familiares similares e com debates no final sobre o comportamento das personagens.) Projeto Família mais Feliz é orientado em apoiar o núcleo familiar enquanto um todo, considerando aqui a família alargada e as redes de vizinhança. O projeto visa compreender a interação dos múltiplos processos, nas diferentes esferas da vida de todos os membros da família, que terão produzido resultados na sua trajetória e encontrar caminhos propícios para promoção de múltiplas Famílias muito mais Felizes.

- Mini Projeto Mentor social a Distância

Projeto Mentor social a Distância consta em conversar com um psicólogo (mentor social) *online* de forma segura, discreta e gratuita no espaço da Junta de Freguesia (num local tranquilo e com privacidade para realizar a sua orientação psicológica online). Os atendimentos serão realizados por videoconferência, no dia e horário agendado pela criança/jovem/adulto ou por correio eletrónico, se for considerado mais adequado. Os apoios prestados pelos profissionais são: orientações

psicológicas, orientações profissionais, preparação para entrevistas de trabalho, diversos.

- Mini Projeto Emprego á Medida

Projeto consta em criar um portfólio de cada interessado, elaborando um plano a medida de acordo com o perfil identificado. O projeto vai ter várias atividades dirigidas á preparação para o mundo de trabalho - cursos, palestras, entrevistas e acompanhamento de profissionais especializados em diversas áreas.

2. Estado da arte

O crescimento da imigração levanta problemas para os quais a sociedade portuguesa não está preparada. É uma realidade e um grande desafio e, no mesmo tempo, oportunidade de enriquecimento humano, social, cultural e económico mútuos, apesar dos problemas que inevitavelmente traz. Neste contexto, só é possível fomentar políticas de acolhimento e integração eficazes de respeito de um pelo outro e dentro de um espírito de tolerância e compreensão pela cultura e modos de pensar e agir que são diferentes dos nossos. Mas a paz social é indissociável do bem-estar económico pelo que é demagógico acreditar que as políticas de integração são possíveis de concretizar contando apenas com boas vontades ou pretensas tolerâncias tradicionais: não é possível integrar sem promover o emprego, a saúde, a educação, a habitação, o acesso à cultura e aos direitos de cidadania.

A Política Nacional de Imigração e Asilo procura responder a padrões de ordem ética, humanista e de interesse nacional, integrada nos eixos políticos prioritários do Plano Estratégico para as Migrações (Resolução do Conselho de Ministros 12-B/2015, de 20 de março), em particular no que se refere à integração de imigrantes, à coordenação dos fluxos migratórios e ao reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços. Assim, a Política Nacional de Imigração e Asilo, numa abordagem global, integrada e equilibrada, estrutura-se em torno de quatro grandes eixos estratégicos sendo um deles dirigido a integração dos imigrantes.

Em Portugal a missão em promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de

oportunidades e o reforço da coesão social está abrangido pelo Programa Escolhas. O Programa Escolhas é um Programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) renovado em 2015.

ACM, I.P. é um Instituto Público na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais em matéria de migrações.

Os objetivos do ACM, I.P. são a integração dos imigrantes e grupos étnicos e a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. Neste contexto foi elaborado o Programa Escolhas, que tem como objetivo a promoção da inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. O ACM realiza na prática os artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH).

A DUDH define no seu Artigo 26º que toda a pessoa tem direito à educação, devendo esta assegurar a plena expansão da personalidade humana nas suas diferentes dimensões: direitos, liberdades, compreensão, tolerância e amizade, pertencendo aos pais a decisão relativa ao género de educação a dar aos filhos.¹³ Esta intenção surge claramente reforçada no Artigo 13º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Em ambos os documentos a educação deve habilitar para a convivência entre nações e grupos raciais, étnicos e religiosos.

Os países europeus necessitam que os cidadãos intervenham na vida política e social não só para assegurar o desenvolvimento dos valores democráticos fundamentais, mas também para fomentar a coesão social numa época de crescente diversidade social e cultural. A vida das sociedades é largamente feita de alternâncias entre os problemas de conflito interno e os problemas, ao contrário, de integração e de exclusão.

As sucessivas conferências do Conselho da Europa, realizadas no âmbito da temática das migrações, têm-nos confrontado com recomendações que valorizam o papel da escola na inclusão social das populações imigrantes nomeadamente: i) na sensibilização dos alunos para as diferenças

culturais; ii) na promoção das relações intracomunitárias; iii) na manutenção do bem-estar social nas sociedades pluriculturais contemporâneas; iv) na luta contra o racismo e xenofobia.

A escola deve dar respostas a estas recomendações que exigem uma política educativa aberta à diversidade e conseqüentemente à inclusão, que facilite o envolvimento da escola, da comunidade e das restantes instituições locais na produção de políticas de integração e de mecanismos de inclusão social ajustados à realidade local.

Em todos os domínios da educação, os estados-membros devem promover as abordagens pedagógicas e os métodos de ensino que visem aprender a viver em conjunto numa sociedade democrática e multicultural e permitir aos aprendentes a aquisição dos conhecimentos e das competências necessárias para promover a coesão social, valorizar a diversidade e a igualdade, apreciar as diferenças – nomeadamente, entre diferentes grupos religiosos e étnicos.

A Declaração de Dakar assinada em 2000 pela comunidade internacional visa em alcançar os objetivos e as metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade. A educação enquanto um direito humano fundamental é a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro e entre países e, portanto, um meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI.

As escolas Portuguesas e a comunidade portuguesa são hoje um espaço de significativos intercâmbios culturais diretamente envolvidos no acolhimento e integração de crianças e jovens e adultos de origens socioculturais diversas. Acontece que a relação entre escolas, famílias e comunidades é complexa e multifacetada e quanto mais estreita a relação entre escolas e famílias e a comunidade há mais probabilidade de conseguir resultados positivos para Portugal ser um oásis de diversidade, paz e desenvolvimento económico.

3. Intervenção que existe

A População-Alvo que pretendemos envolver na nossa intervenção são os Imigrantes e descendentes de Imigrantes.

Participantes diretos e participantes indiretos. Participantes diretos são as crianças e jovens com faixa etária entre 6-30 anos alvo dos seguintes fatores de risco: crianças em absentismo escolar; crianças e jovens em insucesso escolar; jovens não integrados no sistema de ensino; jovens sem escolaridade mínima; jovens em situação de desemprego; jovens com comportamentos desviantes; jovens em desocupação. Outro segmento de participantes diretos são as famílias imigrantes com estrutura familiar fragilizada e desestruturada.

Os participantes indiretos são os tutores, professores, voluntários e familiares que assumem o compromisso ao nível de acompanhamento escolar das crianças e jovens, participando em reuniões semanais propostas pelo projeto, bem como em reuniões convocadas pelos professores em cada ano letivo.

Vamos contratar profissionais especializados em varias áreas, coordenadores dos projetos, técnicos, monitores de atividades, tutores, etc.

São bem-vindos voluntários ou tutores externos, pessoas familiares, vizinhos que possam apoiar e auxiliar no planeamento e execução de atividades dos projetos.

Esperamos apoios institucionais de várias instituições públicas, particulares e cooperativas, também parceria com escolas, universidades, empresas do concelho, IEFP, ISS, Finanças e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.).

O (ACM, I.P.) dispõe de um Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI), o qual está preparado para ajudar as Associações de Imigrantes nas suas iniciativas, na sua capacitação e promoção, bem como no acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACM, I.P.

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) tem como objetivo:

- Apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de Imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos de Imigrantes e os seus descendentes residentes em Portugal;

- Colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACM, I.P., às iniciativas das associações de Imigrantes;
- Ações de capacitação das associações de Imigrantes através da formação dos seus líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração dos Imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- Promoção do associativismo MIGRANTE através da sensibilização dos Imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo MIGRANTE na integração dos Imigrantes e seus descendentes.

O ACM, I.P., assinou, em 2016, um protocolo com a Fundação Aga Khan Portugal, um importante parceiro que traz a experiência, a metodologia e a abordagem participativa, bem como a abordagem em aprendizagem mista já experienciada por esta Fundação. Outras parcerias formativas poderão integrar o Programa SIM: Sustentabilidade | Impacto | Mudança mediante a necessidade sentida pelas associações e parceiros atuais.

As várias situações de abandono escolar, exclusão social, famílias fragilizadas, desemprego dos Imigrantes e as suas famílias conduzem para encontrar soluções concretas e no terreno. Deveremos encontrar soluções para intervir diretamente nesses problemas sociais tendo como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. A comunidade de Imigrantes da Freguesia Monte Bravo precisa de apoio em vários ângulos e em primeiro lugar são as famílias com crianças e jovens em situação de exclusão social e escolar.

- Abandono escolar exclusão social

Na comunidade foram descobertas varias situações de crianças e jovens entre os 6 e os 20 anos que têm dificuldades de inclusão que se manifesta em insucesso ou em abandono escolar. Tudo isto tem um resultado péssimo tanto para criança e jovem como para sociedade em geral

por motivo que conduz a exclusão social. Maioria das crianças e jovens alegam que um dos fatores que tem efeitos negativos no seu percurso social e escolar e o não envolvimento dos seus familiares no acompanhamento escolar e social. Maioria das famílias não tem a mínima perceção sobre como deveriam apoiar os seus filhos no percurso escolar. Para aumentar as presenças e a assiduidade, a melhoria ao nível dos resultados escolares e preciso de alguém que vai ser um tutor entre as crianças, os jovens, a escola e a família.

Envolvimento dos familiares, que assumem o compromisso ao nível de acompanhamento escolar dos seus educandos, participando em pelo menos uma reunião semanal avaliando os resultados para poder traçar novos objetivos.

- Famílias fragilizadas

Existem várias famílias fragilizadas que precisam do apoio para melhorar a parte emocional entre membros das famílias através de várias atividades culturais, incentivando e motivando para superar as dificuldades na escolha de decisões assertivas em situações de conflito. As famílias precisam de conseguir um apoio e orientação a o núcleo familiar enquanto um todo, considerando aqui a família alargada e as redes de vizinhança.

- Apoio e orientação psicológica

Há um leque de imigrantes que precisam do apoio psicológico, orientação e escolha em varias situações e etapas das suas vidas e não têm condições para aceder a este serviço. Depois de conversar com alguns deles a proposta foi a disponibilidade de aceder a uma consulta através de um psicólogo *online* de forma segura, discreta e gratuita no espaço da Junta de freguesia com foco nas orientações psicológicas, orientações profissionais, preparação para entrevistas de trabalho, etc.

- Desemprego

Na comunidade MIGRANTE a percentagem de imigrantes desempregados subiu nos últimos anos mais de 40%. Maioria dos Imigrantes desempregados nunca conseguiu um plano a sua medida de acordo com o

seu perfil. Não existe uma variedade necessária de cursos, palestras, entrevistas e acompanhamento de profissionais especializados em diversas áreas para suprir todas as necessidades.

4. Intervenção desejável

O objetivo geral dos projetos consta em conseguir ganhos globais depois de mudança social na população-alvo e na comunidade.

Para crianças em absentismo escolar; crianças e jovens em insucesso escolar; jovens não integrados no sistema de ensino; jovens sem escolaridade mínima.

1. Para integração de jovens desocupados e com comportamentos de risco e desviantes, na vida ativa, através da capacitação dos jovens e através do estímulo à criação de oportunidades de integração em ofertas formativas, educativas e/ou profissionais.

2. Promover a empregabilidade e inclusão formativa e socioprofissional de jovens.

3. Criar eventos e atividades para melhorar a situação das famílias imigrantes com estrutura familiar fragilizada e desestruturada. Ensinar a desenvolver competências pessoais e sociais centrados na compreensão do próprio e dos familiares com o objetivo de criar uma influência positiva nas relações interpessoais favorecendo a integração social.

4. Conseguir e construir um ambiente socioeconómico e cultural da Freguesia Monte Bravo com resultados positivos.

A mudança será promovida também através do maior envolvimento da comunidade além da Freguesia Monte Bravo de forma a promover e a transmitir a partilha da cultura portuguesa, como forma de promoção da integração e inclusão dos Imigrantes e seus descendentes na sociedade portuguesa. Assim, abrimos ainda mais as “portas” da sociedade, bem como as levamos à comunidade profissional (professores, outros técnicos) e à comunidade em geral. De sublinhar também, que se pretende elaborar Maletas Interculturais (de literatura, de história e cultura portuguesa e

africana, etc), que ficarão como legado para que num futuro os jovens possam utilizá-las como instrumentos para ações de sensibilização e/ ou formações noutras instituições. Além do referido, a atividade “Grupo de voluntários” pretende formar jovens, enriquecer o seu Curriculum, e capacitá-los de competências e experiências para que possam utilizá-las como recurso na sua vida ativa pessoal e profissional. Com a atividade “Clube de vida ativa” os seus participantes terão um papel ativo no decorrer do Projeto, e pretende-se que continuem este trabalho numa perspetiva de sustentabilidade futura do mesmo.

- Especificamente:

Desenvolver as competências ao nível da gestão da economia familiar através de 25 atividades/*workshops* que ensinam como gerir economias da família.

Promover a empregabilidade e inclusão formativa e socioprofissional de 80 jovens entre os 16 e os 30 anos e 30 familiares /adultos imigrantes da Freguesia Monte Bravo favorecendo a sua integração no mercado de trabalho e integração na sociedade. Conseguir 80% de respostas positivas formativas e de emprego.

O grau de escolaridade da população MIGRANTE fica um pouco abaixo do grau médio da restante população em Portugal. Só tomando decisões ao nível local com medidas adequadas na área de educação conseguimos melhorar a situação. O crescimento das desigualdades no desenvolvimento das crianças e jovens na escola conduz em particular a exclusão social da população MIGRANTE. Apurar qual é o clima escolar apoia muito na melhoria da situação escolar. O clima escolar é uma variável importante para determinar a qualidade de uma instituição. Tentando por várias formas conversar e experimentar com as crianças em encontrar a forma mais conciliada de aprendizagem.

A aprendizagem personalizada adaptada aos ritmos e necessidades de cada criança é cada vez mais necessária e exequível. Também é relevante apresentar exemplos reais de jovens que conseguiram superar as dificuldades e formaram uma família, concluíram um curso e encontraram um bom emprego. De esta forma conseguem uma aprendizagem por orientação

com pessoas da comunidade que provam histórias de sucesso. É importante combinar técnicas, estratégias, meios. Discussão de temas e tópicos de interesse para a formação escolar e profissional. Conseguir trabalho em equipa onde todas colaboram. Aprender a gerir ideias (brainstorming) para buscar a solução de um problema. Conseguir uma correlação positiva entre o empenhamento parental no trajeto de vida pessoal e escolar dos seus filhos.

- Como potenciar recursos e captar financiamento para projetos sociais:

Para garantir a realização e sustentabilidade do projeto vamos precisar dos recursos financeiros, humanos e materiais, como equipamentos, transporte etc... Hoje existem inúmeras maneiras pelas quais uma organização pode conseguir captar recursos para financiar os seus projetos aliando os atores públicos e privados. Uma das formas comum de promover a organização e arrecadar recursos são os eventos. Também são úteis ferramentas de propagação como a E-mail marketing ou Mala Direta que auxiliam na promoção dos projetos junto a um público distinto de forma pessoal e exclusiva. O financiamento coletivo – intitulado crowdfunding é a forma de captação *online* de pessoas que se identificam com a causa dos projetos.

5. Estratégias

Mas o primeiro passo a constar do nosso projeto é o diagnóstico da comunidade MIGRANTE em geral. Um segundo passo é a estratégia de comunicação que é essencial para mostrar e promover o projeto junto dos diferentes elementos do público-alvo. As propostas de parcerias com outras instituições públicas ou privada, protocolos de cooperação, de parcerias de formação são fundamentais para o sucesso do projeto. Para que se possa avaliar do grau de execução e eficácia de um projeto é essencial comparar construindo indicadores de medida para aferir os resultados obtidos e o grau de consecução dos objetivos. Com a análise e avaliação conseguimos retroagir no sentido de estabelecer as necessárias correções e aperfeiçoamentos das falhas que podem aparecer na vida do projeto. A

melhor estratégia e encontrar e definir a mais favorável forma para acompanhamento do projeto, monitorização da execução e revisão.

6. Inovação

A construção de um projeto educativo é um processo complexo em termos organizacionais que supõe uma liderança, mas partilhada com os outros atores numa perspetiva colaborativa, geradora de consensos e de um projeto coletivo assumido por todos como uma referência.

A elaboração de um plano de comunicação *online*, contendo mecanismos de comunicação, equipas de divulgação e estabelecendo estratégias para promoção do nosso projeto no exterior ao nível nacional e internacional. O nosso projeto vai interligar todos os atores possíveis para conseguir chegar a um resultado excelente.

Planos alternativos, criar novos projetos com o apoio das pessoas apoiadas neste.

Se o projeto vai ter um sucesso na nossa comunidade pretendemos propor a nossa experiência como mentores das novas associações em Portugal.

7. Pontos fortes e fracos

A associação tem múltiplas condições favoráveis para que os seus projetos decorram conforme foram projetados, com fim de alcançar os resultados previstos: sucesso escolar, integração social e familiar. As iniciativas para promoção da escolaridade, emprego, cultura e importância de família podem diminuir a quantidade de pessoas vulneráveis socialmente na comunidade.

- Como pretendemos otimizar pontos fortes:

São previstos recursos humanos especializados, Coordenadores dos Projetos, Técnicos, Monitores de Atividades, Tutores, Colaboradores ocasionais - Voluntários ou tutores externos que possam apoiar e auxiliar no planeamento e execução de atividades dos projetos. A associação disponha de recursos materiais - lúdico e pedagógico, boas instalações e equipamentos educativos, desportivos, sociais e recreativos de apoio à infância, juventude e algumas ações em prol da comunidade promovendo o

bem-estar das pessoas envolvidas, fácil acessibilidade, transporte público e acesso a internet.

A Junta de Freguesia proporciona um grupo de voluntários para apoio das atividades ex.: Apoio ao estudo. A Junta construiu um *síte* comunitário onde vai ser efetuada a divulgação dos serviços e produtos dos futuros parceiros empresariais locais informais em troca de serviços e bens alimentares disponibilizados por estes parceiros empresariais para os voluntários e comunidade migrante.

- Localização:

Junta de Freguesia Monte Bravo disponibilizou um espaço amplo com boas condições de higiene, com equipamento informático.

- Populações envolvidas:

Comunidade migrante e comunidade em geral da Freguesia Monte Bravo em situação de vulnerabilidade social, crianças e jovens com insucesso escolar, jovens desempregados, famílias em situação de precariedade.

Segundo os últimos dados estatísticos a população da Freguesia Monte Bravo é de 15 413 pessoas, dos quais – 14,5% são Imigrantes.

- Pontes fracas: A Freguesia Monte Bravo tem uma percentagem elevada de Imigrantes e descendentes de Imigrantes socialmente vulneráveis. No nível Social e Cultural os obstáculos observados e recolhidos são a percentagem elevada de famílias imigrantes com estrutura familiar fragilizada e desestruturada.

Uma multiplicidade de modelos de referência negativos, fraca tolerância, a frustração na comunidade, dificuldade em cumprimento de regras sociais, maioria das crianças com elevada carência psicoafectiva, abandono precoce de escola, dificuldades escolares educacionais e sociabilização, índice baixa de escolaridade e ausência de um projeto de vida/hábitos de trabalho, défice de competências pessoais e sociais; falta de autoestima/ motivação e interesses.

No nível económico as fragilidades consistem em baixo nível socioeconómico dos imigrantes, qualificações profissionais baixas, o desemprego, a desocupação juvenil, e a quantidade elevada de famílias em

situação de precariedade. Pouco tempo útil para organizar as atividades e criar regras de participação nas atividades, dificuldade na divisão das faixas etárias, impossibilidade de aumento da carga horária do técnico consoante as necessidades do projeto.

- Como pretendemos ultrapassar pontos fracos:

O projeto vai ultrapassar os pontos fracos para diminuir a percentagem elevada de famílias imigrantes com estrutura familiar fragilizada e desestruturada. Conseguir mais tempo para organizar as atividades e criar regras de participação nas diversas atividades.

Aumentar a carga horária do técnico consoante as necessidades do projeto. A Junta de Freguesia necessita de encontrar verbas suficientes para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para comunidade migrante conseguindo propostas suficientes de celebração dos protocolos de colaboração com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia designadamente sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a comunidade, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos.

- Riscos: Graça à ausência de uma análise prévia e contínua, qualquer projeto está submetido a correr riscos. Os riscos podem ser ultrapassados através de um exame sistemático e independente das atividades desenvolvidas. A avaliação de cada etapa do processo vai servir para detetar possíveis oportunidades de melhoria de forma que os resultados positivos sejam potencializados no projeto. Assim qualquer projeto bem-sucedido necessita de monitoramento e avaliação constantes. Só criando uma cultura de análise e avaliação na gestão de projetos vamos conseguir evitar os riscos.

8. Divulgação

Na comunidade recorre-se às formas de divulgação locais e tradicionais de modo a garantir proximidade e universalidade de acesso.

A divulgação será feita através dos diversos meios de comunicação multimédia, possibilitando uma adequada publicitação e acompanhamento da elaboração e implementação dos projetos do agrupamento da Junta de Freguesia Monte Bravo (website do agrupamento, da associação, da Junta de freguesia, programa Escolhas, website dos projetos, facebook, blogue) e da comunidade (jornais, online, cartazes informativos, convites enviados pela Junta de freguesia). Página Web da Associação “MOTIVAR MIGRANTE” deverá disponibilizar: Informação sobre cada projeto, Meios de participação, espaços de comentário, Fórum On-line, salas de discussão; Calendário de atividades; Notícias; Galeria de imagens; Ligações úteis; Barómetro de opiniões.

Os meios de comunicação multimédia são preferenciais pelo seu potencial de troca de informação de forma rápida, eficaz e atualizável num curto intervalo de tempo.

No Escolhas as crianças, jovens e as famílias que participam ou participaram no passado em algum projeto Escolhas as crianças e jovens enviam um e-mail a 5 ou mais amigos divulgando os projetos atuais. Serão feitas exposições, *workshops*.

No País – através da Imprensa, Rádio e Programas TV.

A articulação com os meios de comunicação social de base local constitui um elemento essencial para a divulgação dos projetos e para processos participativos bem-sucedidos.

Nestas médias serão divulgadas as ações empreendidas e entrevistas explicativas da estratégia. Uma coluna dedicada a evolução dos resultados esperados dos projetos num jornal local.

9. Calendarização

O objetivo geral do projeto consta em conseguir ganhos globais depois de mudança social na população-alvo e na comunidade.

Em primeiro lugar o projeto pretende conseguir a capacitação de crianças e jovens. Para integração de jovens desocupados e com comportamentos de risco e desviantes, na vida ativa, através da capacitação dos jovens e através do estímulo à criação de oportunidades de integração em ofertas formativas, educativas e/ou profissionais.

1. Mini Projeto Tutor escolar

Tabela 1. Combater absentismo e insucesso escolar.

Tempo	3 meses	Um ano
Absentismo escolar;	35%	70%
Insucesso escolar;	30%	65%

Tabela 2. Integrar e apoiar na conclusão de escolaridade mínima.

Tempo	3 meses	Um ano
Jovens não integrados no sistema de ensino;	20%	50%
Jovens sem escolaridade mínima.	20%	35%

2. Mini Projeto Emprego a Medida.

Tabela 3. Promover a empregabilidade e inclusão formativa e socioprofissional de jovens.

Tempo	3 meses	Um ano
Empregabilidade	30%	75%
Inclusão formativa	30%	80%
Inclusão socioprofissional	25%	60%

3. Mini Projeto Família mais Feliz

Tabela 4. Diminuição da quantidade de famílias imigrantes com estrutura familiar fragilizada e desestruturada através de varias atividades.

Tempo	3 meses	Um ano
Formações, Filmes, Debates, reuniões, sessões de sensibilização para importância da família , etc.	15%	50%

Tabela 5. Ensinar em desenvolver competências pessoais e sociais centrados na compreensão do próprio e dos familiares e gestão monetária.

Tempo	3 meses	Um ano
Desenvolver as competências ao nível da gestão da economia familiar através de 2 atividades/ <i>workshops</i> cada mês que ensinam como gerir economias da família.	15%	50%

Tabela 6 Criar uma influência positiva nas relações interpessoais favorecendo a integração social.

Tempo	3 meses	Um ano
2 atividades cada mês	15%	40%

Mini Projeto Mentor social a Distância

Tabela 7. Diminuição do número de pessoas (criança/jovem/adulto famílias imigrantes) com dificuldade de integração social, pessoal e profissional.

Tempo	3 meses	Um ano
Orientações online : psicológica, profissional, preparação para entrevistas de trabalho, diversos, questionários etc.	-20%	-55%

Tabela 8 Construir um ambiente socioeconómico e cultural da Freguesia Monte Bravo com resultados positivos.

Tempo	3 meses	Um ano
Melhorar a situação atual com 2 maletas Interculturais cada mês (de literatura, de história e cultura portuguesa e africana, etc),	20%	50%

10. Avaliação

Ao longo do projeto vamos implementar uma metodologia de avaliação que permita avaliar a evolução dos projetos e a mudança do comportamento e qualidade de vida do público-alvo, da comunidade e a sustentabilidade dos projetos.

Vamos verificar o resultado primário: indicadores que possibilitam avaliarem o objetivo central do projeto. Verificar os resultados de processo: indicadores que revelam a eficiência dos instrumentos de execução do projeto, com impacto direto no resultado primário. A avaliação será elaborada através da realização de reuniões com os jovens. Análise do grau de participação e satisfação dos jovens e da comunidade; número de presenças; balanço da execução das atividades (análise dos aspetos positivos e negativos); avaliação dos resultados previstos/esperados; análise dos recursos utilizados e das aprendizagens adquiridas.

Verificar os resultados sociais indiretos: Indicadores que reflitam possíveis ganhos sociais indiretos. No final, conseguir reuniões de jovens e famílias para esclarecer se os resultados do projeto influenciaram indiretamente o interesse da população da comunidade.

Verificar os indicadores de sustentabilidade: - indicadores que sinalizem o nível de independência do projeto em relação ao consórcio. Reuniões de consórcio de uma análise e reflexão crítica com apresentação de avaliação técnica (interna e externa) e uma avaliação financeira global para compreender se o projeto é sustentável sem os apoios da Programa Escolhas.

11. O contributo pessoal

Sou voluntário numa associação que tem atividades que apoiam os imigrantes. O voluntariado promove a confiança, a reciprocidade e a prática de uma cidadania ativa. Desta forma desenvolvo em mim novas competências pessoais e profissionais. Conhecendo pessoas do mundo inteiro e criando redes de entreajuda solidária, alargo os meus horizontes.

Encaminho várias pessoas para voluntariado ou apoio dos imigrantes. Desta forma ajudo em criar oportunidades para todos.

12. Em que é que o curso me ajudou

Este curso foi muito marcante porque eu enriqueci de uma forma relevante o meu conhecimento em diversas áreas. O curso representou para mim uma evolução muito grande não só como profissional, mas também como pessoa. A oportunidade de fazer este curso só me trouxe benefícios pois aprendi imenso que me pode ajudar no futuro.

O desenvolvimento humano como qualquer processo de mudança progressiva e sistêmica da pessoa, no tempo que ocorre com base nas interações estabelecidas dentro de um contexto. Qualquer evento que altere uma dimensão da pessoa, tende a transformá-la como um todo. Também significa que, quando uma pessoa se modifica à luz de uma experiência ou evento, é muito provável que o contexto no qual ela vive e se relaciona com outras pessoas também se altere, em alguma medida.

Por este motivo a sociedade deve ter a oportunidade de se envolver em projetos que pretendem apoiar em múltiplas situações complexas de vida de cada cidadão.

Infância e adolescência, relação entre pais e filhos, escola e o aluno, mercado de trabalho e os desempregados já são assuntos complexos e interligados que exigem estudos profundos para que sejam encontradas melhores soluções.

Neste contexto a situação das pessoas imigrantes/migrantes é ainda mais complexa, por causa da diferença cultural e a dificuldade na integração e compreensão da estrutura da nova realidade social, em qual devem descobrir soluções rápidas, para problemas da sua nova vida cotidiana num país desconhecido.

Ajudou-me a aprimorar ainda mais meus conhecimentos, sendo muito gratificante, pois o ensino dos profissionais que aqui trabalham é de grande qualidade. Ex: numa aula tradicional o professor as vezes desvia o ensinamento sobre situações fora da aula, enquanto *online*, no ensino a distância não há lugar para improvisação, mas é uma orientação profissional sobre o tema concreto da aula. Aconselho o curso porque é muito válido para todos os profissionais na área de migrações e no mesmo tempo extremamente produtivo e dinâmico com conteúdos muito interessantes e excelente conhecimento dos professores. Espero que em breve eu possa usar o que eu aprendi no meu local de trabalho.

13. Sugestões para próximas edições do curso.

Como sugestões para próximas edições do curso proponho mais fóruns de discussão, testes *online* de múltipla escolha e atividades extras. Cada aluno poderia ter um mentor voluntário (aluno que já concluiu este curso) que verificava o grau de desempenho do aluno - se não for cumprida alguma tarefa ou não for realizada alguma atividade, o tutor entra em contato com o mesmo e pergunta se precisa ou não de apoio.



Diversidade e Desenvolvimento
Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Projeto Integra Portugal

Thaissa Morgana Cavalcanti Silva



1. Introdução

O movimento das migrações faz parte de uma dinâmica inerente aos seres humanos, desde os primórdios até os dias atuais. Sejam por razões naturais, religiosas, políticas, socioculturais, étnicas ou económicas, os movimentos migratórios são uma constante nas sociedades contemporâneas. Assim, temos nos últimos anos um crescente debate sobre direitos e deveres dos migrantes, resultado do crescimento migratório de culturas tão diversificadas e com contextos diferenciados de conflitos políticos e sociais. Os conceitos de multiculturalismo e integração nunca estiveram tanto em discussão, especialmente quando falamos em direitos e deveres dos cidadãos.

Neste contexto, temos a sociedade portuguesa inserida neste panorama internacional onde a diversidade cultural e linguística tornou-se uma realidade. Esta heterogeneidade deveu-se ao novo estatuto que Portugal adquiriu face aos fluxos migratórios que detém, sendo emissor e recetor de imigrantes e particularmente com a recente melhoria económica e social.

Então, poderíamos assim inquirir o que torna uma pessoa integrada em uma sociedade? A língua, como base para a inserção do indivíduo em uma cultura será o primeiro passo, ferramenta crucial para o acesso a direitos e deveres de cidadania, associada à inserção laboral que mantém, em termos históricos, como uma das principais razões que motivam as migrações. De facto, a relação existente entre a aprendizagem da língua do país de acolhimento e o processo de integração tem sido matéria de reflexão por parte de vários autores na atualidade. Ana Maria Oliveira (2010) defende que estes dois fatores são indissociáveis no que se refere à inclusão, pois “quanto mais os migrantes sentirem que fazem parte do país de acolhimento e da sua sociedade, mais depressa estarão prontos para adquirirem as necessárias competências linguísticas (e outras) para se tornarem membros de pleno sucesso”.

Logo, temos a língua de acolhimento, neste caso, a portuguesa, como fator de inclusão, como base do projeto Integra Portugal, que tem a finalidade de facilitar a inserção no mercado de trabalho de trabalhadores migrantes e refugiados com o objetivo de uma melhoria das suas competências, não

apenas linguísticas, mas com apoio vocacional e de orientação para quebrar com o ciclo de sub-empregos que muitas vezes os migrantes estão inseridos pelos mais variados motivos (as comunidades dos países de origem muitas vezes são o primeiro abrigo mas também fator de exclusão dentro da sociedade maioritária), mas especialmente pelas barreiras culturais com as sociedades que os acolhem.

2. Caracterização da Instituição e população alvo

O Alto Comissariado para as Migrações – ACM I.P, Instituição pública que visa a integração dos cidadãos migrantes, refugiados, de etnia cigana e outras minorias culturais, bem como valorizar a diversidade cultural e lutar contra a discriminação e o preconceito, é uma Instituição que possui como missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas para as migrações, tanto no trabalho em parceria com outras instituições públicas e privadas na implementação destas políticas como através de projetos no terreno junto às comunidades de origem multicultural como por exemplo o projeto Escolhas, que trabalha com crianças e jovens em projetos de intervenção social em contextos multiculturais. Esta intervenção no terreno também faz-se através dos Centros Nacionais para a Integração de Migrantes – CNAIM's, existentes em Lisboa, Porto e Faro, que contam com mais de 5 milhões de atendimentos desde 2009, constituindo um modelo para a integração de migrantes e coesão social considerados boas práticas a níveis europeus. Consistem em centros de apoio (“one Stop Shop”) no modelo das lojas do cidadão, com serviços em parceria com outras instituições, tais como segurança social, Ministério da Educação e Autoridade para as condições do Trabalho – ACT, com gabinetes especializados de atendimento ao público com serviços informativos como o Gabinete Jurídico, Saúde, Apoio Social, entre outros, que contam com mais de 110 mediadores socioculturais em sua estrutura organizacional.

Neste contexto sociocultural, o projeto Integra Portugal baseia-se na premissa de que um dos primeiros obstáculos na integração de um indivíduo migrante será a língua, requisito essencial para a sua inserção no mercado de trabalho do País que o acolhe. Assim, O aprendizado da Língua Portuguesa e o acesso ao mercado de trabalho formal estão interligados e

são a base da sua inclusão na sociedade de acolhimento, assim como o desenvolvimento de competências que facilitam a sua participação em sociedade.

O projeto também nasce da necessidade do aprendizado da Língua Portuguesa com uma vertente de inserção laboral, e nasce a partir da observação da procura pelo aprendizado da Língua portuguesa pela população migrante no CNAIM Lisboa com o objetivo da entrada no Mercado de trabalho português ou a sua melhoria nas condições laborais. Logo, o nosso público-alvo serão todos os migrantes ou refugiados que procuram o CNAIM Lisboa e que pretendam ingressar no mercado de trabalho ou melhorar competências para uma ascensão profissional no contexto português.

3. Identificação dos pontos fortes do projeto

O projeto Integra Portugal possui como principal ponto forte a sua localização institucional, visto trabalhar em sistema de parcerias com gabinetes já existentes no CNAIM e utilizar recursos já existentes, tendo assim disponíveis as ferramentas para a sua operacionalização disponíveis dentro da instituição. Logo, os stakeholders do projeto serão o ACM, visto utilizarmos a estrutura já implementada, com o público-alvo a ser identificado pelo Gabinete de acolhimento e triagem do CNAIM, que irá fazer o diagnóstico e a seleção do perfil dos utilizadores do projeto e a encaminhar para os gabinetes envolvidos, nomeadamente o Gabinete de apoio ao Emprego, que irá realizar a inscrição no curso de Língua portuguesa e fará o acompanhamento de valorização e inserção profissional.

As aulas serão ministradas no espaço físico do CNAIM em Lisboa, inicialmente, com posterior implementação nos outros CNAIM's de Porto e Faro, estando os custos da sala de aula inseridas no CNAIM e tendo como técnicos envolvidos no projeto os próprios colaboradores do ACM e voluntários provenientes de instituições parceiras. Pretende-se que o projeto tenha estas duas vertentes interligadas: Aprendizado da Língua portuguesa e apoio ao Emprego, estando as duas intervenções a atuar paralelamente durante o projeto.

Outros pontos fortes identificados são as vertentes de valorização

pessoal contidas no projeto, das competências profissionais dos indivíduos por haver também um trabalho psicossocial associado ao seu perfil e a bagagem que traz do seu país de origem e o apoio a empregabilidade, além do envolvimento de empresas parceiras na composição de um tecido social multicultural, o que reflete-se no trabalho contra a discriminação e preconceito.

4. Identificação das fragilidades do projeto

O projeto está estruturado com base em parcerias para uma implementação com a utilização de recursos já existentes. Logo, este trabalho junto aos stakeholders será de negociação, visto que a disponibilização de tempo para a colaboração com o projeto terá que ser dinamizada mediante os recursos dos próprios gabinetes envolvidos. Outra preocupação é com o horário das aulas de Português, pois se o objetivo será a inserção no mercado de trabalho ou a melhoria de competências para a recolocação profissional de migrantes e refugiados para contextos de inclusão, temos dentro do público-alvo cidadãos também empregados e não necessariamente desempregados (o que os excluem das formações disponibilizadas pelo IEFP) Logo, estas aulas necessitam do horário pós laboral e em horários muito específicos (no caso da restauração temos um horário livre entre as 15 e 18 horas). Deste modo, a disponibilidade de Técnicos ou mesmo voluntários da Instituição ACM que estejam dispostos a estes horários é muitas vezes uma dificuldade. Assim, seria necessário recursos financeiros para a contratação de um professor de Língua portuguesa e um Técnico social especializado em valorização profissional para o acompanhamento do projeto, caso não haja voluntariado especializado.

5. Estado da Arte

Atualmente temos a coexistência em Portugal de dois fluxos nos movimentos migratórios, ou seja, portugueses que continuam a sair para trabalhar em outros países e o movimento inverso, sendo muitos os estrangeiros que entram em Portugal. Esta simultaneidade coloca Portugal numa posição de relevo à escala da União Europeia: Ser ao mesmo tempo

recetor e emissor de migrantes. Utilizando a linguagem dos Regimes Migratórios, Portugal encontra-se num Regime Misto (Peixoto, 2004).

Segundo a Constituição da República Portuguesa, que em suas linhas promove a integração pelos termos que usa em não diferenciar Portugueses e Imigrantes, “Todos têm direito à educação e cultura”. Esta mesma Constituição da República, em seu art.o 15, refere “Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português”. Neste sentido, em termos de acesso à língua e a direitos laborais, faz-se importante salientar que este direito está assegurado mesmo nos casos onde o imigrante não está legalizado. Relativamente à Lei de Bases do Sistema Educativo está previsto no artigo 2o que todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República., subentendo que “todos” sejam todos os cidadãos. Também, neste sentido, a Portaria n.o 1262/2009 de 15 de Outubro dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação chama a atenção para a importância do ensino da língua do país de acolhimento na construção das bases para a integração, pois facilita os que chegam e os que acolhem e integram, exigindo o esforço de ambas as partes na partilha e compreensão de hábitos, costumes, valores, religiões e línguas. No Plano para a Integração dos Imigrantes, publicado em 2007, também é destacada como mediada importante a valorização do ensino do Português como língua não materna, enquanto fator gerador de uma maior igualdade de oportunidades para todos, não desvalorizando a língua de origem neste processo de aprendizagem.

A língua, por si só, é a base e início para uma integração efetiva dos cidadãos, pois confere meios para o desenvolvimento de competências que necessitam de diálogo para se desenvolverem. Logo, ao participarem desta realidade social, os indivíduos sentem-se parte daquela realidade, a começarem a desenvolver o sentimento de pertença pela sociedade que o acolhe. Portanto, temos o acesso a Língua portuguesa como força motivadora para a integração. “Este direito viabilizará o usufruto dos outros direitos, assim como o conhecimento e a promoção do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão. Conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se

ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional. O seu desconhecimento constitui uma desigualdade que fragiliza as pessoas, tornando-as dependentes e, por consequência, mais vulneráveis.” (Grosso, Tavares & Tavares, 2008, p. 5).

E, estando também a Língua ligada às questões de identidade dos indivíduos, também Maalouf refere, sobre a questão da identidade de um cidadão na Diáspora que a Identidade é uma das componentes dos cidadãos migrantes que se reformula, uma vez confrontados com sociedades diferentes daquelas que conheciam antes de emigrar (Maloouf, 2003). É igualmente importante refletir que esta “mistura” cultural, resultante do contato com a sociedade de acolhimento e da necessidade de integração pode quebrar valores de origem, no entanto irá reconstruir, assim, uma nova identidade social (Matias, 2010).

Assim, neste novo contexto migratório, e com Portugal neste momento a demonstrar um crescimento económico atrativo, desde 2014 temos um crescimento dos indivíduos que chegam de países não falantes de língua portuguesa. Ora, se culturalmente Portugal tem como principais nacionalidades imigrantes representativas Países como Cabo Verde, Brasil e Angola, assim como países do leste europeu, estes que começaram a chegar nos anos 90, também é crescente a chegada de pessoas vindas de países como a Índia, China, Bangladesh e Nepal. No contexto da imigração dentro da sociedade portuguesa, os grupos de imigrantes com origem asiática são os mais significativos entre os de pequena dimensão (Pires, Machado, Peixoto & Vaz, 2010). Estes indivíduos são, neste momento, o que mais sentem necessidade de aprenderem a língua portuguesa a fim de facilitarem a sua integração, pois inicialmente apoiados por grupos da mesma cultura, encontram trabalho junto a estas comunidades e nos pequenos negócios que entre elas se originam. No entanto, a fim de evitar a formação de culturas fechadas em si mesmas (guetos) e que não interagem com a sociedade de acolhimento, e até situações de desrespeito aos direitos humanos que muitas vezes verifica-se dentro de subpostos de trabalho com salários baixos e exploração de mão-de-obra, são estes os grupos identificados no atendimento dos centros de apoio a integração de Migrantes que mais necessitam do ensino da Língua portuguesa, e que os projetos existentes

como o Português para Todos – PPT e os centros de Emprego IEFP não conseguem assimilar, seja por não se encontrarem em situação de desemprego, pela dificuldade documental (pois muitos estão em situação de regularização em Portugal) seja pelas suas necessidades linguísticas não serem voltadas apenas para o nível A1 e A2.

6. Intervenção existente

São algumas as respostas sobre esta temática do ensino da língua portuguesa existentes no terreno, pelo que identificaremos algumas para que possamos fazer uma breve análise. O Programa PPT – Português para Todos - consiste em formações de língua portuguesa para falantes de outras línguas que pretendam a obtenção dos níveis A1 e A2 de proficiência na língua portuguesa. É realizado em parceria com escolas da rede pública e geralmente tem um custo associado, em sua maioria em horários laborais. Neste sentido, ficam excluídos aqueles sem meios financeiros para ter uma formação e especialmente aqueles que necessitam de uma formação mais direcionada com o mercado de trabalho, pois o ensino é realmente muito básico e o que é observado no atendimento do Gabinete de triagem e acolhimento do CNAIM é que a procura por esta formação está geralmente associada ao pedido da nacionalidade portuguesa ou de uma autorização de residência permanente, ou seja, é muitas vezes insuficiente no que se refere a um efetivo avanço linguístico.

O IEFP também disponibiliza em alguns centros de Emprego o acesso a formação em Língua portuguesa, no entanto também com níveis muito básicos e direcionados à população desempregada inscrita no IEFP.

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), lançou, no dia 27 de maio de 2016 a Plataforma de Português Online, uma nova ferramenta que apresenta conteúdos para a aquisição do português europeu por adultos falantes de outras línguas. Para já, esta Plataforma está disponível em português e inglês, e está restrita a aqueles que possuem acesso a internet.

Também no terreno temos projetos sociais para o ensino da Língua portuguesa com o objetivo da integração, como o caso do Speak social, que para além da língua portuguesa também oferece programas em outras

línguas como o árabe, francês e inglês e a Associação renovar a Mouraria, que recentemente lançou uma formação em língua portuguesa para requerentes de asilo internacional.

7. Intervenção desejável

O projeto Integra Portugal está pensado para os migrantes que não são elegíveis para as atuais respostas existentes, visto existir uma lacuna nas respostas atuais no que se refere à inserção laboral. Primeiramente, pretende-se que uma formação de português para imigrantes que estejam com o foco no mercado de trabalho seja mais ampla, e não apenas para níveis A1 e A2. Horários pós laborais também são importantes para aqueles que já se encontrem a trabalhar mas desejem melhoras as suas condições de trabalho.

Relativamente aos custos, seria desejável que não tivesse custos associados, uma vez que a maioria das propostas existentes possui um custo associado. Para isto as aulas seriam ministradas inicialmente nas instalações do CNAIM Lisboa, com base nas parcerias existentes e a afastar custos de manutenção fora da instituição.

Também o horário das aulas será adaptada à necessidade laboral, com aulas no período da tarde (para aqueles trabalhadores da área de serviços de restauração e que possuem horário repartido) e pós laboral, para os trabalhadores que apenas possuam o horário da noite disponível.

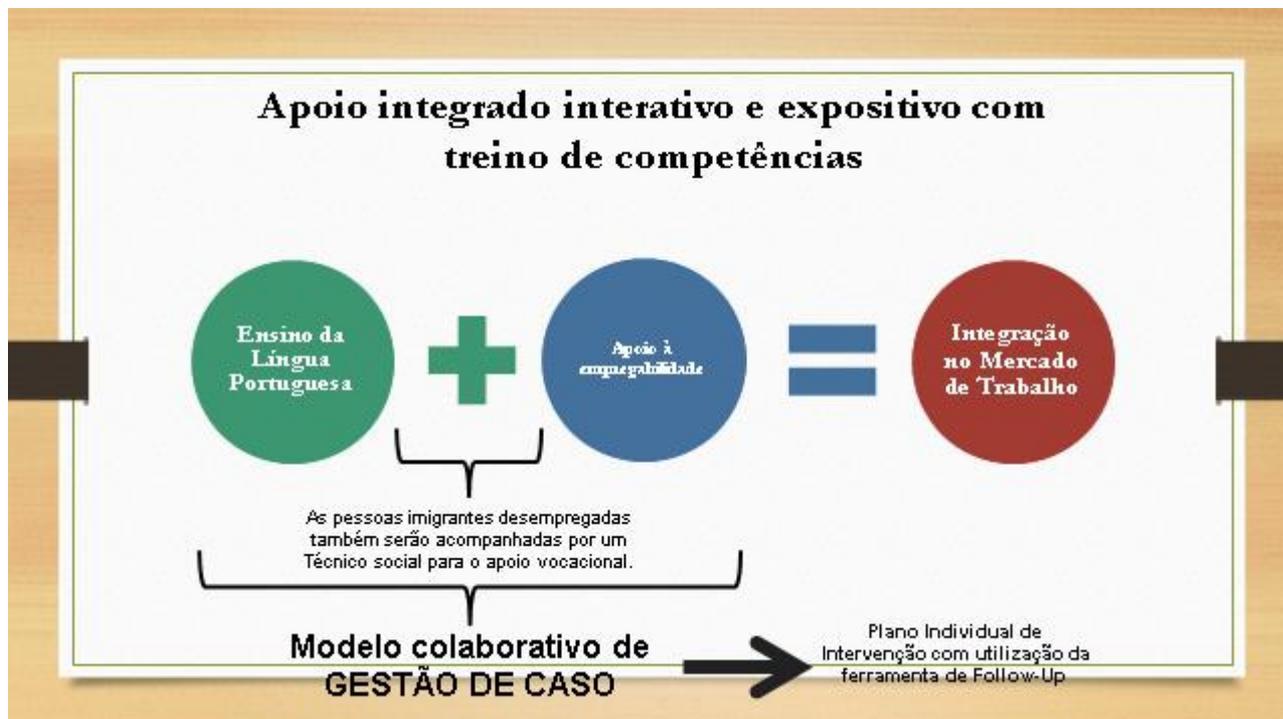
A divulgação será realizada no próprio CNAIM Lisboa, nos momentos de intervenção do atendimento no Gabinete de acolhimento e triagem, assim como os canais de divulgação do ACM I.P.

Tendo em conta que o projeto visará uma valorização profissional, pretendemos que a sua metodologia se baseie nas aulas da língua portuguesa direcionada para o mercado laboral, conjugado com um acompanhamento técnico social de valorização profissional e apoio na procura de um posto de trabalho, em parceria com o gabinete de emprego do CNAIM Lisboa.

8. Cronograma

Mês	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Dezembro
Atividades							
Lançamento do projeto							
Inscrições e seleção dos formandos							
1ª fase – Aulas português							
2ª fase – Apoio a empregabilidade							
3ª fase – Follow-up							
Monitorização e acompanhamento socioprofissional							
Avaliação final							j

Assim, temos um esquema do projeto:



9. Avaliação desejável e relevância para a sociedade

O principal objetivo do projeto será a formação inicial de 30 indivíduos migrantes e refugiados em níveis B2 de língua portuguesa, com acompanhamento social para inserção destes cidadãos migrantes no mercado Laboral. Será desejável que seja realizada uma avaliação permanente durante todo o período do projeto, que está pensado para 6 meses. Durante a intervenção, prevê-se uma monitorização dos resultados por meio de fichas de acompanhamento, sendo a avaliação final uma reflexão crítica da intervenção, sobre o desenvolvimento destes formandos e sua evolução durante o projeto e especialmente na taxa de empregabilidade conseguida com a melhoria das competências linguísticas.

Como avaliação final, pensada para Dezembro de 2018, planeia-se um relatório de avaliação para analisar os impactos a termos laborais que o projeto teve na vida destes cidadãos migrantes, nomeadamente se conseguiram ou mudaram de posto de trabalho e de como o aprendizado ou melhoria da língua portuguesa os ajudou na mudança de contexto laboral, nos níveis de empregabilidade e a sustentabilidade do projeto em si.

Em relação à relevância do projeto para a sociedade, pretende-se que seja proveitosa tanto para os cidadãos migrantes que melhoram as suas competências linguísticas e laborais, com acesso à cidadania que a língua confere e com a saída de contextos laborais muitas vezes de exploração e sub-emprego que muitas vezes se submetem por não estarem integrados na comunidade de acolhimento, assim como para a comunidade em geral, que com o contacto com novas culturas e realidades derruba preconceitos e abre espaço para o diálogo com outras culturas ao contratar trabalhadores de outras origens.

Relevância do projeto para a sociedade

Objetivos que se encontram interligados e que se influenciam entre si



Acesso à cidadania



Desenvolvimento sustentável e empregabilidade



Anti discriminação e Integração na sociedade



Diversidade e Desenvolvimento

Educação, Saúde, Inovação e Identidade, na interação
com populações migrantes

Manual de Procedimentos

Vera Ciubotaru



1. Introdução

O Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT), desempenha um papel importante na estrutura do Centro Nacional Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), conforme definido nos termos do no 1 do artº 7º do Regulamento Interno Apoio a Integração de Migrantes (RNAIM). Neste âmbito é um serviço de acolhimento ao qual compete, essencialmente, a triagem, a informação geral e o encaminhamento para outros gabinetes das situações apresentadas por clientes.

Um “Manual de Procedimentos” é uma necessidade do gabinete, uma vez que o não possui, mas encara como uma necessidade premente para a boa gestão administrativa, i.e., para serem encontradas respostas na gestão do dia-a-dia.

No manual devem ser definidas as regras de modo a que todos executem as suas tarefas seguindo os mesmos parâmetros (respondendo às questões que, quem, como, quando, onde e quanto), mas não só, será também um acervo precioso para a formação daqueles/las que no futuro ali venham a exercer funções. Por outro lado, confere a quem atende uma maior segurança, uma vez que é estabelecido o caminho a trilhar e os respectivos limites, sempre na base da importância da relação entre o cliente e a empresa (incluindo a respectiva imagem).

Este manual foi desenvolvido com base em situações ocorrentes no dia-a-dia, pelo que faz todo o sentido unificar as informações contidas, com o objectivo de manter um sistema de trabalho que seja eficaz, respeitando as normas e princípios do atendimento estabelecidas pelo instituto.

Conforme definido no no 1 do artº 21 (capítulo II da secção III) do regulamento ACM, IP. o atendimento é efectuado pelos mediadores/as socioculturais com formação específica, mostrando competências na capacidade de comunicação, saber gerir o stress, falar várias línguas, demonstrar empatia e acolher os clientes da melhor forma possível, demonstrando compreensão e simpatia, educação, assertividade, segurança e rapidez.

2. Procedimentos

No Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) é feito um diagnóstico da situação do cliente. A monitorização de todos os atendimentos/acompanhamentos inicia-se com o preenchimento dos campos obrigatórios da Plataforma Informática para Gestão do Atendimento Integrado (PIGAI). Após o preenchimento dos campos que estabelecem o perfil do cliente, o passo seguinte é o da identificação do problema, ou seja o reconhecimento dos motivos ou razões que levaram o/a cliente a dirigir-se ao serviço. Após o respectivo enquadramento, há que estabelecer o(s) percurso(s) de resolução, com vista á prestação de informação e eventual encaminhamento para outros gabinetes ou instituições, presentes no CNAIM.

Todos os dados fornecidos são confidenciais e estarão protegidos ao abrigo da Lei no 67/98, de 26 de Outubro, que estabelece o regime de protecção de dados.

#33076: VERA CIUBOTARU

[Apresentação](#) · [Histórico](#) · [Básicos](#) · [Datas](#) · [Pessoas](#) · [Ligações](#) · [Alarmes](#) · [Jumbo](#) [Abrir](#) · [Roubar](#) · [Comentário](#) · [Encaminhar](#)

^ **Metadados do Processo**

^ **Campos Personalizados :: Editar**

Apelido *:	CIUBOTARU
Nacionalidade *:	Modavia
Naturalidade:	Republica Moldavia
Local de Nascimento:	(sem valor)
Data Nascimento *:	22-04-1980
Estado Civil:	Casado
Sexo:	Feminino
Rua e Numero *:	RUA PROF. JOSÉ DUARTE MORAIS, LT 27 4º ESQ
Localidade *:	SACAVEM
Cod. Postal *:	2685-073
Telefone:	212422188-966692523
Email:	(sem valor)
Nome Pai:	(sem valor)
Apelido Pai:	(sem valor)
Nome da Mae:	(sem valor)
Apelido Mae:	(sem valor)
Tipo de Documento *:	Autorização de Residência Permanente
Num de Documento *:	P000634162
Data de Emissao *:	17-10-2009
País de Emissao *:	Portugal
Data de Validade *:	03-11-2014
Ent. Emissora *:	SEF
Vinheta *:	(sem valor)
Tipo de Processo *:	Pedido de Nacionalidade
Tipo de Visto:	(sem valor)
Roteiro - 1 Instituicao:	SEF
Roteiro - 2 Instituicao:	Conservatória dos registos centrais
Roteiro - 3 Instituicao:	(sem valor)
Roteiro - 4 Instituicao:	(sem valor)
Data Emissao de Cartao:	16-03-2007
ID_Porto:	(sem valor)

^ **Sumário :: Editar**

^ **Datas :: Editar**

Criado:	Qui. Out. 07 10:04:39 2004
Inicia:	Não definido
Iniciado:	Não definido
Último Contato:	Não definido
Vencido:	Não definido
Fechado:	Seg. Jan. 19 16:29:29 2009
Atualizado:	Ter. Abr. 04 16:46:59 2017 por vciubotaru

^ **Pessoas :: Editar**

Proprietário:	rgoncalves
Requisitantes:	lportugues
Cc:	
AdminCc:	

^ **Alarmes :: Editar**

Novo Alarme:

Nome:

Proprietário:

Vencido (yyyy/mm/dd): [Escolher data](#)

Após a inscrição no PIGAI, designado de “criação de processo” é atribuído ao/à cliente um número que é único. Acto contínuo deve ser entregue ao cliente um cartão onde conste o seu nome e no de processo. Todavia, previamente à criação do processo, o mediador deve sempre

verificar se existe, eventual, criação anterior, de forma a obstar a duplicação de entradas.

Note-se que, o cliente deverá fazer-se acompanhar do seu cartão, sempre que se dirigir aos serviços prestados no CNAIM.

Cartão Cliente CNAIM



3. Atendimento GAT e Encaminhamento

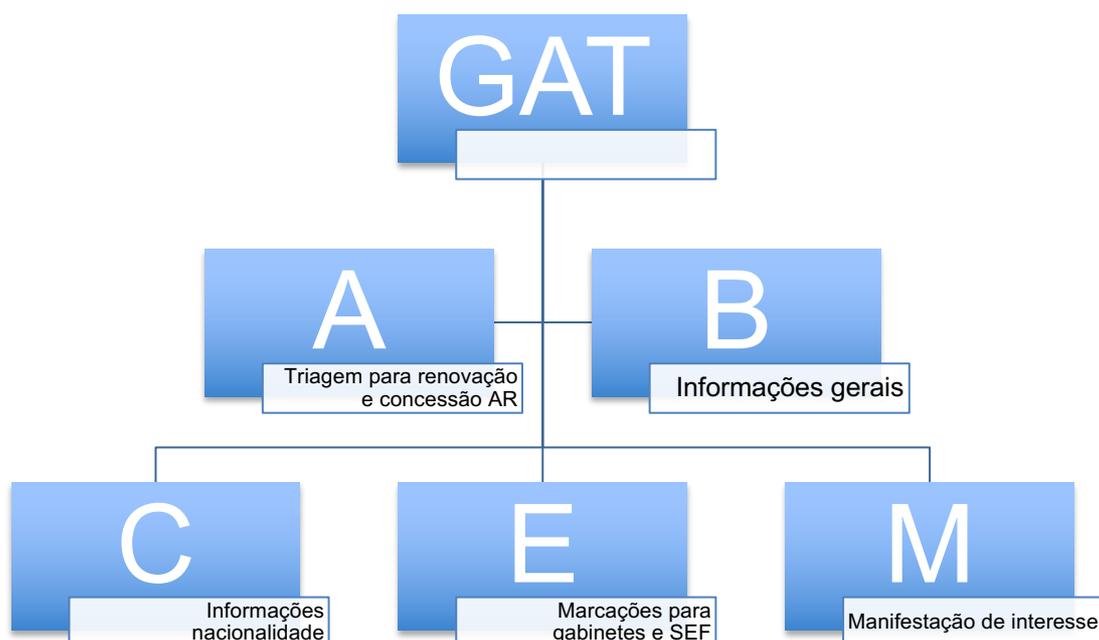
O Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) tem 12 postos de atendimento, que são assegurados pelos mediadores socioculturais, divididos por 4 senhas diferenciadas conforme as matérias a tratar. Estes postos são flexíveis podendo em dias com maior fluxo em determinada senha, ou ao longo do dia, consoante as necessidades, serem destacados meios de reforço.

Os clientes são atendidos com senha no GAT (previamente concedida pelo balcão de pré-triagem), onde constam as seguintes informações:

- A referência ao GAT e onde se situa no edifício (a zona é estabelecida por cores);
- Uma letra (no caso das senhas prioritárias, para além da letra respectiva, é colocado o carácter Z, indicativo de prioridade);
- O dia e a hora de entrega da senha.

- A informação: “3 senhas de tolerância”;
- Facultativamente pode constar uma informação sumária como: “Recenseamento = Direito de Voto! Informe-se aqui”.

Apesar das normas quanto à tolerância máxima de 3 senhas para atendimento, existe no entanto o esforço de serem resgatados os eventuais atendimentos perdidos **Fluxograma das senhas.**



Senhas atendidas no GAT

Senha A

Senha para a triagem dos documentos para renovação da Autorização de Residência Temporária e Permanente, Concessão de Autorização de Residência para Reagrupamento Familiar com e sem visto de residência (quando o cliente comprova a sua entrada legal em Território Nacional) e Concessão de Autorização de Residência ao do artigo 122 a), da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 59/2017, de 31 de Julho).

A senha “A” é dada pela Pré-Triagem, após confirmar que o cliente tem agendamento para o SEF (próprio dia).

O atendimento da senha “A” no GAT, inicia-se com a confirmação do

agendamento diário para o SEF (caso não se confirme o agendamento, deve ser alertado o/a coordenador/a responsável, para se efetuar nova marcação para o dia respectivo).

Apurando-se a conformidade, começa a verificação dos documentos.

Os procedimentos de verificação e triagem de documentos são os seguintes:

1º. Análise do Passaporte e Autorização de Residência, verificando a sua validade. Caso o passaporte esteja caducado, deve informar que não é possível fazer a renovação (existe a exceção para os cidadãos de estados com quem Portugal tem acordo, onde basta uma declaração emitida pelo Consulado/Embaixada em como foi pedido o novo passaporte).

2º. Comprovativo de morada: sempre que o cliente tem nova morada o mediador o deve informar e solicitar os documentos que comprovem a nova morada, de acordo com as indicações dadas pelo SEF.

3º. Contrato de Trabalho: deve verificar se o contrato de trabalho é original e se os elementos que nele constam correspondem aos documentos apresentados. Deve, ainda, ter-se em atenção às situações de cidadãos de países sujeitos à comunicação de contrato de trabalho nos termos previstos no Código do Trabalho, o que sendo o caso deve ser solicitado o respectivo comprovativo da comunicação.

4º. Declaração de Entidade Empregadora: o mediador deverá verificar se os dados constantes na declaração da entidade empregadora correspondem aos dados do contrato de trabalho. A declaração deverá ser original e o termo da sua validade é de 30 dias.

5º. Declaração de IRS: referente ao último ano fiscal apresentado e anterior à data de agendamento para o SEF. Quando entregue pessoalmente nas finanças deverá ser apresentado o original em suporte papel. No caso de a declaração ter sido entregue via internet (Portal das Finanças) deverá ser apresentado a impressão da declaração entregue, devidamente validada. Se o cliente também tiver deverá apresentar a respectiva liquidação.

6º. Declaração Início de Atividade: deverá verificar se o cliente está inscrito no exercício para actividade para além de trabalho por conta de

outrem (TCO), Se for o caso, deve pedir a “Declaração de Início de Atividade”, emitida pela Autoridade Tributária (AT), onde está contida a informação de pessoas singulares ou colectivas que exercem uma actividade nos termos de artigo 31o do CIVA, artigo 112o do CIRS e artigo 118o do CIRC. Não é pedida Declaração de Início de Actividade quando se trate de sujeitos passivos de IVA pela prática de uma só operação tributável nos termos da alínea a) do no 1 do artigo 2o do CIVA (acto isolado), excepto se a mesma exceder o limite previsto nas alíneas e) e f) do no 1 do artigo 28o do CIVA (€ 25 000). O mediador deve ter em atenção que são isentos de cobrança de IVA os sujeitos passivos que não têm contabilidade organizada, não pratiquem operações de importação, exportação ou actividades conexas, não efectuem transmissões de bens ou prestações de serviços previstos no anexo E, do Código do IVA e não tenham um volume de negócios anual superior a 10 mil euros.

7º. Declaração dívida não dívida nas finanças: deverá verificar a “Certidão de Dívida e não Dívida Finanças” (a sua validade é de 3 meses. Este documento deverá ser apresentado em original ou impressão do Portal das Finanças. Em situações com dívida deverá ser apresentado o acordo com o plano de pagamentos, acrescido dos comprovativos dos respectivos pagamentos.

8º. Declaração dívida não dívida na Segurança Social: deverá verificar “Certidão de Dívida e não Dívida da Segurança Social” (a sua validade é de 4 meses). Este documento deverá ser apresentado em original ou impressão da Segurança Social Direta. Em situações com dívida deverá ser apresentado o acordo com o plano de pagamentos, acrescido dos comprovativos dos respectivos pagamentos.

9º. Recibos Verdes: o mediador deverá verificar se os recibos verdes apresentados são actuais (artº 151.o do CIRS). Desde Julho de 2011 o preenchimento dos recibo verde electrónicos deve ser feito através do Portal das Finanças.

10º. Faturas: deverá verificar se as faturas apresentadas, especialmente no caso de actividade com contabilidade organizada (as faturas devem pertencer a programa aceite pela AT). A contabilidade

organizada é uma exigência legal para as empresas constituídas em sociedade e, também, para os trabalhadores independentes com rendimentos anuais superiores a 200.000,00€.

11º. Outras situações: no caso de o cliente receber Subsídio de Desemprego **ou** Rendimento Social de Inserção o mediador deve solicitar os seguintes documentos:

a) Declaração da Segurança Social com o valor diário do subsídio, início e final.

b) Declaração em como recebe Rendimento Social de Inserção, original, emitida pela Segurança Social.

c) D declaração em como está inscrito no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

12º. Outros meios de Subsistência: no caso em que o cliente pretenda renovar o seu Título de Residência por via de um responsável, o mediador deverá solicitar os documentos que comprovem a esta situação, prevista na Portaria n.o 1563/2007, de 11 de Dezembro. Neste caso, o responsável terá que assinar presencialmente um Termo de Responsabilidade (se não for assinatura presencial terá que ser reconhecida notarialmente).

Não deverão ser aceites documentos rasurados ou em mau estado. Em caso de dúvida sobre a autenticidade de um documento, o mediador sociocultural deve sempre pedir a colaboração do coordenador.

Caso se verifique a conformidade de todos os documentos e procedimentos o/a cliente é encaminhado para o SEF.

Senha B

Esta senha destina-se ao acolhimento e despiste da situação que motivou o/a cliente a vir ao CNAIM, e que pretende informações de carácter geral, sobre legalização, educação, saúde, reagrupamento familiar, emprego, consumidor, sobreendividamento, direitos e deveres etc.

Os/as Mediadores/as que fazem atendimento na senha B podem fornecer informações de carácter geral, no entanto sempre que as temáticas estejam relacionadas com os gabinetes ou instituições existentes no CNAIM

devem proceder ao respectivo encaminhamento.

Encaminhamento de senha B:

- a) Gabinete de Apoio Jurídico (GAJI);
- b) Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF);
- c) Gabinete de Apoio Social (GAS);
- d) Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAIC);
- e) Gabinete de Educação (GE);
- f) Gabinete de Saúde (GS);
- g) Gabinete de Apoio Sobreendividamento (GAIS);
- h) Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE);
- i) Gabinete de Apoio a Qualificação (GAQ)

O encaminhamento para o **Gabinete de Apoio Jurídico (GAJI)** é feito nas seguintes situações: regularização em Portugal, informações sobre os direitos laborais, apoio judiciário (acesso à Justiça), os portadores de notificações emitidas pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), de indeferimento/cancelamento de Autorização de Residência (AR), Abandono Voluntário e indeferimento de Pedido de Nacionalidade.

O encaminhamento para o **Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF)** é feito nas seguintes situações: portadores de Notificações emitidas pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), de indeferimento/cancelamento de Reagrupamento Familiar (Lei n.º 102/2017 de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 23/2007, de 4 de julho). Cartão de Residência, no âmbito do artigo 15 da Lei nº 37/2006, de 9 de agosto. Informações gerais ligadas ao reagrupamento.

O encaminhamento para o **Gabinete de Apoio Social (GAS)** é feito nas seguintes situações: os portadores de Notificações do Instituto de Segurança Social, ISS., IP (vg. os indeferimentos do Rendimento de Inserção Social (RSI), subsídios como o de doença, do Subsídio de Desemprego, do Abono de Família e outras prestações Familiares). Acesso à Habitação Social.

O encaminhamento para o **Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAIC)** é feito nas situações transversais à defesa do consumidor (vg. direito bancário, seguros, regime das garantias, da compra e venda, regime dos

serviços públicos essenciais). Neste gabinete são também tratadas as questões conexas com o arrendamento e acesso à justiça.

O encaminhamento para o **Gabinete de Educação (GE)** é feito nas seguintes situações: inscrição dos cidadãos estrangeiros maiores de idade no curso de língua portuguesa (PPT), registo de menores para os filhos menores dos cidadãos estrangeiros em situação irregular em Portugal, apoio na matrícula para o estudo no ensino básico, secundário e universitário.

O encaminhamento para o **Gabinete de Saúde (GS)** é feito nas seguintes situações: orientações no acesso à saúde em Portugal, marcação de consulta em situações complicadas.

O encaminhamento para **Gabinete de Apoio ao Sobreendividamento (GAIS)** é feito nas seguintes situações: orientação sobre dívidas no crédito para habitação e crédito ao consumo. Abertura de contas bancárias. Apoio no preenchimento do IRS e orientações sobre dívidas de natureza fiscal.

O encaminhamento para **Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE)** é feito nas seguintes situações: procura de emprego por cidadãos portugueses ou estrangeiros residentes legais em Portugal. Apoio na elaboração do Curriculum.

O encaminhamento para **Gabinete de Apoio à Qualificação (GAQ)** é feito nas seguintes situações: orientações sobre equivalência e inscrição nos diversos cursos (ao nível a formação académica e profissional), etc.

Em caso de dúvida ou de encaminhamento o/a mediador/a sempre deverá solicitar o apoio do coordenador ou gestor.

Senha C

Tem como principal função prestar informações sobre nacionalidade portuguesa, em conformidade com as informações transmitidas pela Conservatória dos Registos Centrais, no âmbito da Lei de Nacionalidade, Lei 37/81 alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 Abril, e regulamentada pelo Dec. Lei n.º 237-A/2006, de 14/12, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 71/2017 de 21 de junho). Normalmente é fornecida uma lista dos documentos necessários, consoante as situações, e explicar as possibilidades de pedido, a saber:

Nacionalidade derivada: a aquisição da nacionalidade derivada produz efeitos apenas a partir da data em que seja lavrado o registo de aquisição da nacionalidade na Conservatória dos Registos Centrais (artigo 12.o da Lei da Nacionalidade), nos seguintes casos:

a) O estrangeiro menor ou incapaz, cuja mãe ou pai tenha adquirido a nacionalidade portuguesa, depois do seu nascimento;

b) O estrangeiro casado há mais de três anos com nacional português ou que viva em união de facto há mais de três anos com nacional português;

c) O estrangeiro que, tendo sido português, perdeu a nacionalidade enquanto menor ou incapaz, por efeito de declaração de quem o representava;

d) O estrangeiro adotado plenamente por nacional português, após a data da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade n.o 37/81, de 3 de Outubro, adquire a nacionalidade portuguesa por efeito da lei;

e) Aos estrangeiros maiores ou emancipados à face da lei portuguesa, que residam legalmente no território português, há pelo menos seis anos;

f) Aos menores, à face da lei portuguesa, nascidos no território português, filhos de estrangeiros;

g) Aos indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa e que, tendo-a perdido, nunca tenham adquirido outra nacionalidade;

h) Aos indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, que aqui tenham permanecido habitualmente nos 10 anos imediatamente anteriores ao pedido;

i) Aos indivíduos que, não sendo apátridas, tenham tido a nacionalidade portuguesa, aos que forem havidos como descendentes de portugueses, aos membros de comunidades de ascendência portuguesa e aos estrangeiros que tenham prestado ou sejam chamados a prestar serviços relevantes ao Estado Português ou à comunidade nacional;

j) Aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, através da demonstração da tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de

ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral;

k) O estrangeiro adoptado plenamente por nacional português, por decisão transitada em julgado antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade n.º 37/81, de 3 de Outubro.

Nacionalidade readquirida: a reacquirição da nacionalidade é possível para aqueles que, em data anterior à da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade, perderam a nacionalidade portuguesa por efeito do casamento com estrangeiro ou da aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira.

A nacionalidade pode ser readquirida nos seguintes casos:

a) A mulher que perdeu a nacionalidade portuguesa por ter adquirido uma nacionalidade estrangeira, com fundamento no casamento com estrangeiro;

b) Aquele que, tendo tido a nacionalidade portuguesa, a perdeu por ter adquirido voluntariamente uma nacionalidade estrangeira

Senha E

Tem com principal função fazer os agendamentos para o SEF e outros gabinetes existentes no CNAIM.

O/a Mediador/a deverá sempre verificar existência de data, a necessidade e o efeito do pedido de marcação.

Marcações SEF:

- a) Pedido de autorização para trabalho - AR- Estudos;
- b) Pedido de 2o Via- AR;
- c) Renovação AR Temporária e Permanente;
- d) Pedido de Cartão de Residência UE;
- e) Concessões de AR
- f) Prorrogação de Permanência

No caso da renovação de Autorização de Residência Temporária,

poderá ser efectuada a pedido dos/as interessados/as, até 45 dias antes de expirar a sua validade, e deverá ser feita pelo próprio Titular de Autorização de Residência ou, no caso de impossibilidade, por alguém desde que possua documento identificativo.

Marcações para os Gabinetes no CNAIM: poderá ser feita sempre que o cliente manifestar a necessidade e a matérias seja atinente a um gabinete (marcação presencial). Também pode ser feita marcação por telefone através da Linha de Apoio de Migrante (LAM).

Senha M

Esta senha tem por objectivo prestar apoio aos/às cidadãos/ãs que pretendam apresentar uma manifestação de interesse ao abrigo do no 2 do artigo 88º ou do artigo 89º da Lei 23/2007, de 4 de julho (regularização da sua situação em território nacional).

O atendimento na senha M começa pela verificação dos documentos pelo/a mediador/a, de forma a verificar se estão preenchidos os requisitos para a manifestação (há que também verificar as situações de registo anterior a 11/09/2017).

Artigo 88º - AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL SUBORDINADA

- a) Possua um contrato de trabalho ou promessa de contrato de trabalho ou tenha uma relação laboral comprovada por sindicato, por representante de comunidades migrantes com assento no Conselho para as Migrações ou pela Autoridade para as Condições do Trabalho;
- b) Tenha entrado legalmente em território nacional;
- c) Esteja inscrito na segurança social, salvo os casos em que o documento apresentado nos termos da alínea a) seja uma promessa de contrato de trabalho.

Artigo 89º - AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL INDEPENDENTE

- a) Tenham constituído sociedade nos termos da lei, declarado o

início de atividade junto da administração fiscal e da segurança social como pessoa singular ou celebrado um contrato de prestação de serviços para o exercício de uma profissão liberal;

b) Estejam habilitados a exercer uma atividade profissional independente, quando aplicável;

c) Disponham de meios de subsistência, tal como definidos pela Portaria a que se refere a alínea d) do n.º1 do artigo 52.º;

d) Quando exigível, apresentem declaração da ordem profissional respetiva de que preenchem os respectivos requisitos de inscrição.

4. Recursos

Coordenação/Gestão do GAT

A coordenação/gestão do GAT é assegurada por colegas, que para além das funções acima descritas, compete-lhes ainda assegurar a gestão administrativa do gabinete, designadamente quanto a horários, férias, compensações e folgas dos/as mediadores/as.

Para além das funções supra, estão cometidas, ainda as seguintes:

- Avaliação do desempenho dos/as mediadores/as.
- Gestão do número de mediadores/as em atendimento em cada senha e de acordo com as necessidades de serviço.
- Estabelecer o contacto com os coordenadores/as de outros gabinetes.
- Propor acções de formação para os mediadores do GAT, de forma a melhorar o seu desempenho.
- Representar o GAT, nas reuniões do CNAIM.
- Apoiar os/as mediadores/as nas suas tarefas diárias.

Mediadores Socioculturais

Os/as mediadores/as socioculturais asseguram o atendimento dos utentes, de acordo com o previsto no Regulamento Interno da RNAIM (Rede nacional de Apoio à Integração de Migrantes).

Devem ser intérpretes do rosto humano que deverá caracterizar o atendimento no CNAIM. Têm de saber ouvir, saber perguntar e saber pensar

para poder propor um roteiro de soluções. Durante o atendimento deve demonstrar disponibilidade para ajudar, apreender e deve evitar qualquer tipo de comentário subjectivo, optando sempre por uma comunicação objetiva e simples (por exemplo, como demonstração da atenção que todo/a o/a cliente deve merecer, deve evitar usar o telemóvel, atendendo ou enviando mensagens).

Deve cultivar o espírito de equipa, ajudando sempre que for preciso.

Fardas

É obrigatório o uso de farda. Todos os componentes da farda deverão estar impecavelmente limpos e cuidados, devendo a sua manutenção (limpeza e arranjos) ser assegurada pelo/a próprio/a.

Horários

Todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira a sexta- feira.

Período de funcionamento do gabinete é das 08:00 às 17:00 horas.

O horário de trabalho dos/as mediadores/as é dividido por turnos:

- 1º Turno: das 08:00 às 16:00 horas
- 2º Turno: das 08:30 às 16:30 horas
- 3º Turno: das 09:00 às 17.00 horas

Pausas

Durante o período diário de trabalho (08:00 horas), todos/as os/as mediadores/as gozam dos seguintes períodos de pausa:

- 1 hora para almoço;
- Duas pausas de 10 minutos cada, ou uma pausa de 20 minutos.

Estas pausas terão que ser articuladas com a coordenação do GAT, de modo a que se mantenha o serviço em funcionamento com um número mínimo de mediadores/as que assegurem todos os serviços prestados pelo gabinete.

Pontualidade

O facto de GAT ser um serviço de atendimento ao público, faz com

que a pontualidade seja uma questão verdadeiramente importante. A pontualidade é um dos itens essenciais na avaliação mensal de cada mediador/a..

Espaço

O espaço de trabalho deverá sempre ser arrumado. No final de cada dia, o computador deverá ficar desligado (com encerramento do ambiente de trabalho).

Morada

Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT), situa-se na rua Álvaro Coutinho no 14 , R/C, 1150-025 Lisboa.

Contacto telefónico: 218106150

Contacto fax: 218106131

Todos os/as mediadores/as são titulares de e-mail de serviço (exemplo: vera.ciubotaru@acm.gov.pt)

5. Conclusão

O presente trabalho, Manual de Procedimentos, recolhe informação em várias fontes e baseia-se no dia-a-dia de trabalho do GAT.

Como já referido, é um orientador para aqueles/as que já trabalham no GAT, mas poderá ser um suporte para todos/as os/as que venham a integrar o gabinete, enquanto apoio a futuras acções de formação.

No entanto, este manual não é um documento fechado, i.e. pode ser sujeito a todas as transformações e alterações que os seus utilizadores quiserem, uma vez que a dinâmica funcional do GAT assim tem demonstrado ao longo do tempo – ampliando funções, diversificando matérias e respondendo a situações de necessidade pontual ou localizadas no tempo.

Assim, pode-se concluir que o presente manual não mais constitui que um instrumento de trabalho do GAT e dos/as seus/suas mediadores/as, capaz de se adaptar a necessidades futuras.

Aventura Social / FMH – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

E-MAIL: aventurasocial@gmail.com

<http://www.aventurasocial.com>



f **MH** **U** LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA



**PROGRAMA ESCOLHAS
6ª GERAÇÃO**



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES